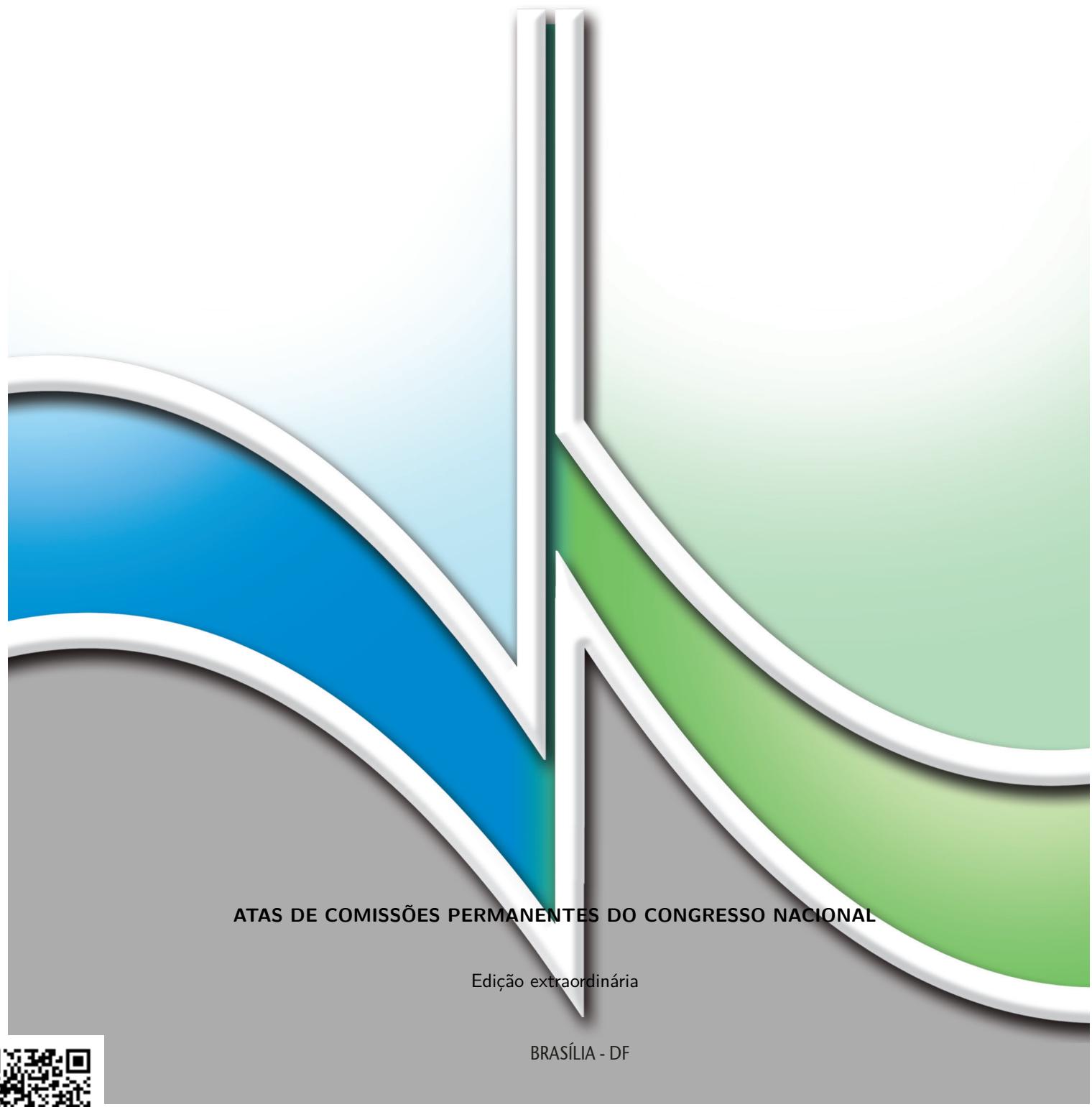




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXXVII SUP. ÚNICO AO Nº 51, QUINTA-FEIRA, 29 DE DEZEMBRO DE 2022



ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO CONGRESSO NACIONAL

Edição extraordinária

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)

Presidente

Deputado Lincoln Portela (PL-MG)

1º Vice-Presidente

Senador Romário (PL-RJ)

2º Vice-Presidente

Deputado Luciano Bivar (UNIÃO-PE)

1º Secretário

Senador Elmano Férrer (PP-PI)

2º Secretário

Deputada Geovania de Sá (PSDB-SC)

3ª Secretária

Senador Weverton (PDT-MA)

4º Secretário

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)

Presidente

Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador Romário (PL-RJ)

2º Vice-Presidente

Senador Irajá (PSD-TO)

1º Secretário

Senador Elmano Férrer (PP-PI)

2º Secretário

Senador Rogério Carvalho (PT-SE)

3º Secretário

Senador Weverton (PDT-MA)

4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Jorginho Mello (PL-SC)

2º - Senador Luiz Carlos do Carmo (PSC-GO)

3º - Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA)

4º - Senador Zequinha Marinho (PL-PA)

COMPOSIÇÃO DA MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Arthur Lira (PP-AL)

Presidente

Deputado André de Paula (PSD-PE)

1º Vice-Presidente

Deputado Luciano Bivar (UNIÃO-PE)

2º Vice-Presidente

Deputada Rosangela Gomes (REPUBLICANOS-RJ)

1ª Secretária

Deputado Eduardo Bismarck (PDT-CE)

2º Secretário

Deputado Gilberto Nascimento (PSC-SP)

3º Secretário

Deputado Alexandre Leite (UNIÃO-SP)

4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Deputado Cássio Andrade (PSB-PA)

2º - Deputado Arthur Lira (PP-AL)

3º - Deputado André de Paula (PSD-PE)

4º - Deputado Luciano Bivar (UNIÃO-PE)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Gustavo Afonso Sabóia Vieira

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Paulo Max Cavalcante da Silva

Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho

Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Quesia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodases



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO CONGRESSO NACIONAL

1.1 – COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS E REFUGIADOS

Ata da 1 ^a Reunião, realizada em 12 de julho de 2022	4
Ata da 2 ^a Reunião, realizada em 6 e 19 de outubro de 2022	13
Ata da 3 ^a Reunião, realizada em 3 novembro de 2022	21
Ata da 4 ^a Reunião, realizada em 9 de novembro de 2022	48
Ata da 5 ^a Reunião, realizada em 23 de novembro de 2022	55
Ata da 6 ^a Reunião, realizada em 8 dezembro de 2022	96

1.2 – COMISSÃO MISTA PERMANENTE DE CONTROLE DE ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA

Ata da 1 ^a Reunião, realizada em 11 de novembro de 2022	97
--	----





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1^a REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS E REFUGIADOS DA 4^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56^a LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE JULHO DE 2022, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quinze horas do dia doze de julho de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim e do Deputado Túlio Gadêlha, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados com a presença dos Parlamentares Rafael Tenório, Marcelo Castro, Mara Gabrilli, Plínio Valério, Alexandre Silveira, Eliziane Gama, Dr. Zacharias Calil, Túlio Gadêlha, Angela Amin, Rrenato Queiroz, Camilo Capiberibe, Joenia Wapichana e Eduardo Barbosa, e ainda dos Senadores não membros Acir Gurgacz e Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Parlamentares Eduardo Braga, Nelsinho Trad, Irajá, Nicoletti, João Maia e Leônidas Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Instalação e Eleição**. **Finalidade:** Instalação da comissão e eleição do Presidente e Vice-Presidente. **Resultado:** Realizada a 1^a Reunião da Comissão Mista. A Comissão é instalada, sendo eleitos o deputado Túlio Gadêlha para presidente e o senador Paulo Paim para vice-presidente; e designada relatora a senadora Mara Gabrilli. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta e seis minutos. A presente ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado Túlio Gadêlha

Presidente da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/07/12>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à instalação da Comissão e eleição do Presidente e Vice.

De acordo com o parágrafo único do art. 5º do Ato Conjunto do Presidente do Senado Federal e do Presidente da Câmara dos Deputados nº 1, de 2019, as funções de Presidente e Vice-Presidente da Comissão devem ser exercidas, alternadamente, por representante do Senado e da Câmara dos Deputados.

Eu convido o nosso querido – permita que assim eu te chame – Deputado Túlio, que foi o grande Relator do período em que eu estive na Presidência, para que ele venha à mesa, para que, juntos, nós possamos encaminhar os trabalhos. (*Pausa.*)

Eu pensei, até para nós esperarmos dar o quórum... Dando o quórum, a gente vota, e o meu Presidente assume – se não tiver nenhum candidato contrário –, e o Vice dele também assume. (*Risos.*)

Só que eu não sei quem é o seu Vice. Eu estou aqui presidindo, mas não é como ex-Presidente, que já me considero assim, mas também porque sou o Senador... Como é que se chama? Mais idoso.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – É, mais idoso ou mais experiente. Isso. (*Risos.*)

Eu vou fazer um pequeno resumo aqui dos trabalhos da Cmmir; em seguida, o Túlio também, até dar o quórum, pode ir conversando; depois, no momento, ele assume e faz a sua fala como Presidente.

Então, boa tarde, Senadores, Senadoras, Deputados e Deputadas.

Eu posso afirmar para vocês que foi uma grande satisfação participar da Comissão Mista Permanente para Migrações Internacionais e Refugiados (Cmmir) como Presidente e estar ao lado da Vice-Presidente Bruna Furlan.

É bom que se diga que a Presidente era a Bruna Furlan. Eu só assumi porque ela teve o bebê, pediu licença, e eu assumi como Presidente. Eu não vou ter a honra que tu vais ter de ser votado aqui por nós todos. Eu fui colocado no posto no momento em que a nossa querida Bruna Furlan teve o bebê.

Mas estar ao lado da Vice-Presidente Bruna Furlan e do Relator Túlio Gadêlha, em parceria com a Senadora Mara Gabrilli, foi muito bom. Infelizmente, a pandemia nos prejudicou para o trabalho que gostaríamos de fazer com mais amplitude, não é, Túlio?

Agradeço também a todos os funcionários da Comissão, em nome do Secretário Ricardo Moreira Maia.

A Comissão Mista Permanente para Migrações Internacionais e Refugiados tem como objetivo acompanhar, monitorar, fiscalizar, de modo contínuo, as questões afetas aos movimentos migratórios nas fronteiras do Brasil e os direitos dos refugiados.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil registrou uma queda de 88,3% no número de refugiados em 2021, quando comparado ao ano anterior, segundo dados do Comitê Nacional para os Refugiados (Conare). Em 2020, foram registrados 26.653; em 2021, 3.093 refugiados. Ao todo, 54 mil refugiados foram reconhecidos pelo comitê, e cerca de 21 mil tiveram registros indeferidos.

Até o momento, o país tem refugiados de 77 nacionalidades, com a Venezuela em primeiro lugar, representando 90,82% do total de casos. O número elevado em 2020 ocorreu em razão do fluxo de imigrantes da Venezuela, durante a grave e generalizada crise humanitária reconhecida pelo Conare. Já a Síria ocupa o segundo lugar, com 3,91%; e a República Democrática do Congo o terceiro, com 1,22%.

Não podemos deixar de enfatizar que, mesmo diante desse processo tão desafiador, de conflitos, perseguições, pobreza, escassez de mão de obra, mudanças demográficas, o racismo atinge o processo migratório, e os negros são os mais penalizados.

Não podemos permitir que a xenofobia, o preconceito, o racismo transcendam o direito de proteção igualitária para qualquer ser humano, como reza a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Queiramos ou não, um dos exemplos mais terríveis é a guerra na Ucrânia, onde imigrantes negros relataram nas redes sociais – e chegou a nós também – serem alvos de racismo e serem barrados em trens e ônibus ao tentarem fugir daquele país devido à guerra. Guardas que fazem barreiras humanas os mandam para o final da fila ou, até mesmo, intimidam com armas de fogo nas regiões fronteiriças, barrando a circulação de negros e negras. A própria União Africana, organização que reúne os 54 países do continente, condenou publicamente o tratamento que, conforme relatos compartilhados, vem sendo dispensado aos cidadãos de países africanos que estão na Ucrânia.

Precisamos ter um olhar pontual para a população negra no Brasil e no mundo, pois o racismo ainda persiste. Implantar a Convenção Interamericana contra o Racismo, o Estatuto da Igualdade Racial e aprovar propostas, como a abordagem dos agentes públicos e privados é um dos caminhos aqui no Brasil. Claro que a política de cotas é fundamental, e, por isso, ela se mostra como sucesso absoluto ao longo desses primeiros dez anos – entendo eu que vai avançar muito mais.

Durante a nossa Presidência, mesmo com os desafios da pandemia, que dificultaram o funcionamento das Comissões, inclusive da CMMIR, aprovamos 12 requerimentos, que contribuíram para a realização de quatro audiências públicas que trataram de diversos temas, como, por exemplo: a situação dos brasileiros no exterior; a condição dos migrantes e refugiados no Brasil; o Cais do Valongo, que se tornou, baseado naquela audiência pública, uma lei, aprovada nas duas Casas, sendo patrimônio mundial da humanidade; a crise migratória internacional; a situação internacional dos migrantes e refugiados sob a ótica da perspectiva dos direitos humanos.

Efetuamos duas diligências: uma em Recife e outra em Roraima, que o nosso querido Relator que vai assumir a Presidência dirigiu – não é, Túlio? Túlio foi o representante da Comissão. Nas visitas a Recife, Boa Vista e Pacaraima, foi debatida a municipalização, a condição das fronteiras e as migrações indígenas – e eu quero aqui, mais uma vez, elogiar o trabalho do Deputado Túlio, que foi o Relator que conduziu estas audiências – na audiência





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conjunta com a CDH, a revalidação dos diplomas e as pessoas com deficiência; e, na visita a Recife, o tema do trabalho.

Atuamos também no projeto – quando eu digo atuamos, não sou eu, mas nós: o Relator, o Vice, a própria Bruna, a Mara, e todos os Deputados e Senadores que deram o aval para esse trabalho – da Lei Orçamentária Anual 2022, com a indicação de ações de proteção social especial, de promoção e defesa dos direitos humanos para todos, de estruturação da rede de serviços do Sistema Único de Assistência Social, de acolhimento humanitário e interiorização de migrantes em situação de vulnerabilidade e fortalecimento do controle de fronteiras.

Em pouco tempo de funcionamento da Comissão, ouvimos autoridades governamentais, imigrantes, refugiados, acadêmicos, religiosos, sociedade civil, militares, membros do sistema de Justiça – juízes, promotores, Defensoria Pública – e tantos outros. Escutar, impulsionar e implantar políticas para aqueles que buscam o Brasil como sua casa precisa ser uma das missões mais nobres desta Comissão.

Todas as informações relatadas estão compiladas no relatório elaborado pelo competente Deputado Túlio Gadêlha.

Esse não é um balanço, é um bate-papo aqui com vocês sobre um pouco do nosso trabalho. E termino dizendo, como diz o Papa Francisco: "Somos todos imigrantes. Ninguém tem moradia fixa nessa terra".

É essa a introdução que faço, e acho mais do que adequado que o Túlio faça uma fala – se assim me permitir a provocação – como Relator, porque, quando eu parar aqui, ele vai passar a fazer o pronunciamento dele como Presidente desta Comissão. Tenho certeza absoluta disso.

É com você, Túlio.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (REDE - PE) – Sem dúvida, nobre Senador Paulo Paim, Senador com quem eu tenho a honra de compartilhar, enquanto membro também desta Comissão, enquanto meu eterno Presidente... Senador, a gente também construiu muita coisa pensando nos desafios que temos no nosso país pelos próximos anos, no cuidado com os migrantes, refugiados que chegam ao nosso país, mas também com relação àqueles brasileiros que não se encontram no território nacional.

Eu queria trazer breves palavras. O nosso Senador Paulo Paim relatou um pouco do que foi feito aqui nesses anos pela CMMIR (Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados), principalmente no ano passado, mas eu também queria saudar a presença, Senador Paim – peço-lhe permissão –, do Deputado RRenato Queiroz, que está aqui conosco. RRenato é um Deputado de Roraima. Desde o primeiro dia dele aqui nessa Casa, ele me procurou na Câmara para conversar sobre a CMMIR. Roraima passa por uma situação muito difícil – o Estado de Roraima, mas também várias cidades no entorno de Pacaraima – com o fluxo migratório de venezuelanos, e o Deputado RRenato sempre se mostrou preocupado em encontrar soluções para que o peso não ficasse nas costas do Estado de Roraima ou mesmo na gestão da prefeitura e para que a gente pudesse tratar essas pessoas que chegam de outros países, da Venezuela principalmente, com cuidado, com humanidade, para que eles possam ter qualidade de vida no nosso país.

Dessa forma, Presidente, eu digo que a instalação desta Comissão Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados ocorre em um momento muito oportuno, tendo em vista a guerra na Ucrânia; o assassinato do congolês Moïse no Rio de Janeiro; um caminhão que foi





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

encontrado com mais de 50 pessoas mortas nos Estados Unidos... Todos esses relatos, essas matérias são graves acontecimentos que ocorreram recentemente e reforçam a importância de uma Comissão como a CMMIR ser instalada aqui. Está sendo trabalhada e está em pleno funcionamento.

São mais de 1,3 milhão de imigrantes que residem no Brasil. Em dez anos, Senador Paim, ocorreu um aumento de 24,4% no número anual de novos imigrantes registrados no Brasil. As imigrações da Venezuela, imigrações haitianas e colombianas foram as principais responsáveis pelo aumento. Nesses dez anos, ocorreu um aumento de 24% no número anual de novos imigrantes registrados aqui. Por isso, também, imigrantes ocuparam mais postos de trabalho no Brasil. Para ter ideia, de 2011 até 2020, temos quase triplicado esse número: de 62 mil imigrantes que tínhamos registrados em 2011, chegamos a 180 mil imigrantes registrados em postos de trabalho no Brasil.

Na outra ponta, o número de brasileiros morando no exterior também nunca foi tão grande como agora: cresceu 35% entre 2010 e 2020, passando de 3 milhões, ou seja, 3.122.813 brasileiros no exterior em 2010, pulando para 4.215.000 pessoas no ano de 2020, segundo o mais recente levantamento do Itamaraty. Brasileiros correm cada vez mais o risco de sair do Brasil e buscar residência fora, principalmente nos Estados Unidos da América. Apenas de janeiro a julho desse ano, o serviço americano de alfândega e proteção das fronteiras barrou e deportou cerca de 37 mil brasileiros, mais precisamente foram 37.421 brasileiros tentando entrar ilegalmente no país norte-americano, uma alta de 938% em relação ao mesmo período do ano passado, que foi de 3.603 brasileiros tentando ingressar ilegalmente nos Estados Unidos. Esse número foi tão baixo no ano passado, Senador Paim, por conta também da covid, da pandemia, mas esse é mais um recorde histórico de brasileiros tentando sair do Brasil. Esse é mais um motivo para a gente reforçar a importância da instalação desta Comissão, Presidente Paim.

No ano passado, tivemos a oportunidade e a honra de ocupar o posto de Relator desta Comissão. Realizamos uma série de audiências públicas, ouvindo especialistas, autoridades e também imigrantes refugiados, que vivem na pele os desafios cotidianos impostos pela falta de políticas públicas estruturadoras de acolhimento e de integração no Brasil. Também realizamos visitas técnicas para o acompanhamento de perto da integração e do acolhimento, inclusive em Pacaraima, quando pudemos conhecer de perto a situação das nossas fronteiras e também os resultados da Operação Acolhida.

Um robusto relatório foi apresentado com pontos concretos de incidência e atuação deste Legislativo para a garantia de direitos dos imigrantes refugiados. Estamos confiantes, Senador Paim, de que agora, na condição de Presidente desta Comissão, junto com a Senadora Mara Gabrilli na relatoria e com V. Exa. na Vice-Presidência, nós conseguiremos avançar ainda mais nessa temática. Em breve, divulgaremos um calendário de reuniões desta Comissão que será pactuado com as assessorias para que possamos desenvolver melhor nossos trabalhos aqui na Comissão Mista de migrantes e refugiados.

Obrigado, Senador Paulo Paim, é uma honra dividir este plenário, esta Comissão com V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Muito bem.

Eu vou dar uma salva de palmas para o nosso Relator, que vai ser Presidente daqui a pouco. (*Palmas.*) (*Pausa.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou passar a palavra agora – eu o provoquei e ele aceitou, disse que quer usar a palavra – ao Deputado RRenato Queiroz.

O SR. RRENATO QUEIROZ (PSD - RR) – Obrigado, Sr. Presidente, Vice-Presidente e atual Presidente Túlio Gadelha. Para mim é realmente uma verdadeira honra participar desta Comissão, que tem um papel tão importante diante dos problemas vividos pelo Brasil e principalmente pelo meu estado.

Túlio, você falou muito bem: desde o primeiro dia em que estive aqui, eu o procurei para que a gente pudesse formalizar realmente a volta desta importante Comissão, em nome, Sr. Presidente, do povo de Roraima e do povo de Pacaraima. Eu reconheço os infundáveis problemas que existem em relação a refugiados Brasil afora, no mundo, as guerras que hoje assolam a nossa paz, a nossa tranquilidade, mas o povo de Roraima também vive uma guerra incompreendida, na verdade. E essa é a minha briga, essa é a minha batalha, para, nos próximos dias, a gente poder esclarecer qual é a situação do estado, qual é a situação dos imigrantes, desfazer toda uma cena que é provocada pelo próprio Governo Federal em relação ao bom tratamento aos imigrantes, que não acontece a contento, que não existe de verdade.

O povo de Pacaraima está abandonado, desesperado, e o desespero muitas vezes é confundido com xenofobia, e não é isso. A princípio, nós, todos nós brasileiros sabemos da nossa obrigação, das determinações constitucionais, sabemos muito bem do nosso papel acolhedor com pessoas em estado, às vezes, muito mais complicado que o nosso, mas a irresponsabilidade do Governo brasileiro e o abandono institucional, sobretudo do Município de Pacaraima, fez com que a população reagisse de outra forma. Então, em vez de a gente ter um povo desesperado, nós temos agora uma mistura de pessoas desesperadas, tanto faz a população originária, quanto a população que chega, diariamente, completamente descontrolada.

E eu estive lá, Sr. Presidente, há cerca de três meses, quando cheguei aqui. A fronteira do nosso país está simplesmente abandonada: entra-se da forma como quiser, quem quiser, do jeito que quiser. Nós transferimos a fronteira do Brasil para depois de Pacaraima, ou seja, o Brasil agora oficialmente – e aí eu desafio e provoco a Comissão que vá comigo a Roraima para testemunhar isso – começa após Pacaraima. Nós entregamos uma parte do território brasileiro, e eu gostaria de saber com ordem de quem, com autorização de quem, baseado em que tipo de autorização. E eu acredito que...

E peço encarecidamente um apelo realmente de coração, Presidente Túlio: que a gente, nos próximos dias, sobretudo nos 28 dias que me restam aqui, que a gente possa de verdade fazer a diferença pelo povo de Roraima, de Pacaraima, e principalmente pelo imigrante, que é o mais afetado nesse contexto e é utilizado por todos os lados no sentido de "vamos fazer o belo trabalho que o Brasil faz". Não faz! Lá em Pacaraima não faz, lá em Roraima não faz. E a gente costuma dizer o que de fato aconteceu: o Brasil institucionaliza uma propaganda para o resto do mundo como se fosse um país acolhedor, quando, na verdade, só existe um ente da Federação brasileira envolvido no acolhimento dos estrangeiros, dos refugiados, que é o Estado de Roraima, que é o Município de Pacaraima.

Então, eu preciso que nestes próximos dias os senhores me ajudem a desfazer essa esse mal-entendido com a população brasileira, e, a partir do momento em que nos forem dadas condições para tratar, para lutar, para suportar, para ajudar todo o contingente de população migrante e de refugiados, eu tenho certeza absoluta de que vocês terão o verdadeiro orgulho de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Roraima, de Pacaraima, de Boa Vista, do Amajari; de todas as cidades ali que permeiam e são diretamente atingidas por essa questão, vocês terão o orgulho e a verdade em dizer que realmente o Brasil faz parte de uma rede de suporte disso. Por enquanto, eu não vou conseguir, com todo respeito, aceitar essa versão, e eu preciso muito que os senhores me ajudem a esclarecer isso ao longo destes próximos dias.

Muito obrigado e era isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Muito bem, Deputado RRenato Queiroz, que traz aqui informações importantes porque conhece muito bem a região. Naturalmente, creio que, no programa de governo que o Presidente vai apresentar – eu vou estar ao seu lado –, nós vamos contemplar as suas preocupações.

Eu pergunto como está o quórum. (*Pausa.*)

Falta um para dar quórum, e nós podemos empossar o Presidente.

Eu faço um apelo aos Deputados e às Deputadas, aos Senadores e às Senadoras...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Isso, isso! Se puder botar o painel... (*Pausa.*)

Pode sim presença remota. (*Pausa.*)

Peço à assessoria dos nossos gabinetes, se puderem ligar para os Deputados e Senadores, que o façam. Basta um registrar presença, e poderemos concluir já os trabalhos de instalação da Comissão com o novo Presidente. (*Pausa.*)

Pedi para o meu pessoal se... Meu pessoal do gabinete, os assessores...

O Eduardo Braga, se ele estiver em Brasília, com certeza dá presença; o Marcelo Castro também. O Nelsinho Trad está na composição desta Comissão há muito tempo e fez questão de permanecer. (*Pausa.*)

O Nelsinho Trad e o Otto Alencar são Parlamentares muito sensíveis. É só eles serem comunicados que eles votam. (*Pausa.*)

Falta somente um.

Como uma forma de colaborar, o Deputado Eduardo Barbosa, que já se posicionou, que já ajudou para dar quórum, pediu para falar pelo Zoom. Então, estamos já autorizando que ele fale pelo Zoom.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB - MG. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, tudo bom? (*Pausa.*)

Senador Paulo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Fale, meu grande amigo!

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB - MG. *Por videoconferência.*) – ... como está? Um grande abraço para você e para o Gadêlha!

Eu só queria confirmar se minha presença já está registrada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Já está sim. A gente agradece pela boa vontade.

Que quem está nos assistindo saiba que você foi um grande articulador do Estatuto do Idoso! Lembra? Quando eu era Deputado... O Estatuto do Idoso existe, e você foi um dos grandes articuladores. Fica aqui meu agradecimento eterno por esse projeto, que é um dos que tenho mais orgulho de ter apresentado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB - MG. *Por videoconferência.*) – Com certeza, Paim!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Viajou pelo Brasil todo! Lembra?

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB - MG. *Por videoconferência.*) – Andamos pelo Brasil inteiro. E acho que foi um dos projetos que foram construídos a várias mãos, porque nós tivemos uma abertura grande para um debate com a sociedade, com os segmentos representativos da população idosa. E hoje está aí pleno, não é? É pleno! E todos nós dele usufruímos já, não é, Paim? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Nós estávamos legislando em causa própria naquela época...

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB - MG. *Por videoconferência.*) – Naquela época!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – ... porque sabíamos que íamos chegar aqui. Naquele tempo, nós éramos jovens ainda, não é?

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB - MG. *Por videoconferência.*) – Com certeza!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Você ainda está jovem. Eu é que já estou acima dos 70 anos!

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB - MG. *Por videoconferência.*) – É isso aí!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Um abraço, Eduardo!

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB - MG. *Por videoconferência.*) – Obrigado. Um abração!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Enquanto conversávamos, deu o quórum. Vai dar para empossar aqui o nosso querido Presidente. O.k.?

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB - MG. *Por videoconferência.*) – Está bem!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Um abraço, amigão!

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB - MG. *Por videoconferência.*) – Um abração!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Houve acordo para que a gente colocasse em votação a seguinte chapa... Eu sou do tempo da chapa ainda! Sou do tempo da chapa! (*Risos.*)

Comunico que há acordo de Lideranças para a eleição da Mesa, tendo sido indicados, para Presidente, o Deputado Túlio Gadêlha e, para Vice-Presidente, o Senador Paulo Paim.

Consulto o Plenário se podemos fazer a eleição da Mesa por aclamação.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Assim, declaro eleito Presidente o Deputado Túlio Gadêlha; Vice-Presidente, Senador Paulo Paim.

Passo de imediato a palavra ao Presidente eleito da Comissão, Deputado Túlio Gadêlha.

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. REDE - PE) – Agradeço, Senador Paulo Paim, mais uma vez, pelo exemplo de homem público que temos aqui no nosso Congresso Nacional. Agradeço a confiança dos demais colegas, membros desta Comissão.

Sabemos dos desafios que temos pela frente, Senador, em tempos tão difíceis de intolerância, de xenofobia, em tempos em que precisamos voltar a ser o país do acolhimento, do respeito, e com tantos casos de violência que nós temos percebido nas ruas, com tantos casos de violência nas redes sociais. Essas bolhas de ódio parecem contaminar cada vez mais nossa sociedade. Faz-se necessário que a gente discuta com profundidade políticas públicas, a situação dos imigrantes refugiados brasileiros fora do país, a dos estrangeiros aqui no Brasil,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas, acima de tudo, que a gente possa integrar este Parlamento, esta Comissão à sociedade brasileira. A gente fica honrado com esta missão de assumir essa Comissão Mista junto com o Senador Paulo Paim.

Como Presidente, a gente designa aqui, construído esse acordo da chapa, como bem colocado pelo Senador Paulo Paim, como nossa Relatora a Senadora da República Mara Gabrilli, para assumir esses trabalhos. (*Palmas.*)

Proponho a aprovação da ata da presente reunião.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Dessa forma, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 15 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 36 minutos.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2^a REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS E REFUGIADOS DA 4^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56^a LEGISLATURA, REALIZADA NOS DIAS 06 E 19 DE OUTUBRO DE 2022, REUNIÃO REMOTA.

Às quinze horas e zero minutos do dia seis de outubro de dois mil e vinte e dois, pelo aplicativo Zoom, sob a Presidência do Deputado Túlio Gadêlha, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados com a presença dos Parlamentares Marcelo Castro, Mara Gabrilli, Plínio Valério, Nelsinho Trad, Alexandre Silveira, Paulo Paim, Eliziane Gama, Dr. Zacharias Calil, Angela Amin, Camilo Capiberibe e Joenia Wapichana. Deixam de comparecer os Parlamentares Eduardo Braga, Rafael Tenório, Irajá, Nicoletti, João Maia, Rrenato Queiroz, Eduardo Barbosa e Leônidas Cristino. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A Senadora Mara Gabrilli faz a leitura do plano de trabalho. Às onze horas e treze minutos, a reunião é suspensa e a reabertura é agendada para o dia dezenove de outubro de dois mil e vinte e dois. A reunião é reaberta às quatorze horas e trinta minutos do dia dezenove de outubro de dois mil e vinte e dois. Passa-se à apreciação da pauta: **Reunião de Trabalho**. **Finalidade:** Definição do Plano de Trabalho e cronograma das atividades da Comissão em 2022. **Resultado:** São aprovados os Requerimentos nºs 1 a 6, e nº 8/2022 - CMMIR. Fica prejudicado o Requerimento nº 7. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quarenta e oito minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado Túlio Gadêlha

Presidente da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo nos links abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/10/06>
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/10/19>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. REDE - PE. Fala da Presidência. *Por videoconferência.*)

– Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à apreciação do plano de trabalho e de requerimentos. Dessa forma, passo a palavra à Relatora, Senadora Mara Gabrilli, para que possa fazer a leitura do plano de trabalho.

A SRA. MARA GABRILLI (PSDB - SP. Como Relatora. *Por videoconferência.*) – Obrigada, Presidente Túlio Gadêlha.

Bom dia a todos.

Obrigada, Vice-Presidente, Senador Paulo Paim, e demais colegas presentes nesta sessão.

De início, eu gostaria de congratular o nosso Presidente, Deputado Túlio.

Como a íntegra do plano de trabalho se encontra no *site* desta Comissão, para a gente ganhar tempo, eu vou destacar os pontos principais do cronograma de atividades da Cmmir neste segundo semestre.

Esta relatoria que me compete deverá promover agenda reduzida e seletiva, em virtude das peculiaridades do ano de 2022. Com as eleições gerais em curso, só foi possível instalar a Comissão tardivamente e, praticamente, possuímos ainda três meses de trabalho, porém os deslocamentos forçados e a mobilidade humana, queridos e queridas colegas, não cessaram e esta Comissão não ficou inerte. Em março e agosto deste ano, eu tive a honra de representar a nossa Comissão, a Cmmir, como porta-voz, na Organização das Nações Unidas, em Genebra... (*Falha no áudio.*)

Desculpem-me.

Eu estava dizendo que fui para Genebra como porta-voz da Cmmir na Organização das Nações Unidas, onde ainda cumpro, em paralelo, um mandato de perita no Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, e, em ambas as ocasiões, pude me reunir com representantes de alto nível do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (Acnur) e do Comitê Internacional da Cruz Vermelha, na figura de seu Presidente, o Sr. Peter Maurer.

Nessas missões, eu tive um olhar especial para a situação dos migrantes e refugiados com deficiência, como aqueles que atualmente estão fugindo do conflito russo na Ucrânia. Na ONU, eu tive reuniões bastante proveitosa com as delegações do Brasil e da Ucrânia, com o Embaixador Tovar Nunes e a Embaixadora Yevheniia Filipenko, Embaixadora da Ucrânia na Missão ONU, em Genebra, com quem pudemos avançar junto ao Itamaraty na assistência humanitária e emissão de vistos humanitários para aquele país em flagelo.

No que concerne à competência desta Comissão sobre migrações e refugiados para os meses que estão por vir, propusemos algumas atividades. Elas se dividem em três principais assuntos: a chegada dos refugiados afegãos ao Estado de São Paulo; o futuro da Operação Acolhida em Roraima nos próximos quatro anos; e a interseção das mudanças climáticas com os deslocamentos forçados e como essa dinâmica impacta o território brasileiro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na primeira frente, propomos uma audiência pública e uma visita técnica com o objetivo de levar a missão da Cmmir, em novembro, para o aeroporto de Guarulhos, onde há, em média, 30 a 100 afegãos acampados por noite, enquanto eles buscam acolhimento especializado. A missão também visitará centros de acolhida especializados do Estado de São Paulo para recepcionar a população imigrante refugiada.

Na segunda frente, propomos audiência pública para debater acerca do futuro da Operação Acolhida, considerando o próximo mandato presidencial 2023-2027 e a nova representação do Acnur no Brasil, prevista para ter início em 2023.

Por fim, sugerimos uma audiência pública para discutir os atuais deslocamentos forçados provocados pelas mudanças climáticas. Trata-se de uma oportunidade para que nós possamos debater os impactos da crise climática na situação humanitária global. Esse fenômeno tem uma dupla face, pois ele abrange não só os deslocamentos forçados em âmbito internacional como também aqueles que ocorrem nas dinâmicas internas do nosso Brasil, como, por exemplo, a histórica migração norte-sul no território brasileiro e muitos outros deslocamentos que ocorrem no nosso país em virtude das assimetrias regionais.

À vista das circunstâncias descritas, propomos uma reunião de deliberação deste plano de trabalho – esta que estamos realizando hoje – e uma outra final, a fim de apresentar o relatório, além de três audiências públicas, com as seguintes datas propositivas: dia 6/10, a Comissão realizará reunião para deliberação do plano de trabalho e de requerimentos – três para a realização de audiências públicas e um de viagem técnica a Guarulhos –; dia 20/10, audiência pública sobre a situação dos refugiados do Afeganistão em São Paulo; dia 3/11, audiência pública sobre o futuro e perspectivas da Operação Acolhida em Roraima; dia 10/11, visita técnica a Guarulhos e São Paulo; e, dia 1º/12, audiência pública sobre os deslocamentos forçados e mudanças climáticas e ambientais.

Com base nessas atividades, será elaborado o relatório final para apreciação desta Comissão, a ser apresentado na segunda semana de dezembro deste ano.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Devolvo agora a palavra ao Presidente, Deputado Túlio Gadêlha.

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. REDE - PE. *Por videoconferência.*) – Eu que agradeço, Senadora Mara Gabrilli.

Informo também a todos os presentes que, hoje, pela manhã, nós concedemos uma entrevista para a Rádio Câmara, falando sobre os trabalhos desta Comissão, sobre a importância de se apresentar esse Plano de Trabalho e sobre o seu cumprimento, dado o curto prazo que temos pela frente, mas também enaltecendo o empenho e o brilhante trabalho da Senadora Mara Gabrilli na condução desse relatório.

Foram apresentados também os Requerimentos nºs 2 a 8.

Em discussão os requerimentos. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Passamos à votação.

Em votação o Plano de Trabalho, bem como os requerimentos.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os Requerimentos nºs 1 a 6 e o de nº 8. Fica prejudicado o Requerimento nº 7. Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a aprovação da ata da presente reunião.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO MOREIRA MAIA – Presidente... Presidente Túlio...

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. REDE - PE. Por videoconferência.) – Oi!

O SR. RICARDO MOREIRA MAIA – Aqui é o Secretário Adjunto, o Ricardo.

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. REDE - PE. Por videoconferência.) – Bom dia, Ricardo!

O SR. RICARDO MOREIRA MAIA – É só para esclarecer que a gente não tem quórum para votação, apenas para abertura. Então, as votações ainda não podem ser encaminhadas.

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. REDE - PE. Por videoconferência.) – Ah, sim! Não temos quórum ainda?

O SR. RICARDO MOREIRA MAIA – É. As votações não podem ser encaminhadas.

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. REDE - PE. Por videoconferência.) – A gente pode permanecer aqui, aguardando o quórum, por enquanto, mantendo a sessão aberta? Ou a Mesa orienta encerrarmos a sessão e iniciarmos a próxima com esse quórum, para tentarmos alcançar o quórum desejado?

O SR. RICARDO MOREIRA MAIA – Podemos suspender a reunião ou...

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. REDE - PE. Por videoconferência.) – Suspendemos a reunião?

O SR. RICARDO MOREIRA MAIA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. REDE - PE. Por videoconferência.) – Certo. Deixe-me consultar aqui.

Ricardo, me dê um minuto para eu consultar nossa equipe, para eu poder me informar melhor sobre isso. Tudo bem?

O SR. RICARDO MOREIRA MAIA – O Senador Paulo Paim pediu a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. REDE - PE. Por videoconferência.) – Senador Paulo Paim, com a palavra, nosso eterno Presidente.

O SR. PAULO PAIM (PT - RS. Pela ordem. Por videoconferência.) – A querida Senadora Mara Gabrilli, brilhante especialista, condecorada, apresentou aqui um belo Plano de Trabalho. Tenho certeza de que ele será aprovado por unanimidade.

E nós, a partir daqui, então, é claro, temos, nesse processo eleitoral... Todos nós estamos nos dedicando em nível estadual e mesmo em nível nacional. O que eu digo é que é uma das eleições mais importantes das nossas vidas. Não vou fazer aqui debate, defendendo essa ou aquela candidatura. Todo mundo sabe que, naturalmente, eu defendo o Presidente Lula. Mas quero só dizer que esperamos que o debate seja sempre no alto nível, tanto no Plenário, como também em nível nacional, e que se debatam programas para o país, para o nosso povo, para todos os discriminados, e uns dos que são mais discriminados são os próprios refugiados. Esta Comissão cumpre um papel fundamental nesse sentido.

Eu queria, primeiro, como é nossa primeira sessão, cumprimentar também o Presidente Túlio Gadêlha pela Presidência que ele vai exercer nesse período, com a competência de sempre, e pelo trabalho que ele vem fazendo.

Nesse sentido, Presidente, sem querer me alongar – se for preciso, a gente fala um pouco mais, na expectativa de que, quem sabe, a gente consiga ainda o quórum –, eu queria pedir que o Requerimento 7, que eu apresentei, seja retirado de pauta. Apresentei outros dois, e, nesses dois... Eu vou manter os últimos dois que foram entregues.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se o Presidente assim entender, como a nossa querida Relatora, Senadora Mara Gabrilli, eu poderia, talvez, para ganhar tempo – não é para ganhar tempo, é para ganhar tempo para que outros entrem; ali percebi que entrou um outro Senador –, fazer a leitura dos requerimentos – são dois, são bem simples – e, nesse período, então, nós vamos na expectativa de que cheguem mais Senadores.

O Presidente Túlio entendeu? Posso fazer a leitura desses requerimentos, extrapauta?

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. REDE - PE. *Por videoconferência.*) – Pode sim, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (PT - RS. Para encaminhar. *Por videoconferência.*) – Então vamos lá. E vamos torcer para que nesse período cheguem outros Senadores e Senadoras, para que a gente possa, então, deliberar.

Então, um dos requerimentos... Primeiro, fiz o pedido para V. Exa. – pelo que entendi, V. Exa. o acatou – de que eu pudesse fazer a leitura. Vai ser, claro, votado no momento adequado. Requerimento.

Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal, do art. 151 do Regimento Comum do Congresso Nacional, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em data a ser marcada em combinação com o Presidente e com a Relatora, com o objetivo de debater a xenofobia no Brasil e no mundo.

Aí vem agora a justificativa.

Conforme o site politize.com.br, o conceito de xenofobia está relacionado com o preconceito contra diferentes culturas e etnicidade – em realidade, o preconceito contra grupos étnicos (povos que se identificam mutuamente com base em sua ancestralidade e possuem os mesmos costumes, cultura, religião, língua, etc.) não é novo na humanidade.

No decorrer da história humana, muito da dominação e subjugação de um povo sobre outro partia da justificativa da “superioridade cultural” de um grupo em relação aos demais. Um exemplo na antiguidade são os povos greco-romanos, que enxergavam os demais como “bárbaros”, por não possuírem os mesmos costumes e crenças praticadas na Grécia e na Roma antigas.

Como consequência, justificavam as suas invasões e guerras em uma ideia de que era preciso lutar pela sobrevivência de suas tradições, uma ideia ilusória de “civilização” contra “selvagens”.

Hoje, segundo o sociólogo Johan Galtung (1969), exemplos como o citado de ações violentas e de dominação entre grupos podem ser caracterizadas como violência cultural. Ela representa a violência por motivos de religião, ideologia, linguagem, arte, ciência entre outros.

Nesse sentido, podemos conceituar a xenofobia como uma expressão da violência cultural. Isso porque a xenofobia nasce da concepção de que estrangeiros (que vêm de fora) ou desconhecidos são portadores de uma cultura de menor valor, que tem o potencial de ameaçar a integridade da cultura de um país ou comunidade.

Vejam a gravidade dessa reflexão.

Isso significa que a xenofobia consiste na rejeição e discriminação contra estrangeiros ou outros devido às suas características culturais, sociais e mesmo políticas. Nessa linha, a sua ideia se baseia na valorização exaltada do próprio grupo nacional ou social e da sua cultura, convertendo grupos externos em menos relevantes e inferiores.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dessa forma, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur) define a xenofobia da seguinte forma: "sentimento de aversão, desconfiança, medo, antipatia, rejeição em relação ao estrangeiro, ao que vem de outro país, ao que vem de fora. O sentimento de xenofobia se manifesta em atitudes discriminatórias e, muitas vezes, violentas, tanto verbais como físicas e psicológicas contra migrantes".

O nosso país é um país hoje aberto ao mundo, sempre foi, nessa perspectiva, e muitos são aqueles nossos brasileiros que estão no exterior. E nós queremos que eles sejam respeitados, bem tratados, que haja solidariedade, assim como a gente aqui recebe os que vêm de outros países. Por isso, vamos debater esse tema de extrema importância para o Brasil e também para o mundo.

Esse é um dos requerimento de que eu fiz a leitura. É claro que vamos convidar técnicos, especialistas que tenham uma visão da democracia, uma visão de mundo, uma visão para todos, de que todos devem ser respeitados, todos devem ser acolhidos, para que a gente possa, quem sabe, no futuro, dizer que no Brasil não tem mais xenofobia nem discriminação. Vamos trabalhar para isso.

Segundo requerimento – já vou em frente porque eu sei que não há quórum ainda para votação.

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal, do art. 151 do Regimento Comum do Congresso Nacional, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado, a realização de audiência pública com o objetivo de debater em um ciclo de debates os "Direitos Sociais de Migrantes e Refugiados", numa perspectiva de discutir o Brasil, mas também como é lá fora, fazendo com isso a comparação, de forma a construir uma legislação que seja acolhedora para todos aqueles que precisam.

Justificativa.

O site Politize informa que, além de não possuírem proteções legais, os estrangeiros no século XX no Brasil passaram a ter maiores restrições em relação à participação social, sob a justificativa da segurança nacional. Ocorre que grande parte dos operários e trabalhadores nessa época no país eram estrangeiros e, em busca de melhores condições de trabalho, começaram a participarativamente dos movimentos trabalhistas.

Assim, em 1907, foi publicada a primeira lei de expulsão de estrangeiros do Brasil, o Decreto 1.641, que determinava que qualquer estrangeiro que comprometesse a tranquilidade pública poderia ser expulso do território nacional.

Já em 1938, foi aprovada a primeira legislação que regulava a entrada de imigrantes no país, com o objetivo de moldar a composição do povo brasileiro. Assim, o Decreto nº 406 foi publicado, impedindo a entrada de pessoas... Veja, Mara Gabrilli! Assim, o Decreto nº 406 foi publicado, impedindo a entrada... Veja, meu Presidente Túlio Gadêlha, que está aqui coordenando os trabalhos, repito: assim, o Decreto nº 406 foi publicado, impedindo a entrada de pessoas com deficiências, pessoas de etnias cigana e os considerados indigentes, e, na visão deles, outras expressões como vagabundos, o que já demonstra o preconceito muito bem utilizado para barrar a entrada daqueles que eles entendem que não estão de acordo com sua visão de mundo.

Enfim, vamos debater em um ciclo de audiências públicas os direitos sociais de migrantes e, eu diria, refugiados no Brasil, mas com uma visão internacional.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso vai ser muito bom para combater todo tipo de preconceito. Eu entendo que o Brasil só será um país de primeiro mundo no dia em que brancos, negros, pessoas com deficiência, independentemente da sua orientação sexual, tenham direitos iguais e sejam respeitados conforme o caminhar da sua própria história de vida.

Independentemente de quem ganhar o Governo, vai ter que governar para todos e não somente para o núcleo que porventura tenha se identificado mais com o seu programa ou com os votos que deram, porque, uma vez eleito Presidente da República de um país continental como o nosso, tem que acolher a todos, governar para todos. Somente assim – eu dizia ontem e repito hoje – nós poderemos voltar a ser um país considerado de quinta ou sexta economia mundial. O Brasil tem todas as condições de fazer isso acontecer, desde que a gente não discrimine ninguém e governe para todos.

Era isso, meu Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. REDE - PE. *Por videoconferência.*) – Agradeço aqui ao nobre Senador Paulo Paim pela leitura dos requerimentos. Parabenizo-o pelos requerimentos apresentados.

Senador, a gente está hoje aqui com a presença de nove Parlamentares, precisamos de um quórum de treze. Dialogando aqui com a Mesa, a gente sugere a suspensão dos trabalhos e marca a retomada desses trabalhos para as 15h, para que a gente possa aproveitar esse quórum de nove Parlamentares presentes e tentar reabrir nossa reunião ainda hoje e ter todos esses nossos requerimentos apresentados e o plano de trabalho da Senadora Mara Gabrilli, que foi muito bem escrito e pensado, aprovados, para a gente não perder esta importante reunião.

Dessa forma, chamo para as 15h a reabertura desta reunião e declaro suspensa a presente reunião.

Obrigado, Senador Paulo Paim. Obrigado, Senadora Mara Gabrilli. É um prazer vê-los aqui novamente aqui, depois de uma dura corrida eleitoral. Vamos trabalhar este ano para mudar os rumos do país. Um abraço grande!

O SR. PAULO PAIM (PT - RS. *Por videoconferência.*) – Um abraço, Presidente. Até as 15h.

A SRA. MARA GABRILLI (PSDB - SP. *Por videoconferência.*) – Abraço. Abraço a todos!

(Iniciada às 10 horas e 50 minutos, a reunião é suspensa às 11 horas e 15 minutos do dia 06/10/2022.)

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. REDE - PE. *Fala da Presidência. Por videoconferência.*) – Declaro reaberta a 2ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados.

A Presidência comunica que, no dia 6 de outubro, a Senadora Mara Gabrilli procedeu à leitura do seu Plano de Trabalho, suspendendo-se, em seguida, essa reunião.

Foram apresentados também os Requerimentos nºs 2 a 8.

Comunico que esta Presidência recebeu o contato do Deputado Leônidas Cristina informando ter dificuldades para acessar o *link* desta reunião, solicitando, assim, o registro de sua presença.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dessa forma, determino à Secretaria da Comissão o registro da presença do Deputado Leônidas Cristino na presente reunião.

Em discussão os requerimentos. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão, passamos à votação.

Em votação os requerimentos.

Em votação o Plano de Trabalho, bem como os requerimentos, exceto o Requerimento nº 7, que foi retirado pelo autor.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os Requerimentos nºs 2 a 6 e o Requerimento nº 8.

Fica prejudicado o Requerimento nº 7.

Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a aprovação da ata da presente reunião.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado a todas e todos.

Até a próxima reunião da CMMIR!

(Reaberta às 14 horas e 47 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 48 minutos, do dia 19/10/2022.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3^a REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS E REFUGIADOS DA 4^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56^a LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE NOVEMBRO DE 2022, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às dez horas e seis minutos do dia três de novembro de dois mil e vinte e dois, no Reunião Remota, sob as Presidências dos Parlamentares Túlio Gadêlha e Mara Gabrilli, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados com a presença dos Parlamentares Paulo Paim e Eduardo Barbosa, e ainda do Senador não membro Guaracy Silveira. Deixam de comparecer os Parlamentares Eduardo Braga, Rafael Tenório, Nelsinho Trad, Irajá, Eliziane Gama, Dr. Zacharias Calil, Nicoletti, Angela Amin, João Maia, Rennato Queiroz, Camilo Capiberibe e Leônidas Cristino. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 2/2022 - CMMIR, de autoria Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP). **Finalidade:** Debater a situação do refúgio e da acolhida humanitária dos afegãos no Brasil. **Participantes:** Juíza afegã; Renata Gil, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB; Fabio Cavalcante, Secretário Municipal de Assistência Social de Guarulhos; Bernardo de Almeida Tannuri Laferté, Coordenador-Geral do Comitê Nacional para os Refugiados da Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública; Niusarete Margarida de Lima, Assessora para Assuntos de Imigração da Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério de Estado da Cidadania; Maria Beatriz Nogueira, Chefe de escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) em São Paulo; Gabriel Saad Travassos do Carmo, Secretário-Geral de Articulação Institucional da Defensoria Pública da União; Padre Marcelo Maróstica Quadro, Representante da Caritas Arquidiocesana de São Paulo; e Célia Leão, Secretária de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Deputado Túlio Gadêlha

Presidente da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/11/03>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. REDE - PE. Fala da Presidência. *Por videoconferência.*) – Antes de iniciar a reunião, eu solicito que a Secretaria habilite a interpretação simultânea. Nesta audiência, haverá a tradução para o português dos discursos que serão realizados em inglês e vice-versa.

Para selecionar o canal nos controles da reunião, clique no botão "interpretação", que tem como símbolo um globo, e selecione a sua preferência, se deve escutar em português ou inglês. Para ouvir somente a tradução, selecione, em seguida, "silenciar áudio original" ou "mute".

Diante da presença de todas e todos aqui, havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater a situação do refúgio e da acolhida humanitária dos afgãos no Brasil.

Irão participar da nossa audiência, de forma remota, os seguintes convidados: Célia Leão, Secretária de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo; Fábio Cavalcante, Secretário Municipal de Assistência Social de Guarulhos; Bernardo Laferté, Coordenador-Geral do Comitê Nacional para os Refugiados da Secretaria Nacional de Justiça; Niusarete de Lima, Assessora para Assuntos de Imigração da Secretaria Nacional de Assistência Social; Maria Beatriz Nogueira, Chefe de escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur) em São Paulo; Renata Gil, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros; Gabriel do Carmo, Secretário-Geral de Articulação Institucional da Defensoria Pública da União; Padre Marcelo Quadro, representante da Caritas Arquidiocesana de São Paulo; e juíza afgã.

Esta audiência pública será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211.

De acordo com as normas regimentais, cada convidado fará sua exposição em até dez minutos. Em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Parlamentares aqui inscritos.

Ao final, aqueles que desejarem fazer uso da palavra devem solicitar sua inscrição por meio da função "levantar a mão" no aplicativo ou registrando seu pedido no bate-papo dessa ferramenta.

Antes de começar a exposição dos convidados especialistas aqui presentes, eu gostaria de passar a palavra e também os trabalhos para a Relatora desta Comissão, a Senadora Mara Gabrilli. Quero destacar que a Senadora vem desempenhando um papel brilhante à frente dessa relatoria, neste Colegiado, especialmente.

Nos últimos encontros, conseguimos aprovar aqui o Plano de Trabalho das atividades da Cmmir até o final deste ano. Em relação ao ano que vem, realizaremos também uma visita técnica ao Aeroporto de Guarulhos, onde estarei presente junto com a Senadora e outros Parlamentares, e também a espaços de acolhimento em São Paulo, para acompanhar de perto a situação dos refugiados.

Eu gostaria de anunciar com exclusividade que, a partir de agora, vocês também poderão acompanhar o trabalho da Cmmir pelas redes sociais do Instagram, pelo endereço @cmmir.leg.

Sem mais delongas, passo a palavra e a condução dos trabalhos para a Senadora Mara Gabrilli.

Senadora!

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSDB - SP. *Por videoconferência.*) – Obrigada, Presidente Túlio. Obrigada por toda a sua dedicação à nossa Comissão.

Eu quero cumprimentar todos os presentes.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de tudo, eu gostaria de fazer uma descrição da minha imagem. Eu sou uma mulher branca, de cabelos meio longos, castanhos claros. Estou de roupa preta. Atrás de mim, há o cenário de um quadro que tem um céu e uma montanha. Estou com uma cara sorridente.

Em 24 de setembro de 2021, foi editada pelos Ministérios da Justiça e Segurança e das Relações Exteriores a portaria interministerial que dispôs sobre a concessão do visto temporário de autorização de residência para fins de acolhida humanitária para afegãos. Há, contudo, ainda muitos obstáculos a serem vencidos pelos refugiados que chegam via Aeroporto Internacional de São Paulo. Nos últimos meses, vemos que há dezenas e até mais de uma centena de afegãos e afegãs que passam dias e noites acampados, próximos ao Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante do Aeroporto de Guarulhos, em busca de acolhimento, de regulamentação documental, de acesso a serviços públicos. A situação em Guarulhos merece atenção federal mesmo e, é claro, do estado também. É inadmissível que o Governo Federal não tenha criado dotação orçamentária específica e contínua para permitir a realização de ações socioassistenciais, como políticas de acolhimento, inclusão social nos estados, nos municípios que têm acolhido as pessoas do Afeganistão com solidariedade e trabalho duro.

Aproveito também esta oportunidade para pedir que a Casa Civil edite um decreto para permitir o repasse de fundos federais e outras medidas de assistência emergencial para o acolhimento de afegãos em situação de vulnerabilidade decorrente desse fluxo migratório com a crise humanitária.

Há previsão legal para isso – a Lei nº 13.684, de 21 de julho de 2018 –, e um decreto similar já foi editado para o fluxo venezuelano. Então, a gente entende nesta Comissão que a mesma medida pode e deve ser feita para o caso afegão. E, se o visto é humanizado, o acolhimento em todas as suas etapas também deve ser.

E por fim eu recordo que a gente apresentou também o Requerimento nº 4, de 2022, para uma visita técnica, aquela que o Presidente falou, o Deputado Túlio, dos Parlamentares desta Comissão, para diligências no Aeroporto de Guarulhos em centros de acolhimento dos afegãos no Estado de São Paulo. O requerimento foi aprovado na última reunião deliberativa da Cmmir, no dia 19 de outubro de 2022, e a visita técnica ocorrerá na próxima quinta-feira, dia 10 de novembro de 2022.

Eu também queria informar e pedir o apoio de todos os Senadores para as emendas que apresentei nesta Comissão do Plano de 2023, agora, com vistas a destinar mais verbas federais para o acolhimento digno e humanitário dos imigrantes e refugiados que buscam prosperar no Brasil, trazendo mais diversidade, riqueza cultural, tolerância, inclusão ao nosso país, enfim, ensinando a gente muita coisa que a gente tem que aprender.

Eu gostaria de dar início às intervenções dos nossos convidados, que, tenho certeza, serão muito enriquecedoras. Agradeço mais uma vez a presença de todos, lembrando que cada um terá dez minutos para as suas considerações. Como temos muitos convidados e convidadas, a gente solicita a gentileza de serem diretos e sucintos em suas intervenções.

Eu quero passar imediatamente a palavra para a juíza afegã que reside no Brasil há cerca de um ano. Obrigada. Por favor, Doutora. (Pausa.)

A SRA. JUÍZA AFGÃ (Para expor. *Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Olá a todos...

Olá... Bom dia...

Vocês me ouvem? (Pausa.)

Olá a todos. Aqui é a juíza do Afeganistão. Não entendo tudo que vocês dizem, mas tento entender pelo menos um pouco do que falaram. Obrigada por mencionar a sua disposição em ajudar com os problemas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de mencionar a situação do Afeganistão. Está muito ruim, muito complicada, principalmente a situação da economia, educação, a segurança... A situação está muito ruim. As pessoas enfrentam muitas dificuldades atualmente.

As pessoas decidiram sair do Afeganistão por causa da situação e da insegurança. O Brasil, entre outros países... nos deram a segurança de vir para o Brasil. Muitas pessoas que eu conheço vieram. Amigos meus inclusive, que queriam vir, decidiram vir, porque nada têm no Afeganistão: nem trabalho, nem educação, segurança, nada.

Quando essas pessoas decidiram vir ao Brasil, elas tinham muita esperança. Pensaram que estavam vindo para a sua pátria, tal foi a esperança que o Brasil lhes deu, e elas estavam muito felizes por vir ao Brasil, principalmente aqueles que decidiram vir. Eles gastaram muito dinheiro para chegar ao Paquistão, ao Irã, para fugir para outros países.

Eu conversei com três famílias que chegaram aqui ao Brasil e me disseram, há mais de um mês...
(Pausa.)

Olá? Posso continuar? (Pausa.)

Disseram-me que tiveram muitos problemas para obter vistos no Paquistão ou no Irã, muitos problemas quando chegaram, principalmente no Paquistão e no Irã. Houve muitos problemas. A situação foi muito complicada.

Disseram que gastaram muito dinheiro, que eles querem se sentir seguros em uma sociedade e querem continuar com educação, querem prosperar, querem continuar vivos. Disseram que tiveram muitos problemas no Paquistão essas três famílias com as quais conversei. Quando chegaram ao Brasil, pensaram "Pronto, agora estamos seguros" e ficaram agradecidos por chegar ao Brasil.

Quero também falar sobre os vistos humanitários do Brasil, que foram importantes para o povo afegão por causa da situação.

Eles tiveram que sair do país. Nada existe no Afeganistão, não há escolas, as crianças não conseguem estudar.

Eu gostaria de pedir ao Governo brasileiro que continue emitindo esses vistos para os afegãos, como já estão fazendo. Quero mencionar... Vamos encontrar uma solução para esse problema. Não é necessário mencionar o problema. Quando eu descobri os problemas deles, é realmente insuportável. Alguns países decidiram emitir esses vistos e tiveram problemas similares. Quero falar sobre os problemas que as pessoas estão tendo em São Paulo e em outras cidades. Minha opinião é que vamos pensar sobre nossas responsabilidades, até mesmo minha responsabilidade, porque eu cheguei aqui um ano atrás. Então, eu tenho experiência no Brasil, como falar, como fazer amigos, como resolver as coisas. É minha responsabilidade também, é responsabilidade de todos nós. É preciso que as comunidades, empresas particulares, organizações, sociedade civil... Todos devemos nos unir para encontrar uma solução para esse problema. Sei que não será apenas neste ano, ou no próximo ano, ou em dois anos, sei que será um problema contínuo, porque o Brasil é um país para o qual muitos querem vir. E muitos países que conheço... Eu sei que vocês têm imigrantes dos mais diversos países. Assim, encontrar uma solução para esses problemas...

Não tenho muito mais a dizer, porque essas são as coisas específicas. Então, quero deixar que a reunião continue.

Eu quero agradecer ao Brasil pelos vistos humanitários, por não ter nos abandonado nessa situação. Eu agradeço muito ao Brasil por dar esses vistos aos afegãos que agora estão em segurança.

Obrigada.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSDB - SP. *Por videoconferência. Tradução simultânea.*)

– Obrigada, Excelência.

Quero falar em inglês com a senhora.

A nossa Comissão tem consciência de que as nossas embaixadas estão levando tempo demais para emitir os vistos humanitários. Eu até provoquei o Ministro das Relações Exteriores, Carlos França, e continuaremos a pressioná-los. Escrevemos mais de três ofícios a eles em relação aos vistos e também conversamos com ele por telefone.

Muito obrigada, Excelência, por sua fala.

A SRA. JUÍZA AFEGÃ (*Por videoconferência.*) – Obrigada, também.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSDB - SP. *Por videoconferência.*) – Senador Guaracy Silveira... (*Pausa.*)

Está mudo, Senador.

O SR. GUARACY SILVEIRA (PP - TO. *Por videoconferência.*) – Estão escutando agora? O.k.

Senadora Mara Gabrilli, que prazer estar sendo presidido neste momento por V. Exa., uma Senadora tão competente, a quem não podemos deixar de externar a nossa admiração, porque vemos, Senadora, que um acidente tirou grande parte de seus movimentos, mas não tirou a sua inteligência, não tirou a sua dignidade, não tirou a sua capacidade de trabalho, não tirou a honra, não tirou o princípio da humanidade... Então, V. Exa. é um exemplo gratificante para a nossa Câmara alta. Então, pedimos, Senadora, que Deus a abençoe muito, dando-lhe vida longa e saúde, que os milagres de Deus aconteçam na sua vida e que seja uma bênção onde estiver.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSDB - SP. *Por videoconferência.*) – Obrigada, Senador, obrigada!

O SR. GUARACY SILVEIRA (PP - TO. *Por videoconferência.*) – Senadora, é bom quando a gente traz a dificuldade, mas traz a energia e a força conjugadas com a capacidade, isso é muito bom. Você é uma das pessoas que significa este nosso Senado.

Então, Senadora, neste momento, eu gostaria de ressaltar realmente o que o Brasil tem feito em prol dos migrantes e retirantes de tantos países, como nós vimos no Haiti, com as nossas Forças Armadas, que foram lá, com o apoio que nós estamos dando aos haitianos... É uma coisa extremamente... O Brasil tem sido um país de referência.

É interessante que, na nossa divisa norte, lá em Roraima, Pacaraima, todo dia, Senadora, estamos recebendo centenas e centenas de retirantes. Chegam quase 500 por dia. O Exército brasileiro já chegou a distribuir 18 mil refeições diárias para retirantes da Venezuela, que são perseguidos – ou fugindo da perseguição política ou fugindo da miséria instalada naquele país.

Então, esse coração generoso do brasileiro tem recebido... Esses dias, por exemplo, em Palmas, alguns retirantes pediram passagem para a Prefeitura para ir a outros lugares procurar emprego. A Prefeitura, generosamente, atendeu, afinal, o Brasil parece que nasceu sob esse signo de coração grande.

Nós começamos, primeiro, evidentemente, com os imigrantes portugueses, que construíram... Depois vieram os imigrantes italianos e japoneses. Nós temos que fazer todas nossas honras e reconhecimento aos imigrantes italianos e japoneses, que vieram, justamente, para o setor primário da nossa economia, como agricultores, produtores, lavradores, e construíram uma economia forte no Brasil. Depois vieram libaneses, afinal, e tanta gente que tem vindo para o Brasil. Mas, ultimamente, nós temos visto essa onda (*Falha no áudio.*)

... fugindo justamente de perseguições (*Falha no áudio.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

... venezuelanos vêm ao Brasil, fugindo (*Falha no áudio.*)
... naquele país.

Então, temos hoje, Senadora, dois países do mundo que parecem que abrem as portas para abençoar as pessoas mais sofridas, porque sair de uma terra natal, das suas origens, da sua língua, das suas tradições, da sua economia, do seu folclore, da sua religião para um lugar completamente diferente é algo muito difícil. Dois países do mundo têm sido até hoje o grande alvo. Isso daí merece o reconhecimento mundial. Esses países são o Brasil e os Estados Unidos. Os Estados Unidos hoje têm 19%, aliás, quase 20% de todos os imigrantes (*Falha no áudio.*)

... da população americana.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSDB - SP. *Por videoconferência.*) – Obrigada, viu, Senador?

Ah, eu te interrompi? Perdão!

O SR. GUARACY SILVEIRA (PP - TO. *Por videoconferência.*) – Não se preocupe, não. Ser aparteado por V. Exa. faz um bem à gente e à alma da gente, não é? (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSDB - SP. *Por videoconferência.*) – Obrigada, obrigada pelas suas considerações, Senador, importantes. O Brasil é um país que tem que ter sempre as portas abertas.

O SR. GUARACY SILVEIRA (PP - TO. *Por videoconferência.*) – (*Falha no áudio.*)

... dá para abrigar muita gente e abençoar (*Falha no áudio.*)

... se for bem conduzido, ele pode ser o elo. Nós temos água em abundância, sol em abundância, terra em abundância, riqueza em abundância (*Falha no áudio.*)

... nós faremos deste país um país amplo e generoso.

Para se ter ideia, olha, Senadora, 94 nacionalidades, nos últimos anos, de 2020 para cá, pediram asilo no Brasil – 94 nacionalidades! –, ou seja, foram pedidos 187 mil vistos de permanência no Brasil.

Então, Presidente, isso mostra que nós somos um país aliviado e, vamos dizer, um porto seguro, procurando no mundo. E nós vemos...

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSDB - SP. *Por videoconferência.*) – Senador, eu estou preocupada com o horário, porque tem um monte de convidados para falar. E eu queria muito que o senhor ficasse na Comissão até o final para o senhor trazer mais informação para a gente, o que é muito importante, mas eu sei que a Dra. Renata Gil, por exemplo, precisa ir embora porque ela tem um compromisso. Eu posso passar a palavra a ela e a alguns outros convidados e depois a gente volta com o senhor?

O SR. GUARACY SILVEIRA (PP - TO. *Por videoconferência.*) – O.k., Senadora. Com prazer, com prazer...

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSDB - SP. *Por videoconferência.*) – Mas fique com a gente.

Obrigada, Senador.

E, agora, vamos ouvir a Dra. Renata Gil, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB).

A SRA. RENATA GIL (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito bom dia a todos e a todas!

Eu gostaria de cumprimentar todos os convidados, todos os Parlamentares, nas pessoas da Senadora Mara Gabrilli, que tem desenvolvido um papel importantíssimo de representação do Brasil no cenário internacional com relação ao tema de refugiados, imigração, e do Deputado Túlio Gadêlha, com quem tive a oportunidade também de conversar pessoalmente sobre as ações da AMB.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer que o maior desafio da humanidade será realmente o acolhimento e o assentamento desses fluxos migratórios. Estudos recentes apontam que a África fará um fluxo migratório muito potente ao continente europeu. Dentro do Brasil nós teremos fluxos migratórios internos. Já recebemos fluxos migratórios de outros países. Nós precisamos criar políticas públicas para lidar com essa situação, políticas públicas que sejam efetivas e não somente essas emergenciais que nós estamos tentando agora concretizar, mas que precisam ser mais perenes. Eu acho que esse é o desafio da Comissão, esse é o desafio de todas as instituições – e aqui tem tantas instituições importantíssimas que têm ajudado e acolhido todas essas pessoas no nosso país.

A minha fala é muito breve, eu venho só consolidar o trabalho que foi realizado pela AMB no acolhimento das magistradas afegãs – nós acabamos de ouvir uma dessas magistradas que chegou ao Brasil. A AMB providenciou a chegada de 26 afegãos, juízes, juízas e parentes. Isso aconteceu logo após a tomada de Cabul pelos talibãs, e esses magistrados que chegaram ao Brasil se encontravam em risco iminente em razão de suas decisões judiciais condenando talibãs. É claro que o meu movimento foi um movimento principalmente focado na figura das mulheres: eu me preocupei muito com as juízas afegãs porque eu ouvia que o Afeganistão entraria num retrocesso civilizatório gigantesco, como efetivamente entrou e foi relatado aqui. As mulheres hoje não podem sair mais às ruas, as escolas e universidades foram fechadas para as mulheres, e elas têm a possibilidade de serem apedrejadas por seus atos de acordo com a interpretação desse grupo criminoso que está no poder. Eu me coloquei no lugar de uma delas, porque o Afeganistão vivia uma democracia, elas estudavam, fizeram uma espécie de concurso, como nós brasileiras e brasileiros fazemos para aprovação na magistratura, e tudo isso tinha caído por terra em razão desse poder dos talibãs.

O que nós fizemos na AMB – e fomos a única associação de juízes no mundo que fez um plano de ação, que tem sido entregue a outras nações, pelas nossas missões brasileiras no exterior, para que sirva de modelo, de exemplo para outros países, para outras entidades – foi organizar a chegada dessas afegãs após um resgate, que foi organizado por uma entidade internacional intermediada pela Associação Internacional de Mulheres Juízas.

Elas nos acionaram, e imediatamente eu acionei o Parlamento através da Comissão de Relações Exteriores. Na época, o Deputado Aécio Neves me disse que o Brasil precisava de uma portaria interministerial, então eu imediatamente fui ao Ministério das Relações Exteriores, e eles me disseram que eu precisava conversar também com o Ministério da Justiça. Foi quando nós conseguimos, num prazo muito exígido de aproximadamente uma semana, por meio de um pedido bastante fechado que a AMB fez – a portaria repete, inclusive, os termos desse pedido da AMB –, a edição dessa portaria interministerial. Logo em seguida, trabalhamos de forma muito concreta na emissão desses vistos, que tinham que ser digitais porque as juízas estavam todas escondidas em *bunkers*, em outros países, e não poderiam ser identificadas, nem tampouco localizadas. Elas saíram ou pelo Paquistão ou pelo Uzbequistão, mas tudo isso era mantido em sigilo, como até hoje é – nós temos cláusula de confidencialidade –, porque há outras magistradas ainda em situação de resgate, e por isso nós precisamos ainda manter esse sigilo de como a operação se deu. Mas fato é que a chegada delas aconteceu após a emissão desses vistos digitais, que foram todos checados e organizados junto à Polícia Federal, à Abin, e uma grande operação de recepção foi montada por nós em parceria com a Casa Civil, com o Ministério das Relações Exteriores, em reuniões periódicas durante dois meses, sob a orientação do Acnur e sob a orientação também do órgão migratório Conare, do Ministério das Relações Exteriores.

Nós fomos muito bem conduzidos, fomos muito bem orientados com relação ao que era preciso para essa recepção – são questões psicológicas, são questões envolvendo choque cultural e tantas outras que nós





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realmente enfrentamos quando recebemos essas pessoas –, nós tivemos essa orientação, e acho que por isso o plano da AMB deu tão certo e completa um ano agora no dia 7, quando teremos uma grande solenidade no Centro Cultural Banco do Brasil, que foi o maior parceiro da AMB logo quando houve a situação de resgate.

Eu e minha equipe nos dirigimos ao aeroporto de Guarulhos, onde recebemos essas pessoas. Eu gravei um vídeo para que eles me identificassem na saída do avião, porque eles também não sabiam quem eu era. Todos estavam muito assustados. Algumas famílias chegaram apenas com uma mochila nas costas. Havia muitas crianças pequenas: eu recebi crianças de zero a seis anos. Então, tudo foi um desafio muito grande. E eles falavam muito pouco inglês – falam pouco inglês até hoje –; português, então, nem pensar! Eles não sabiam que país era o Brasil. Eles não sabiam qual era a capital do Brasil. E o que eu pensei, e que achei que deu muito certo, foi organizar todos eles numa unidade do Ministério da Defesa – eu faço agradecimento ao Ministro, que abriu as portas de uma só vez para nós. Nós adaptamos uma escola do Ministério da Defesa e colocamos todas essas pessoas lá num prazo de três meses, quando nós então, através de um financiamento privado, conseguimos colocar todos eles em apartamentos alugados no Plano Piloto, na Asa Sul e na Asa Norte. Tem um tutor para eles, que está em contato o tempo inteiro, que leva ao médico, que obtém todos os documentos que são necessários para que eles permaneçam no Brasil em situação regular. E eles todos têm esses documentos; nós os tiramos muito brevemente. Eu acho que isto, talvez, seja uma sugestão: que este posto avançado que já existe no aeroporto de Guarulhos e que recebe todas essas pessoas... A gente tem aproximadamente ainda cem pessoas em situação de emergência no aeroporto em razão da superlotação dos abrigos, e eu sei que o Governo de São Paulo tem ajudado. Eu mesma enviei um ofício e fui respondida pelo Governo de São Paulo. Eles estão investindo em abrigos provisórios. A gente acredita que, até o final do mês de dezembro, a gente tenha aproximadamente cem vagas novas, mas elas são insuficientes ainda, e a política pública precisa ser construída.

Nós construímos uma política pública de educação. Todas as crianças estão em escolas. Nós conseguimos bolsas para essas crianças em escola particular. E todas as crianças têm assistência de saúde. Isso é muito importante, porque a gente não sabe a carga viral que essas pessoas trazem para o país. O Brasil, por exemplo, já erradicou a pólio; então, é importante que essas pessoas sejam vacinadas. São pessoas que precisam dessa assistência, eles nos pedem essa assistência. Então, essa recepção também tem que se coadjuvada com essa assistência de saúde pública imediatamente e com a assistência psicossocial, porque efetivamente são pessoas que vivem em outra cultura e que, quando chegam ao Brasil, não compreendem a forma como nós vivemos. Então, esse é um auxílio importante. Além disso, há o auxílio da língua, que também foi providenciado. Nós, juntamente com a UnB (Universidade de Brasília), conseguimos aulas emergenciais de português que ensinassem para que eles pudessem se virar num primeiro momento para comprar alguma coisa, para ir ao médico e se explicar. Então, isso também foi providenciado para eles.

O que eu acho relevante pontuar é que muitas pessoas que têm chegado ao Brasil têm uma qualificação muito alta e poderiam estar no Brasil trabalhando se tivessem a revalidação dos diplomas, e a gente tem muita dificuldade nessa revalidação. Então, eu queria pedir apoio ao Parlamento não só para ajudar na construção da política pública. Nós estamos fazendo esse trabalho. Tenho conversado com o Ministro Carlos França, do Itamaraty, e ele tem se colocado bastante aberto também à construção dessa política em conjunto. Eu acho que o Brasil precisa de um órgão interinstitucional nessa questão migratória, porque nós somos a informação que vai e vem da sociedade. Nós estamos recebendo essas pessoas, e há outras entidades que precisam de se expressar. Então, essa é a nossa sugestão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coloco à disposição a AMB para o plano. Já entreguei ao Deputado Túlio Gadêlha todo o nosso material. E podem contar conosco para a construção deste novo momento, que não é um novo momento para o Brasil, é um novo momento mundial.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSDB - SP. *Por videoconferência.*) – Muito obrigada, Dra. Renata Gil. A gente sabe que o trabalho de ação de vocês foi fundamental para os direitos das magistradas afeagãs.

Eu sinto muito orgulho do trabalho de mulheres brasileiras como você e tantas outras que ajudaram, do trabalho da associação para a criação dos vistos humanitários. Esse é um exemplo prático de implementação da política pública e de cooperação entre os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário que a gente quer.

Vocês fizeram. Dá para ver que é possível. Por isso, a gente não pode esquecer que hoje o nosso desafio são os cem afeagãos dormindo no aeroporto, e precisamos muito da força do seu trabalho.

E, aproveitando – esse já é o nosso desafio –, eu quero passar a palavra para o Sr. Fabio Cavalcante, que é o Secretário Municipal de Assistência Social de Guarulhos.

Muito obrigada.

O SR. FABIO CAVALCANTE (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia. Bom dia a todos.

Eu queria começar agradecendo o convite à Senadora Mara Gabrilli e ao Deputado Túlio Gadêlha.

Nós estamos enfrentando, aqui em Guarulhos, a primeira recepção, a primeira acolhida...

Deixem-me colocar só o tempo aqui. Se deixarem, eu vou ficar falando até amanhã. Então, só um momento... *Timer* o.k., iniciado.

Eu ia passar uma apresentação, mas vou contextualizar de uma maneira mais ilustrativa, vamos dizer assim. E, se vocês precisarem da apresentação, eu repasso via *e-mail*.

Desde janeiro de 2022, nós começamos a receber uma demanda no Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante, que é um equipamento da Prefeitura de Guarulhos – abaixe um pouco o som aí; está dando eco aqui – dentro do aeroporto. Então, a função principal desse equipamento é atender a deportados inadmitidos e fazer o combate ao tráfico de pessoas. Desde janeiro a gente começou a ver esse movimento, devido à contenção de risco humanitário por parte do Governo Federal, e a gente começou a se articular para fazer o encaminhamento dessas pessoas para os acolhimentos tanto do Município quanto do Estado de São Paulo.

No mês de abril, houve uma entrada de 58 pessoas pelo posto humanizado, sem retaguarda nenhuma, que chegaram ao Brasil, bateram no posto e disseram que não tinham para onde ir, o que ocasionou a articulação com a rede, para a gente tentar fazer um encaminhamento da melhor forma possível.

Imediatamente, eu tentei com o Acnur e com a Caritas – a Maria Beatriz está aqui, inclusive a minha conversa foi com ela –, e a gente conseguiu, em tempo recorde, abrir um acolhimento no município para dar retaguarda ao Posto Avançado de Atendimento Humanizado. Então, a ideia era que o acolhimento do Município de Guarulhos desse retaguarda ao aeroporto. Assim, as pessoas não precisariam ficar no aeroporto, diante de todo o estudo que a gente fez. Porém, as vagas foram insuficientes – foram 29 vagas disponibilizadas para essa retaguarda –, infelizmente no segundo dia já estava superlotado, e a gente não conseguiu mais encaminhar as pessoas para lá, o que ocasionou um maior número de pessoas no aeroporto.

Houve uma conversa também com a Niusarete, Presidente, que deu todo o apoio técnico para que a gente conseguisse pedir um aporte financeiro de cofinanciamento, um cofinanciamento por parte do Governo Federal, o que foi realizado no mês passado, e a gente está em tratativa de abrir um acolhimento





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na cidade; mais um, não é? Nós temos hoje dois acolhimentos na cidade: um totalmente emergencial, totalmente adaptado para pessoas deficientes; e outro, que é esse em parceria com a Caritas. E vamos ter mais um acolhimento com o cofinanciamento do Governo Federal, que a gente conseguiu.

Mas é importante a gente colocar um número aqui. Em Guarulhos, devido ao aeroporto – Guarulhos possui o maior aeroporto da América Latina; então, os voos que vêm do Oriente Médio não vão para nenhum outro estado, vêm para o Estado de São Paulo e ficam em Guarulhos –, nós já atendemos e encaminhamos para os acolhimentos do estado, do município e de parceiros 1.387 pessoas. Então, essas 100 pessoas que estão hoje no aeroporto são realmente as que a gente não tem condições de encaminhar para nenhum acolhimento no Estado de São Paulo.

O Estado de São Paulo – a secretaria está presente também – tem sido um grande parceiro. A gente dividiu as responsabilidades. Guarulhos ficou com a primeira acolhida dessas pessoas: garantia de segurança alimentar – café da manhã, almoço e janta são ofertados pelo Município de Guarulhos –, além de todas as necessidades emergenciais, como cobertores, água. Então, toda essa questão ficou para o Município de Guarulhos na retaguarda. E o Estado de São Paulo gerencia todas as vagas de acolhimento. Então, o Município de Guarulhos referencia todas as pessoas que vêm chegando ao Brasil através dos voos e procuram o posto humanizado. Hoje tem 114 pessoas lá – foi a última atualização que eu recebi. A gente referencia e solicita essas vagas ao Governo do Estado, que é quem gerencia todas vagas. O Governo do Estado encaminha para onde a vaga está disponível. Então, a gente faz o encaminhamento, o Governo do Estado valida: "Em Morungaba a gente tem 30 vagas, pode encaminhar". E Guarulhos também, muitas das vezes, faz o translado dessas pessoas até o acolhimento.

Então, a demanda ficou por parte, em cima do Município de Guarulhos. E o principal pleito do município é de que o Governo Federal realmente se responsabilize por isso, pela demanda toda, não só pela parte de cofinanciamento, porque o Governo Federal tem *expertise* para isso, uma vez que Pacaraima é um... Eu sei que a gente não consegue comparar uma situação com a outra pelo número, pela fronteira, pela situação, mas é o que Guarulhos tem de referência. Então, como o Governo Federal já fez isso, a proposta do município, o pleito do município é de que o Governo Federal se responsabilize por todo esse encaminhamento, porque o Estado de São Paulo não consegue fazer o encaminhamento dessas pessoas para outros estados. E eu entendo, assim como o Prefeito da cidade, assim como o Governo do Estado, com quem a gente já conversou algumas vezes; a gente entende que o Governo Federal consiga fazer a distribuição, vamos chamar assim, dessas pessoas para os outros estados da União, uma vez que essa demanda não é uma demanda de Guarulhos, não é uma demanda do estado, é uma demanda federal, é um problema humanitário, e Guarulhos realmente vestiu a camisa, vamos dizer assim, como o Governo do Estado, como o Governo Federal, que vêm dando todo o suporte, mas hoje a maior demanda fica em cima do Município de Guarulhos. A gente já serviu – para dar uma elucidada – mais de 5 mil *kits de lanches* desde abril. A gente serviu mais de 28 mil refeições no aeroporto de Guarulhos. Então, a gente está com problema com essas manifestações que estão tendo, que estão travando a rodovia, e essas pessoas que estão hoje no aeroporto não podem ficar sem alimentação.

Então, toda essa demanda primária que o município vem acampando está sendo muito custosa para o município de uma maneira geral, e não só custosa financeiramente, mas custosa de maneira técnica também. A gente tem funcionários no Posto Avançado de Atendimento Humanizado que já estão se afastando por problemas de saúde e por estafa mental. A demanda é muito grande, exige muito do funcionário, pela dificuldade de conversação, pela dificuldade cultural realmente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, um apelo que eu faço à Senadora, ao Deputado e a todos os presentes é que a gente consiga desenhar um fluxo melhor para fazer o encaminhamento dessas pessoas. Eu estou vendo a hora em que Guarulhos não vai conseguir mais fazer o atendimento humanitário que a gente, o Brasil, precisa fazer, não é? Então, Guarulhos está fazendo isso com o apoio do Governo do estado, com o apoio do Governo federal, mas a gente está chegando ao nosso limite. Além disso, uma das funções do posto, que é o combate ao tráfico de pessoas, a gente não está conseguindo efetivar porque a demanda que chega todo dia é tão grande que a gente não consegue ter perna para fazer o que o posto foi efetivamente criado para fazer.

Desculpa até o desabafo de minha parte, mas realmente a situação aqui em Guarulhos é uma situação bem complicada. A Niusarete e eu, a gente conversa quase que diariamente, e ela fala: "Calma, a gente recebe lá 500 pessoas", assim como o Senador disse, lá em Pacaraima. Só que é uma realidade diferente, e a realidade está batendo aqui na porta, e a gente tenta o tempo todo conversar com todos os entes para tentar efetivar isso da melhor forma possível.

Eu queria falar também que Guarulhos também está, como a Dra. Renata disse, vacinando todas as pessoas que chegam aqui ao município. Então, todas as pessoas que são referenciadas pelo posto humanizado que estão no aeroporto já estão vacinadas, já estão com a carteirinha de vacinação atualizada, já saem do aeroporto com a carteira de vacinação atualizada.

Eu acho que é isso. Se alguém precisar de mais alguma informação, eu estou à disposição aqui. A gente tem todos os dados, eu os encaminho para quem precisar, e agradeço a oportunidade mais uma vez.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSDB - SP. *Por videoconferência.*) – Muito obrigada, Secretário Cavalcante. Obrigada.

Eu acho que o desafio, além de tudo, também é garantir o acolhimento dessas pessoas para evitar o acúmulo de mais pessoas. E nesse sentido eu queria agradecer também à sociedade civil, que tem atuado no aeroporto com os afegãos até o devido encaminhamento e acolhimento.

E um outro desafio, Secretário Cavalcante, é garantir que o posto humanizado volte a funcionar 24 horas e de forma ininterrupta. A gente tem discutido com o Ministério da Justiça, com demais parceiros do Executivo para auxiliar nessa demanda, porque é fundamental que o posto, também como o equipamento de combate ao tráfico de pessoas, funcione 24 horas, afinal, o aeroporto funciona 24 horas e a violação de direitos humanos não tem hora para ocorrer. Então, muito obrigada pela sua participação.

Eu quero passar a palavra agora para o Sr. Bernardo de Almeida Tannuri Laferté, Coordenador-Geral do Conare, que é o Comitê Nacional para Refugiados, representando o Ministério da Justiça e Segurança Pública.

O SR. BERNARDO DE ALMEIDA TANNURI LAFERTÉ (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito obrigado, Senadora. Bom dia aos demais participantes.

Eu planejei uma fala, mas eu queria trocar a ordem aqui do meu planejado. Eu vou aproveitar a fala da Dra. Renata Gil para falar de revalidação de diplomas, em primeiro lugar.

Eu entendo que ela não é uma pauta – e eu já entrei nela há quatro, cinco anos, mais ou menos – para os refugiados, ela não é uma pauta para os imigrantes, mas ela é uma pauta, além desse público, também para os brasileiros que se formaram no exterior e que encontram dificuldade ou resistência em revalidar os seus diplomas aqui no Brasil. A meu ver, é a perda de uma oportunidade do nosso país para manter pessoas qualificadas, atuando em suas áreas de capacitação profissional próprias.

Um grande avanço foi a instituição, em 2018, de uma comissão no MEC sobre a revalidação do diploma. Depois, em 2019, ela acabou suspensa, mas nós conseguimos alguns avanços em termos práticos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dentro dessa pauta. Mas, para mim, o principal avanço necessário para facilitar ou talvez – perdoem-me as palavras aqui –, de fato, começar a revalidação do diploma para valer no Brasil é passar pelo Legislativo.

Conseguimos uma aprovação no Senado, em agosto de 2020, num projeto lei de relatoria da Senadora Rose de Freitas. Deixe-me só confirmar o número do PL: PL 2.482, aprovado em agosto de 2020. Ele foi para a Câmara dos Deputados e, desde então, em 2021, nós não conseguimos muito sucesso na sua tramitação. Ele foi direcionado para quatro Comissões, e não saiu relatório em nenhuma delas. Parece-me que a primeira é a Comissão de Finanças ou a de Seguridade Social – depois eu me informo com mais detalhes.

Mas aqui aproveito a presença dos Parlamentares... Eu entendo que o trabalho foi cumprido no Senado, mas ainda precisa de um forte trabalho de articulação dentro da Câmara dos Deputados para a gente aprovar esse projeto de lei de revalidação de diplomas. Mais uma vez: ele tem o potencial de facilitar a integração de refugiados e imigrantes da nossa sociedade, facilitar a reinserção de brasileiros graduados no exterior, para que nós, enquanto Estado, enquanto sociedade, deixemos de considerar esses indivíduos como cumpridos no ensino médio, mas, sim, efetivamente cumpridos no ensino superior, que cursaram fora do Brasil.

Com isso, eu digo mais: além da integração local que fica muito facilitada com a revalidação de diploma e o efetivo exercício da profissão de formação, eu entendo que esses profissionais podem contribuir com a qualificação técnica do Brasil, de que tanto precisamos e, sem sombra de dúvidas, vão gerar emprego e renda aqui no nosso país.

Então, faço este apelo, aproveitando as palavras da Dra. Renata Gil, a todos os Parlamentares presentes: se possível, avaliem, junto à Câmara dos Deputados, a possível retomada de tramitação desse PL, ressalto, já aprovado no Senado Federal em agosto de 2020.

Voltando agora já especificamente à pauta da audiência pública, porque a revalidação não deixa de ser uma pauta relacionada aos afegãos, mas é muito mais abrangente, o primeiro ponto que eu gostaria de trazer – e aqui eu vou resgatar a fala da Senadora Mara Gabrilli em dois pontos –: a própria edição da portaria interministerial que regulamentou o visto e a autorização de residência humanitária para os afegãos. Eu entendo que o Brasil traz um instrumento normativo que oferece ferramentas administrativas possíveis para garantir a proteção à vida desses indivíduos não só no nosso território, mas também como uma ferramenta de acesso ao território. Isso é importíssimo, e todos nós temos a nossa obrigação, o nosso dever de defender a manutenção dessa política.

E aqui eu vou me permitir dar uns passos à frente. Eu não queria dizer apenas da manutenção dessa política, mas do aprimoramento dessa política. Assim como nós temos um grande orgulho da Operação Acolhida, que acontece em Roraima e um pouquinho em Manaus, no Estado do Amazonas, nós temos orgulho do nosso histórico migratório no Brasil. E aí eu trago toda a nossa experiência recente, a nossa experiência de 140 anos atrás, para falar do nosso futuro e, aqui, falar do fluxo migratório afegão e pensar: ora, se a gente consegue coordenar num fluxo em que a gente não tem a previsibilidade da entrada de venezuelanos na fronteira norte, que é muito mais complicada do que Guarulhos e São Paulo em termos de logística e tantas outras realidades que nos impõem desafios regionais a partir de Roraima, nós temos condição de prever a chegada de afegãos a partir do aeroporto de Guarulhos e, com isso, fazer um planejamento preliminar de atuação. Já sabendo de antemão quantos afegãos devem chegar, a gente já consegue se planejar para melhor integrá-los na nossa sociedade – e aqui eu vou usar o termo interiorização, porque uma colega diz que fui eu que dei o nome, que batizei esse termo –, interiorizar os afegãos no nosso território brasileiro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais uma vez, a filosofia por trás da Operação Acolhida era o compartilhamento de responsabilidade entre as 27 unidades da Federação em termos de estado e dos 5,5 mil municípios, sabendo que, se Pacaraima e Boa Vista eram os municípios de entrada sozinhos, eles não davam conta de 250 mil venezuelanos, mas, se a gente compartilhasse essa responsabilidade com os 5,5 mil municípios do Brasil, seria muito mais fácil. Eu acho que isso nós já temos empiricamente provado, basta fazer o mesmo com os afegãos. E aí é uma questão de a gente se preparar para adotar e executar a melhor estratégia, não necessariamente com a atuação direta do Governo Federal, como tem sido feito em Roraima, mas aqui eu vejo que, com certeza, com o apoio do Governo Federal, mas talvez não com a atuação tão forte quanto em Roraima. No momento, não me parece haver essa necessidade de atuação, vamos dizer assim, de corpo inteiramente presente.

E, para isso, aqui, mais uma vez – Senadora, me permita, com toda a educação, trazer de volta as suas palavras –, o caminho do decreto que reconhecer o fluxo migratório afegão como decorrente de uma crise humanitária nos parece muito oportuno, porque ele abre um rol de ferramentas administrativas e de possibilidades administrativas nos moldes da Operação Acolhida, que nos facilita sobremaneira a atuação do Governo Federal, da assistência federal e de todos os ministérios e entidades envolvidas. Então, resgato esses dois pontos já trazidos pela fala da senhora para dizer que não nos cabe tão somente defender a portaria interministerial, mas nos cabe ir além e fazer um planejamento preventivo e uma execução mais coordenada de todo o fluxo migratório dos afegãos a partir de Guarulhos.

Se o venezuelano começa em Pacaraima, se o haitiano começou no Acre, nós temos um outro tendo início agora no Aeroporto de Guarulhos e, a partir dali, a gente pode mais uma vez convidar e convocar o Brasil inteiro para assumir a responsabilidade compartilhada com Guarulhos nesse novo fluxo migratório. E isso, eu não tenho dúvida, fica de lição de boa prática para outros fluxos migratórios que podem vir a surgir no nosso futuro, não é? A gente sempre fala que a dificuldade da imigração é prever como e quando vão acontecer os fluxos migratórios, mas a nossa responsabilidade é trabalhar por uma migração regular e ordenada.

Aqui um último ponto que eu gostaria de trazer é sobre a instituição de um possível programa de reassentamento. Aqui nada mais é do que os moldes do programa de interiorização de venezuelanos, mas aí com uma coordenação a partir do exterior ao invés da coordenação a partir de Boa Vista, não é? Como o venezuelano já está no território nacional, a gente começaria a se coordenar a partir do momento em que o afegão ainda nem desembarcou no Brasil, numa coordenação muito mais antecipada à efetiva chegada dele.

Nós aqui do Ministério da Justiça já fizemos nos anos recentes um programa de reassentamento pequenininho, voltado à América Central, mas temos todas as condições de fazer isso em qualquer lugar, em qualquer origem do mundo. Então, temos as condições de fazê-lo. É uma questão de se organizar também para esse planejamento e essa possibilidade de colocar em execução o programa de reassentamento, que nada mais é, repito, do que a interiorização dos venezuelanos, mas já considerando um ponto de partida antes de o afegão chegar ao Brasil.

Com isso eu encerro a minha fala. Acho que eu consegui cumprir os dez minutinhos. Agradeço pela atenção e fico à disposição de toda a Comissão.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSDB - SP. Por videoconferência.) – Nossa, Bernardo! Você tem um relógio interno. (Risos.)

Muito obrigada, Bernardo. Eu concordo que é fundamental que a gente possa avançar para a revalidação de diplomas. Isso vai ter um impacto direto para a plena inclusão dos imigrantes e refugiados. Além disso, é um impacto positivo para os afegãos e afegãs que estão no Brasil, porque, afinal, muitos são





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

engenheiros, administradores, advogados, professores, médicos, fisioterapeutas, enfermeiros – a gente já viu de um tudo –, juízes, como temos aqui também. Enfim, são pessoas extremamente capacitadas, com mestrado, MBA, doutorado, que precisam ter seus diplomas revalidados para poderem trabalhar e prosperar no Brasil.

E, como o PL 2.482, de 2020, de autoria da nossa queridíssima Senadora Rose de Freitas, encontra-se na Câmara dos Deputados, eu aproveito aqui a oportunidade para solicitar à Presidência, através do Deputado Túlio Gadêlha, que a Cmmir possa atuar de modo bem incisivo para garantir a tramitação e consequente aprovação da revalidação de diplomas da forma mais rápida possível. Eu agradeço o apoio do Ministério da Justiça para que a gente possa avançar no decreto federal para a liberação de verbas federais aos afegãos e para defender a manutenção da portaria para permissão dos vícios humanitários.

Muito obrigada. Muito obrigada, Bernardo.

Agora, eu quero passar a palavra, convidar para falar a Assessora para Assuntos de Imigração do Ministério da Cidadania, a Sra. Niusarete Margarida de Lima.

Seja bem-vinda, Niusarete.

A SRA. NIUSARETE MARGARIDA DE LIMA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia, Senadora Mara Gabrilli, Secretária Célia Leão, grandes companheiros de longas datas nessa luta e outras lutas também. E a gente sempre acaba trabalhando em áreas para promover o direito das pessoas em situação de vulnerabilidade.

Como eu falo muito, vocês me avisam quando estiver acabando o tempo.

Eu queria... Aqui já foi falada a questão da legislação, do direito. Acho que a gente aqui não tem que que se reportar a isso. No nosso país, imigrantes e refugiados têm direitos em igualdade de condições com os nacionais. E a política nacional de assistência social não fica fora disso. Eu acho que, desde a Constituição, já se prevê lá um atendimento em situação de emergência. E, de tudo que foi falado, na Secretaria Nacional de Assistência Social, a Assessoria para Assuntos de Imigração foi criada exatamente para acompanhar de forma mais próxima a questão do fluxo migratório na fronteira norte do Brasil.

Nós ainda temos hoje em torno de 9 mil pessoas nos nossos abrigos. E, como disse aí um dos Senadores – agora me fugiu o nome –, ainda continuam entrando em torno de 250, 300 pessoas por dia – tem dias que entra mais que isso. Então, ainda é um desafio muito grande, ainda é uma crise migratória bastante intensa. E não é uma situação só de Roraima; é uma situação de Estado brasileiro a migração hoje. Nós temos que entender isso.

Mas nós temos também que compreender que, pelo pacto federativo, o Governo Federal não pode impor aos entes federados uma distribuição, um deslocamento de determinados grupos para os entes federados sem que haja uma pactuação local. Então, Bernardo, embora a gente tenha esse desejo também com relação aos venezuelanos, a gente já conseguiu interiorizar mais de 84 mil imigrantes, não apenas pactuando com os entes federados, mas também por reunificação familiar, social, vaga de emprego... É um desafio muito grande, muito grande mesmo, que a gente ainda enfrenta, mas a gente tem que também lembrar que nós já estamos mais preparados. Como eu disse para o Fábio, calma que tudo vai se resolver. E, depois que ele for para Pacaraima, ele vai voltar mais tranquilo lá para São Paulo – depois que ele vir a movimentação na fronteira e o tanto de pessoas que nós temos também, de crianças, pessoas com deficiência nos nossos abrigos, em situação de vulnerabilidade muito grande, que chegam literalmente com uma sacola na mão, sem nada mesmo. Então, a gente realmente tem que pensar que nós temos que realmente ter uma sensibilização maior de todos os entes federados para contribuir no deslocamento voluntário dessas pessoas, porque também tem que ser um deslocamento voluntário.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Ministério da Cidadania tem atuado *full time*, 24/7, nessa questão da migração. Em São Paulo, não é diferente, mas muitas coisas fogem à nossa governabilidade.

Eu entendo que todas as políticas públicas, não apenas a assistência social, que acaba ficando com a parte mais difícil, porque, na chegada, tudo vem para o colo da assistência social... Não é isso, Secretária Célia Leão? A gente sabe disso. Aqui, fica tudo; começa com a gente. Então, é preciso que todas as políticas públicas e todos os demais ministérios de todas as áreas abracem essa causa também, como a saúde, a educação, o trabalho, o turismo, o esporte, tudo, não apenas a assistência social, porque, só com a assistência social, a gente não consegue incluir socioeconomicamente esses imigrantes nas nossas redes e nossos territórios.

O Ministério da Cidadania precisa contar com uma legislação federal que reconheça a emergência social, que reconheça a crise migratória e a crise humanitária no Afeganistão, porque, embora haja a legislação da Operação Acolhida, nós não conseguimos fazer os repasses de recursos. Foi autorizada a emissão de um visto humanitário. Não está explícito o reconhecimento de crise humanitária no Afeganistão, como está no caso da Venezuela. Então, a gente não tem conseguido isso, não consegue... Muitas vezes, nós temos que arrumar algumas estratégias para poder repassar esses recursos. E, no caso de Guarulhos, nós não o fizemos porque Guarulhos também recebeu um número grande de imigrantes venezuelanos.

Então, a gente tem a necessidade de uma legislação federal de reconhecimento de emergência social neste momento, mais rapidamente, para a gente poder apoiar os outros municípios também que, porventura, venham a acolher pessoas do Afeganistão. Que também se reconheça essa crise migratória no Afeganistão! Apenas com o reconhecimento e com a autorização de visto humanitário, a gente não tem conseguido isso.

Nós fazemos esse apoio de cofinanciamento por meio da Portaria 90, para serviços de emergência e calamidade pública, para desastres naturais, com reconhecimento federal da emergência, o que não é o caso. Migração não é desastre natural, não é uma crise, não é uma calamidade pública. Então, aí tem que se reconhecer a questão da emergência social, onde se enquadra a questão da migração. Nós levamos para a nossa Comissão Intergestores Tripartite essa questão. Nós levamos, então, na Resolução nº 2, de 2019, da CIT, para a Portaria 90, a possibilidade desses repasses por meio da Portaria 90 desde que seja reconhecida a crise humanitária. Então, também não podemos fugir das normativas, porque senão nós também responderemos por repasses de recursos sem ter respaldo legal. E a gente precisa trabalhar em conjunto com relação a isso.

Então, a gente está sempre à disposição. Nós estamos atuando com o Ministério das Relações Exteriores, com a Acnur, com a OIM, com que temos acordo de cooperação, de forma que possamos apoiar esses municípios. Há parcerias com entidades da sociedade civil também. Agora mesmo, nesta semana, vamos ter uma capacitação em conjunto com entidades da sociedade civil que nos acolhem também, que nos ajudam também.

Mas a gente precisa ter essa visão nacional. E aí a gente pede a ajuda dos Srs. Senadores e Deputados também, para que sensibilizem seus entes federados, para que a gente possa ter uma abertura maior para esses acolhimentos emergenciais.

Nas nossas redes de assistência social, normalmente, os serviços não atendem às especificidades dos imigrantes. Por exemplo, na assistência social, nós temos serviços de adultos e famílias, para pessoas em situação de rua. Os venezuelanos e as pessoas do Afeganistão não têm vivência de rua, não são pessoas que têm trajetória de rua. Então, é outro perfil. Então, precisam ter atendimento e acolhimento específicos. Mas também a gente pede que, todas as vezes, informem a esses imigrantes refugiados que não vão encontrar no nosso país algo para além daquilo que a gente já oferece aos nossos brasileiros.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos normativas específicas, regras específicas, e os nossos serviços são muito grandes. Tem muitas pessoas também que necessitam desse atendimento, e nós temos que atender a todos em igualdade de condições.

Então, eu acho que era isso. A gente continua à disposição. O Fábio sabe aí, a qualquer hora em que ele me liga, mas tem coisas que fogem à nossa governabilidade. Neste momento, para que a gente possa dar um apoio mais efetivo com relação principalmente a financiamento, a gente precisa dessas normativas.

Com relação à questão de apoio técnico, nós estamos abertos a fazer isso o tempo todo. E a gente, com relação à interiorização, é isto: a gente precisa de ter a interiorização, que é um deslocamento voluntário, com critérios, procedimentos. Neste caso, acho que ainda essa estratégia está sendo usada com Guarulhos, com o Estado de São Paulo e também com o Município de São Paulo, porque eu entendo que o aeroporto é em Guarulhos, mas os imigrantes vão ter que se movimentar também no próprio Estado de São Paulo. Então, a gente precisa dessa organização, dessa consciência em outras unidades da Federação, para que haja realmente um movimento nacional para nos ajudar, porque não é fácil, os gestores não querem, não aceitam, porque também as redes são superlotadas. E a dificuldade que tem em cada um... Eu até brinco que às vezes, quando chega um imigrante no território, parece que chegou um ET. Então, não é isso, as pessoas têm que compreender que são cidadãos, são seres humanos e têm que ser atendidos em igualdade e condições, mas precisam, sim, as equipes receber também capacitação e apoio técnico, para também não se assustarem tanto como nós nos assustamos quando começou a crise na Venezuela, e a gente começou num fluxo tão grande.

Gostaria aqui de deixar um convite a todos vocês para também conhecer o que estamos fazendo na fronteira. É uma experiência realmente ímpar. Não tem nenhum país no mundo que está acolhendo desta forma, mas foi federalizado por conta do tamanho de Boa Vista e Pacaraima. Então, a gente não tem... Pelo pacto federativo, os nossos serviços são municipalizados, eles não são federalizados, então a gente não pode fugir aos regramentos da Política Nacional de Assistência Social e dos princípios e lógica do Sistema Único de Assistência Social.

Eu encerro por aqui. Fico à disposição, dizendo que o Ministério da Cidadania está de portas abertas para a gente fazer uma construção conjunta como estamos fazendo até este momento.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSDB - SP. *Por videoconferência.*) – Obrigada, Niusarete. Você sempre traz contribuições importantíssimas para o país e sempre envolvida em causas tão nobres e importantes. Um prazer trabalhar com você de novo.

Agora eu quero passar a palavra para a rede da Acnur em São Paulo, à Sra. Maria Beatriz Nogueira, que na verdade é a chefe do Escritório da Acnur aqui em São Paulo.

A SRA. MARIA BEATRIZ NOGUEIRA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia a todos e todas. Bom dia, Senadora Mara, muito obrigada pelo convite. Deputado Túlio, todos os membros aqui da Comissão e participantes, obrigada. (*Risos.*)

Patrícia, eu demandei esse presentinho...

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSDB - SP. *Por videoconferência.*) – Estou mostrando que eu ganhei esse livro. Eu estou muito feliz, Maria Beatriz, que livro lindo.

A SRA. MARIA BEATRIZ NOGUEIRA (*Por videoconferência.*) – Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSDB - SP. *Por videoconferência.*) – Todos vocês têm que ter essa oportunidade de conhecer.

A SRA. MARIA BEATRIZ NOGUEIRA (*Por videoconferência.*) – Muito obrigada, Senadora.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No lançamento desse livro, o Bernardo estava conosco, a Niusarete estava conosco. Então, é uma construção coletiva esse livro.

Bom dia.

Se me permitem e for possível, eu tenho uma pequena apresentação. É só para visualizar alguns dados.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSDB - SP. *Por videoconferência.*) – Deixe-me ver se a Secretaria está ciente. Espere só um pouquinho.

A SRA. MARIA BEATRIZ NOGUEIRA (*Por videoconferência.*) – Pois não. (Pausa.)

O SR. RICARDO MOREIRA MAIA (*Por videoconferência.*) – Maria Beatriz, eu já liberei se você quiser projetar pelo seu...

A SRA. MARIA BEATRIZ NOGUEIRA (*Por videoconferência.*) – Perfeito.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSDB - SP. *Por videoconferência.*) – Obrigada.

A SRA. MARIA BEATRIZ NOGUEIRA (*Por videoconferência.*) – Conseguem ver a apresentação, por favor?

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSDB - SP. *Por videoconferência.*) – Sim, sim.

A SRA. MARIA BEATRIZ NOGUEIRA (*Por videoconferência.*) – Muito bem. Muito bem.

Muito bom dia.

É com muito prazer que eu falo em nome da Agência da ONU para Refugiados, do escritório de São Paulo. Nós somos a Agência das Nações Unidas com mandato de proteção e solução para pessoas refugiadas, com atuação em 132 países e uma atuação já longevo no Brasil, desde 1984, e com uma presença muito forte aqui em São Paulo, em Brasília e mais ainda em Roraima, em Pacaraima, onde atuamos em parceria com o Governo Federal no âmbito da Operação Acolhida.

Eu vou fazer a apresentação de eslaides e uma fala rápida para tentar me ater ao tempo.

Eu começo falando um pouco da situação de deslocamento involuntário que nós temos no mundo para mostrar o contexto. Esses números são atualíssimos, passados pelo nosso alto comissário esses dias, em reunião do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Chegamos a um recorde de 103 milhões de pessoas em situação de deslocamento forçado, 53 milhões deslocadas internamente nos países e 32,5 milhões de refugiados. É um número a que nunca chegamos antes.

Dessa situação, nós temos o Afeganistão como o quarto país de maior deslocamento involuntário no mundo. Temos Ucrânia, Síria, Venezuela e embaixo o Afeganistão como o país de maior contingente de pessoas deslocadas: cerca de 3,5 milhões de pessoas deslocadas dentro do Afeganistão; 2,6 milhões de pessoas refugiadas afegãs, principalmente nos países vizinhos da região de origem – então, Irã e Paquistão.

Esse movimento afegão, como se pode ver rapidamente por esse gráfico, é um movimento que nós chamamos de continuado – então, desde 1979, com a invasão soviética ao país, que durou dez anos. E aí, nessa década, houve um recrudescimento do conflito nos anos 90, mais ou menos 1994 e 1996, com a chegada dos talibãs e a tomada de Cabul. Aqui a gente vê um pico no início dos anos 2000, no 11 de setembro, com a guerra global contra o terror. Então, a gente tem uma situação, desde o final dos anos 70, início dos anos 90, de deslocamento involuntário na casa dos milhões. Já chegamos a ultrapassar 6 milhões de pessoas deslocadas. Agora estamos com 2,6 milhões de refugiados e 3,5 milhões de deslocados internos. A linha dos deslocados internos só começou a ser medida nos anos 90; por isso é que só aparece aqui. Então, é uma situação, é um conflito que se reinventa infelizmente, cujas dinâmicas internas seguem com outros atores, outras dinâmicas e outros tipos de perseguição, como nós já vimos aqui.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é muito importante quando a gente fala também de compartilhamento de responsabilidades globais para ajudar esse movimento que tem sido principalmente muito mais presente nos países vizinhos ao Afeganistão, como estamos vendo. Há alguns números cujo aumento também do deslocamento aconteceu em 2021, quando da edição da portaria.

Então, por exemplo, esses números que estão em vermelho, abaixo de Irã e de Paquistão, são os números de novas chegadas desde 2021. Então, o Paquistão teve 1,3 milhão pessoas já, sendo que 117 mil chegaram desde janeiro de 2021, principalmente meados de 2021. No Irã, 750 mil pessoas, 50 mil em 2021, sendo que houve um período em que chegavam 4 a 5 mil pessoas/dia. Então, é uma responsabilidade igualmente muito grande desses países que são fronteiriços ao Afeganistão. E, no caso do Afeganistão, 3,5 milhões de pessoas deslocadas internamente que tiveram que fugir de suas casas e ainda estão dentro do país.

Essa é a dinâmica, é a magnitude do problema que eu gostaria de lhes apresentar para depois apresentar a contribuição importantíssima que o Brasil tem dado nesse contexto, como um dos únicos países do mundo que tem essa política de vistos humanitários que dá uma rota segura e regular para que pessoas que estejam em países vizinhos com uma situação muito volumosa de deslocamento forçado possam sair.

Então, os números que temos certamente não estão atualizadíssimos: de quase 6,3 mil vistos autorizados pelo Ministério das Relações Exteriores, a gente tem 2.842 chegadas, talvez mais de 3 mil, contando com as chegadas no ano passado. O número de 3 mil é um número importante, é um movimento novo no aeroporto de Guarulhos, é um movimento para uma comunidade em que não há uma diáspora grande, como havia no caso sírio, mas é interessante ver essa contribuição brasileira importantíssima num contexto de compartilhamento de responsabilidade global mediante esse fluxo, tendo em vista que os países fronteiriços estão com milhões de pessoas e há milhões de pessoas novas chegando, milhares chegando e milhões buscando uma oportunidade para sair de lá. Nesse contexto foi que, em 2019, o Governo brasileiro assumiu um compromisso no Fórum Global sobre Refugiados de manter essa política de vistos humanitários que tinha sido iniciada principalmente no contexto sírio e de expandi-la para outros países, o que tem sido realizado com muito êxito. Então, a gente aplaude muito essa política de vistos humanitários do Brasil, que já está se tornando quase uma tradição, porque aconteceu a mesma coisa com o movimento ucraniano.

Alguns dados, então, sobre o nosso atendimento em parceria com entidades como a Acnur, como a Caritas Arquidiocesana de São Paulo, que está aqui hoje, como a Aldeias Infantis SOS, e demais.

Das 2,8 mil, quase 3 mil pessoas que chegaram do Afeganistão, 919 foram atendidas pelo Acnur e parceiros, ou seja, praticamente um terço das pessoas que chegaram acessaram nossos serviços. E o que a gente tem visto a partir desses perfis? É um perfil de famílias. Tem um movimento importante de homens jovens solteiros chegando, mas também tem um número significativo de crianças pequenas, mulheres, famílias e pessoas idosas. São configurações diversas que têm chegado. Chegam gestantes, chegam idosos, e são perfis que apresentam desafios, como foi dito à nossa rede de assistência, tanto à sociedade civil como à rede pública.

E, como foi dito também, os nossos números mostram que, desses 919, 50% têm nível superior, 6% com pós-graduação. Então, os números comprovam o alto perfil educacional das pessoas, a grande possibilidade de contribuição para saberes do nosso país e a urgência do debate, como foi trazido aqui, de revalidação de diplomas e certificados nesse sentido também. Então, esse é o perfil que nós temos visto.

Nós temos visto também um aumento progressivo dessas chegadas. Esses são os dados de atendimento. Então, agora, em agosto e setembro, chegamos a 225 atendimentos, principalmente por





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Caritas São Paulo e Missão Paz, que ficam em São Paulo, parceiras do Acnur, mais IMDH, de irmã Rosita, Caritas Rio, Caritas Paraná.

Várias outras organizações do Brasil também têm prestado esse atendimento às famílias e pessoas afeitas que se movimentam, principalmente na área de geração de emprego e renda, assistência jurídica, educação, CPF, carteira de trabalho, apoio de emergência e itens de necessidade básica.

Na atuação do Acnur, o que a gente tem ajudado, apoiado? Primeiro, com esse acolhimento de emergência. O Secretário Fábio é um grandíssimo parceiro do Acnur. Em parceria com a Caritas São Paulo e a Caritas Guarulhos, abrimos 27 vagas na Casa de Acolhida Todos Irmãos, na cidade de Guarulhos. Mais de cem pessoas, 109 pessoas já passaram por lá desde que foi aberta há poucos meses, em agosto. E, em parceria com a Aldeias Infantis SOS, também abrimos 40 vagas para famílias no Centro de Acolhida e Integração, no Município de Poá. Então, emergencialmente, o Acnur conseguiu apoiar com essas 67, 70 vagas e estamos vendo possibilidades de apoiar com mais e contribuir para o esforço que está sendo feito pela Prefeitura de Guarulhos – e aqui a Secretária Célia também – e pelo Governo do Estado de São Paulo, que mais que dobrou as vagas que tinha inicialmente também para atender a essas pessoas.

Na integração, nós temos apoiado muito também, porque é muito importante para esse movimento, para a efetiva integração desse movimento, questões de mediação cultural, inserção laboral e empregabilidade. Então, a gente já capacitou mais de 40 agentes comunitários e contratou nove mediadores para atuar no posto avançado – já foram quatro mediadores culturais fazendo interpretação no posto avançado e há mediadores culturais nossos nos abrigos da Prefeitura de São Paulo e do Governo do Estado de São Paulo, na Casa Todos Irmãos. A gente conseguiu apoiar com aulas de trabalho e imersão em língua portuguesa, aulas de português nos abrigos, dentro de abrigos públicos e abrigos da sociedade civil. A inserção linguística, a língua portuguesa é uma coisa emergencial para esse movimento, e o apoio a contratação de pessoas também.

E um dado interessante que nós temos visto é que, pegando dados públicos do Caged, pessoas têm sido contratadas no Brasil. A gente tem quase 500 pessoas inseridas no mercado de trabalho, de diferentes gêneros, idades e em diferentes estados do Brasil. Isso mostra que as pessoas que têm chegado têm de fato se inserido no mercado de trabalho – talvez não com a qualificação equivalente à sua formação inicial – então, a gente tem visto abatedores, vendedores, linha de produção –, mas têm se inserido no mercado de trabalho mesmo com as dificuldades linguísticas. Então, é importante que se diga que há uma perspectiva de integração dessas pessoas aqui no Brasil.

O Acnur também apoia, no site help.unhcr.org/brazil, com informações pré-saída em pashto e dari. Foram mais de 60 mil acessos a essas informações desde o Afeganistão, Irã e Paquistão. Então, informação de qualidade é muito importante.

E eu vou terminar a minha fala com dois eslaides mais. O primeiro é sobre algumas conclusões e soluções em relação a esse movimento que temos visto. A primeira é que a política de visto humanitário, na perspectiva do Acnur, é uma referência protetiva, salva vidas e traz capacidade e talentos ao nosso país. Então, é muito importante que se mantenha. E que seja fortalecida essa coordenação para o apoio emergencial em rede para que a gente possa aliviar a pressão que tem sido feita nos estados de chegada.

Então, mais informação culturalmente adaptada em todos os pontos, desde a emissão do visto, primeira chegada e nos acolhimentos – por isso, a importância dos mediadores culturais –; fortalecimento do posto humanizado para que consiga não só continuar nesse apoio, mas voltar, como o Secretário falou, à sua ação precípua de apoio a pessoas inadmitidas e combate ao tráfico de pessoas; apoiar que haja esse equipamento de coordenação na imediata chegada que faça o registro das pessoas, o encaminhamento para





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vagas, o compartilhamento de informações e experiências; a expansão das oportunidades de abrigamento no país, oportunidades culturalmente acessíveis, com mediação cultural, porque são famílias com uma cultura diferente; inserção linguística, ensino de português mais ágil; e sensibilização do setor privado para oferta de oportunidades e de geração de renda. Então, se eu tiver mais um último minutinho, Senadora, vou só passar um pequeno vídeo de alguns segundos que a gente tem aqui, com autorização da família, do Ali, que é um menino afegão que chegou no ano passado, está em uma escola em Guarulhos e está aprendendo o português com dois esquilinhos que a professora deu: um não fala a língua dele, e o outro fala. Então, ele aprende português traduzindo de um esquilo para o outro esse ensino. Tem uma falinha dele aqui para vocês.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRA. MARIA BEATRIZ NOGUEIRA (*Por videoconferência.*) – Bom, então, com essa fala, é que não preciso dizer mais nada...

Eu termino a minha intervenção, agradecendo ao Governo brasileiro e à Comissão por esse visto, por essa oportunidade, para a gente continuar coordenados nesse esforço de integrar famílias no Brasil e crianças como Ali, que estão aqui em Guarulhos conosco.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSDB - SP. *Por videoconferência.*) – Ai, Bia! Deu até para chorar agora...

Nossa queria, agradecer sua apresentação! É muito importante mostrar toda essa interação. Quero já lhe dizer que assessores já nos pediram, e a gente, a nossa assessoria, já enviou para assessores da Comissão. E essa sua apresentação nós vamos continuar divulgando. Muito, muito obrigada!

E agora eu quero convidar o Dr. Gabriel Saad, da Defensoria Pública da União, que dividirá seu tempo de fala com o Padre Marcelo Maróstica Quadro, da Caritas Arquidiocesana de São Paulo, para a intervenção próxima.

O SR. GABRIEL SAAD TRAVASSOS DO CARMO (*Para expor. Por videoconferência.*) – Bom dia, Senadora Mara Gabrilli! Muito bom dia a todos e a todas!

Eu gostaria de iniciar a minha fala me identificando: eu sou um homem branco, com barba, estou utilizando terno, gravata verde, estou numa sala com fundo branco, e vou fazer aqui a exposição da Defensoria Pública da União a respeito dessa temática.

Então, eu gostaria de agradecer a oportunidade proporcionada pela Comissão Mista para migrações internacionais e refugiados, agradecendo na pessoa do Deputado Túlio Gadêlha; também na pessoa do Vice-Presidente, o Senador Paulo Paim; e principalmente na pessoa da Senadora Mara Gabrilli, que vem desenvolvendo um trabalho fantástico no que diz respeito a relevância do tema para uma política internacional, com uma política nacional e do Estado brasileiro que respeite os parâmetros do direito internacional dos direitos humanos, do direito internacional dos refugiados e da própria Constituição Federal. Então, a existência dessa Comissão Mista – nós tivemos a oportunidade de formalizar isso ao Congresso Nacional – é fundamental, em razão do papel do Poder Legislativo no que diz respeito à construção de políticas públicas de acolhimento de pessoas refugiadas e imigrantes.

É muito importante que nós recordemos que, durante a pandemia, nós tivemos um estado de excepcionalidade de pessoas que se enquadravam e preenchiam os requisitos para serem consideradas refugiadas. Elas foram devolvidas para os seus Estados de origem – nós temos esses dados; a Defensoria Pública da União atua cotidianamente tanto junto ao Poder Executivo quanto ao Poder Judiciário –, e foram





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ajuizadas várias ações civis públicas para que nós conseguíssemos um regime de acolhimento, inclusive, durante a pandemia, com adoção de medidas sanitárias, tais quais as recomendadas pela OMS, pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. Infelizmente tivemos uma postura nos tribunais, pela qual nós conseguímos as liminares para esse acolhimento, mas que infelizmente foram revogadas pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Isso é só para destacar a importância de nós termos um Poder Legislativo que acompanhe junto ao Poder Executivo a construção e a execução dessas políticas públicas como ator fundamental diante de situações que dependem, por exemplo, como a Senadora Mara Gabrilli apresentou naquela ocasião, de proposição normativa para enfrentar esse estado de coisas que ocorria e que na nossa visão era caracterizado como uma inconstitucionalidade e uma incompatibilidade com os tratados internacionais de direitos humanos.

Então, eu queria fazer esse agradecimento à Comissão e dizer que é uma honra, uma alegria muito grande compartilhar aqui minha fala com a Caritas Arquidiocesana, que faz um trabalho fantástico no que diz respeito ao acolhimento de pessoas refugiadas, dá apoio à execução de políticas públicas, lembrando que é papel fundamental do estado, do município e da União a proteção de imigrantes, refugiados e, no caso, de imigrantes afegãos. A Defensoria Pública da União tem acompanhado essa temática tanto pelo Grupo de Trabalho Migrações, Apatridia e Refúgio quanto pela defensoria regional de direitos humanos de São Paulo.

Há dois problemas de especial gravidade que eu gostaria de destacar aqui.

O primeiro diz respeito à porta de entrada dessas pessoas, lembrando que, por se tratar de pessoas refugiadas, sem embargo da importância de uma política de acolhida humanitária, essas pessoas não podem ser devolvidas ao território de origem, onde sua vida, integridade, liberdade correm risco, e há um compromisso internacional do Estado brasileiro, também previsto na Constituição Federal, no que diz respeito ao acolhimento e à recepção das pessoas solicitantes de refúgio. Então, não se trata... É preciso que nós enxerguemos que não há uma discricionariedade administrativa ampla que possa pôr em risco a vida e a integridade pessoal do solicitante de refúgio. Então, não se pode admitir, por exemplo, uma política de rechaço ou de devolução dessas pessoas pelos próprios compromissos internacionais que o Estado brasileiro assumiu.

Então, no que diz respeito à recepção dos pedidos de visto humanitário nos postos consulares, eu gostaria de destacar, Senadora Mara, a situação de Islamabad e de Teerã, onde houve a suspensão de entrevistas para concessão de vistos humanitários – essa informação é oficial do Ministério das Relações Exteriores – por alegada insuficiência estrutural: a demora dos trabalhos; a falta de funcionários nos postos consulares nesses dois postos. E nós temos recebido cotidianamente *e-mails* de cidadãos afegãos, como a juíza afegã trouxe aqui no seu relato, de cidadãos que não estão conseguindo fazer esse agendamento, que não estão conseguindo a obtenção do visto, e isso atrasa a política humanitária brasileira e é uma burocracia.

O segundo ponto diz respeito à situação que foi tratada da recepção desses refugiados e imigrantes com visto de acolhida humanitária no Aeroporto de Guarulhos e na rede socioassistencial da cidade de Guarulhos, município de São Paulo. A última informação que nós obtivemos, dia 26 de outubro, mencionava pela Prefeitura de São Paulo, não de Guarulhos, que não haveria situação de superlotação no abrigo: 96 pessoas estariam acolhidas, mas ainda assim haveria vaga, salvo engano, para 200 pessoas.

É o que está mencionado no ofício. A Defensoria Pública da União pode compartilhar essas informações se esta Comissão Mista entender pertinente.

Então, no que diz respeito à situação em Guarulhos, a Defensoria Pública da União tem mobilizado uma missão específica. Estaremos, no dia 8 de novembro, com parceiros da sociedade civil junto com a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Polícia Federal no Aeroporto de Guarulhos para uma nova visita técnica. Já fizemos três visitas técnicas e estamos cobrando dos atores envolvidos a regularização no fluxo do atendimento com celeridade; pedimos à Polícia Federal a lista de todas as pessoas retidas no Aeroporto de Guarulhos e quais os motivos dessa retenção, lembrando que não há no direito brasileiro a possibilidade de prisão para fins migratórios. Não existe essa possibilidade. O solicitante do recurso tem direito subjetivo a esse acolhimento.

Então, nós estamos fazendo esse acompanhamento e calça-nos a experiência de Pacaraima. Apesar das peculiaridades da experiência, ela pode ser utilizada no que diz respeito ao cofinanciamento federal, ao fortalecimento da rede socioassistencial, lembrando que a obrigação é tripartite, tanto a União quanto estados e municípios têm que realizar o acolhimento dessas pessoas.

Causa muita preocupação essa situação de acolhimento no aeroporto, e a Defensoria Pública da União está completamente à disposição desta Comissão para fazer o acompanhamento no dia 10 de novembro também, para prestar informações que possam subsidiar, inclusive sobre as medidas extrajudiciais e judiciais adotadas nessa área temática.

Então, com essa breve intervenção, Senadora, coloco-me à disposição para outros esclarecimentos e agradeço muito a oportunidade de participação da DPU nesta audiência.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSDB - SP. *Por videoconferência.*) – Obrigada, Sr. Gabriel Saad, que é da DPU. Muito obrigada pela participação.

Eu queria chamar o Padre Marcelo Maróstica Quadro, que é da Caritas Arquidiocesana de São Paulo.

O SR. MARCELO MARÓSTICA QUADRO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia a todos e a todas!

Agradeço o convite para participar desta audiência à Senadora, ao Deputado Túlio e, de maneira muito especial, à DPU por conceder esse espaço junto com eles para fala.

Algumas coisas que a Maria Beatriz, do Acnur, já partilhou – somos parceiros antigos, há 34 anos atuamos juntos com o Acnur –, mas gostaria de ressaltar alguns pontos importantes. A Caritas foi a primeira organização no Brasil a receber, a acolher os afegãos. A primeira família afegã que chegou ao Brasil no ano passado foi acolhida pela Caritas.

E o que nós gostaríamos de destacar dessa nossa experiência de humano, de acolhida de pessoas nacionais afegãs? O quanto o visto humanitário salva vidas. O Brasil, tanto na sua lei de refúgio como na lei de imigração, tem como boa prática a acolhida humanitária. E esse reconhecimento não é apenas nosso, mas também dos afegãos, dos 626 afegãos que foram e estão sendo atendidos pela Caritas, pelos nossos programas de assistência social, abrigamento, proteção legal, integração local e saúde mental. Eles reconhecem e agradecem ao Brasil por ter concedido visto humanitário.

O que é importante nessa acolhida e que nós vamos apontando e percebendo? Ouvimos a fala da Niusarete, sobre a questão do Suas, do nosso sistema de abrigamento; porém, nós sabemos que não é a primeira vez na história da acolhida migratória no nosso país que enfrentamos momentos difíceis e de crise. Assim foi com os haitianos, com os sírios, com os venezuelanos e, agora, com os afegãos. Toda essa experiência acumulada nos aponta o desafio de melhorar a política pública de abrigamento em nosso país e de dar um passo na tipificação de abrigos para migrantes. Cada movimento migratório tem a sua especificidade. Hoje nos deparamos com um movimento marcado fundamentalmente por núcleos familiares e por um grande número de crianças e adolescentes. Só para termos uma base, 42,5% da população afegã tem menos de 14 anos de idade. O nosso sistema de abrigamento sempre foi voltado para o modelo clássico de migração, ou seja, para homens solteiros. Então, muitas vezes, a crise que nós estamos vivendo não é





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apenas uma crise baseada na capacidade numérica, na capacidade de acolher a diversidade de cada movimento migratório. Como sociedade civil, nós percebemos a importância dessa questão da tipificação.

Quero deixar aqui registrado um agradecimento a todos os esforços, o que eu chamo de uma força-tarefa que vem sendo realizada aqui, no Estado de São Paulo, através do GT de acolhimento, instituído pela Secretaria do Desenvolvimento Social e pela Secretaria da Justiça e Cidadania, mas também pelas reuniões coordenadas pelo Ministério Público Federal, pelo Dr. Guilherme, os esforços do Ministério da Cidadania. A Caritas é uma testemunha desses esforços e também dos recursos financeiros que estão sendo disponibilizados para essa situação.

Porém, existe uma realidade que nos preocupa ainda e muito, que é a situação do aeroporto. Para nós, a situação daquelas pessoas que se encontram acampadas – eles mesmos usam o termo, eles estão no acampamento de refugiados do aeroporto – revela a falta de uma coordenação geral ou central para a política migratória no país. Compreendemos que a municipalidade é o espaço onde se dá a acolhida e a integração da população migrante, mas é preciso avançar. É preciso pensar não apenas nos repasses federais, mas é preciso aplicar uma política pública nos municípios, fortalecida por uma coordenação. E aí está o desafio realmente de fortalecer os comitês ou conselhos municipais, os comitês estaduais de migração e refúgio.

Nós, como sociedade civil, percebemos que aquela situação indigna em que se encontra aquela população afegã no aeroporto é por falta de uma autoridade, de um poder que estabelecesse limites de acessos e colaborasse realmente para um bom fluxo da política pública. Reconhecemos que nem o Município de Guarulhos está conseguindo fazer esse papel, pelas demandas que têm que correr; reconhecemos a ausência também da concessionária diante de tal situação. E a ausência dessa autoridade no aeroporto, naquele espaço, vai gerando outras preocupações, porque muitas pessoas sensibilizadas pela imprensa, sensibilizadas por ativistas se aproximam como voluntárias para ajudar as pessoas, mas de tal maneira... Nós percebemos que o problema do acolhimento não institucional pode nos levar a outras realidades: a questão do trabalho análogo à escravidão, a rede de tráfico humano, a questão do tráfico de órgãos, não é? Aí as pessoas querem ajudar, mas estão sem orientação técnica também. Então, nós percebemos o quanto é necessário pensar na política migratória do Brasil, num órgão que coordene a ação, que possa subsidiar e fortalecer as ações municipais.

Seriam tantas outras coisas, mas quero agradecer a oportunidade. Acho que as falas vão se completando. O que é importante para nós e o que nós aprendemos nessa experiência dos afegãos? A cada fluxo migratório nós precisamos aprender, precisamos estudar, e a Caritas teve essa preocupação de procurar um afegão que já morava aqui no Brasil há muito tempo para conhecer a cultura, os hábitos, saber um pouco das etnias. A partir dessa experiência que estamos tendo, estamos capacitando organizações que estão se colocando a serviço de acolher esta população afegã. E há o desafio sempre de formação e capacitação de servidores públicos.

Agradeço a oportunidade, estamos aí para contribuir. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSDB - SP. *Por videoconferência.*) – Padre Marcelo, muito obrigada pela sua exposição. Eu queria dizer que a gente está recebendo muitas mensagens da sociedade civil. O nosso desejo era encher essa audiência de sociedade civil, mas infelizmente a gente não consegue por conta do tempo. E quero dizer que todo o trabalho que os voluntários e a sociedade civil vêm fazendo tem sido de extrema importância e eu quero reiterar aqui o convite para que eles estejam no aeroporto conosco no dia 10, às 9h30 da manhã. Estaremos juntos lá, trabalhando por essa empreitada junto aos afegãos. Está bem, Padre Marcelo? Muito obrigada.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora eu quero passar a palavra para a Secretária de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo, a Sra. Célia Leão.

A SRA. CÉLIA LEÃO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Obrigada, minha querida Senadora Mara Gabrilli, minha amiga, mais do que a Senadora, que também é uma grandiosidade, mas minha amiga Mara, aqui num tema tão importante, numa discussão nacional e internacional.

Ouvi atentamente, me perdoem os primeiros minutos em que eu não pude participar de forma direta, embora eu estivesse também com o meu computador ouvindo e vendo vocês, mas eu estava numa outra reunião porque eu tinha que fazer uma votação e eu não podia falhar. Mas eu quero dizer da alegria de poder estar com o Fabio – eu vou falar com todo o respeito a doutores e senhores –, nosso Fabio Cavalcante, o Bernardo Tannuri, a Niusarete, que eu já conheço, a Maria Beatriz, a Renata, a nossa juíza afegã, o Gabriel e o Padre Marcelo agora, também.

Levo meu carinho, meu abraço ao nosso Deputado Túlio, que é o nosso Presidente, e a você, Mara Gabrilli, pelo trabalho brilhante que tem feito aí com essa questão e com esse tema.

De forma muito rápida, nós preparamos aqui alguns eslaides, para passar por São Paulo.

Eu quero dizer, antes de passar os eslaides, que meu nome é Célia, Célia Leão, para quem não me conhece. Eu estou vestindo um xale cor-de-rosa, com uma camisa branca. Meu cabelo é castanho, na altura do ombro, uso óculos escuros e sou aqui de São Paulo. Represento o Governo do Estado de São Paulo, o Governador Rodrigo Garcia, que é o nosso Governador neste momento, e represento também a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, que cuida de diversos temas dentro do social. Como disse a Niusarete, com muita competência e muita verdade, do social nada fica fora. Então, a gente tem muito trabalho aqui, e esse dos afegãos também, agora, é mais uma tarefa que está sendo executada pelo Governo de São Paulo, pelo Governador, através da nossa secretaria.

Eu vou passar agora os eslaides, por favor. E a gente começa a mostrar um pouco do trabalho de São Paulo.

Um segundinho. Nós estamos já entrando aqui.

São rápidos. Gabriel, a gente faz bem rapidinho aqui, para ficar dentro do tempo.

Só um segundinho. Espero que dê certo.

Já está dando.

Governo de São Paulo. Afegãos em São Paulo. Dia 3, hoje.

Então, só vou ler para que as pessoas que não enxergam e que estejam conosco agora possam estar acompanhando.

O Governo do Estado de São Paulo tem um trabalho histórico no acolhimento de imigrantes – não é de agora. Desde 2019, na atual gestão, a nossa Secretaria de Desenvolvimento Social acolheu 816 imigrantes de diferentes nacionalidades.

A rede de assistência do Estado de São Paulo atua na urgência do acolhimento – isso é muito importante, por isso nós grifamos – aos refugiados, que, ao desembarcarem, são encaminhados para estruturas mantidas pelo governo.

Eu digo "ao desembarcarem" porque São Paulo reconhece o trabalho e a importância de todos os outros estados. Nós somos 26, mais o Distrito Federal. Tirando São Paulo, são 25 estados, mais o Distrito Federal, importantes dentro do nosso país, mas São Paulo – não tem como, não é? – é o carro-chefe nesse trabalho e nessa logística.

Passando para o segundo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O nosso estado dispõe de engrenagem adequada – nós sabemos disso e foi reconhecido aqui pela fala de vários ou de quase todos – à prestação de serviços básicos – isso também tem que ficar muito claro – aos refugiados e às vítimas de violação – porque quem é refugiado já foi vitimado lá no seu país – de direitos humanos. Essa é a pura verdade.

O Governo de São Paulo tem intensificado articulações com entes municipais e instituições internacionais, no caso do Acnur, que nós já ouvimos, e da Caritas também, que acabamos de ouvir, para oferecer o melhor acolhimento aos afegãos.

O objetivo é promover moradia temporária, acesso à vacinação, auxílio na obtenção de documentação e – como já falou o nosso Secretário de Guarulhos – colocação profissional, entre outras possibilidades.

São cinco eslaides só, para depois eu fazer aqui uma fala dentro do nosso tempo.

Nós temos aqui, em São Paulo, na Mooca, a nossa Casa de Passagem Terra Nova e temos mais seis repúblicas, que são cuidadas pela Caritas, que, na verdade, compõem uma rede de acolhimento social e estão – nós estamos – com capacidade máxima.

Esse tempo de permanência é indefinido; cada um fica o tempo que precisar, vocês sabem disso – aqueles que estão diretamente ligados. Eles deixam os equipamentos quando apresentam condições financeira e social para poderem seguir com alguma autonomia – a vida de cada um, lógico. Ninguém põe para a rua, não tem prazo; quero deixar isso bem claro. E Guarulhos sabe disso. Guarulhos tem trabalhado com muita competência, porque fica lá dentro, na verdade é na porta de Guarulhos que tudo isso acontece.

Desde 2019, são 775 imigrantes que se desligaram desses equipamentos sociais do estado. E alguém disse aqui na sua explanação que, na verdade, não é só equipamento social. Quando você fala em equipamento de atendimento e de atenção, de políticas públicas, acaba entrando em outros equipamentos também como saúde, educação, uma série de coisas.

A maior parte dessas pessoas estabeleceu moradia autônoma no interior do Estado, ou fora do Estado de São Paulo, em outros estados, ou fora do país.

A intensificação da chegada de afegãos em São Paulo a partir de agosto motivou uma força-tarefa que não foi pequena, emergencial, montada para promover o acolhimento de 120 refugiados acampados, e ainda há uma parte de pessoas que estão chegando. Ontem mesmo chegaram mais 30 afegãos.

A nossa casa de passagem. Aí é só para vocês verem. Quem puder conhecer... É uma casa muito bem organizada. Ela recebeu 132 afegãos desde janeiro deste ano até agora, 31 de outubro. Estamos em novembro, e, ontem, chegaram mais 30 pessoas, refugiados.

Nesse período, aumentou a chegada de afegãos com vistos humanitários concedidos pelo Governo Federal. Quero fazer aqui uma fala rápida sobre esses vistos humanitários. Obviamente, nem poderia ser diferente, porque os estados não têm essa prerrogativa de conceder visto humanitário, tudo... Quando a gente diz que é de última hora, que é corrido, que é emergente, que é urgente, é porque São Paulo não estava preparado no sentido de virem novos vistos humanitários de novos países, seja de onde for. Na nossa casa de passagem – aí vocês podem ver os dormitórios, como são muito bem-feitos –, eles aprendem idioma, lidar com moeda, tarefas domésticas que certamente já faziam lá de alguma forma, hábitos locais etc.

Podemos passar, para terminar e eu fazer a minha...

O Governo do Estado de São Paulo – isso é muito importante, sem fazer juízo de valor de ninguém e nem de nada, mas nós precisamos colocar aqui a verdade –, o nosso orçamento, que foi disponibilizado pelo Governador Rodrigo Garcia através da nossa pasta de desenvolvimento social, foi de quase R\$3 milhões, R\$2,8 milhões. Não é um orçamento pequeno, dada a emergência, dada a última hora, para a gente





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

criar novas vagas, uma nova casa de acolhimento que será entregue agora, em dezembro. E nós já temos outras, como essa de que eu acabei de falar, da Mooca, agora, além das repúblicas. Então, não é uma tarefa fácil. São R\$2,8 milhões que não estavam dentro de um orçamento. Dessa forma, mesmo assim, nós conseguimos atender essas demandas.

E lembro que o Governo Federal – eu já disse que não estou fazendo juízo de valor, estou só colocando números, eu gosto muito de números – aportou, até onde chegou para mim em forma de informação, R\$280 mil. Então, o que nos falta também quando a gente prioriza algo na política pública, quando a gente prioriza algo na vida pública, no atendimento público... Para mim, priorização é recurso. São cem novas vagas. Nós já temos as vagas preenchidas, 50 vagas hoje, e estamos criando mais cem novas vagas. Então, prioridade, ao nosso ver e ao ver do Governo do Estado de São Paulo – por isso os R\$2,8 milhões –, é vir também com recursos. Não estamos discutindo a necessidade, não estamos discutindo a humanidade, porque tudo isso nós já fazemos, está dentro da minha pasta, está dentro da nossa pasta, que eu chamo minha por amor e carinho. A gente abraça uma pasta que envolve 46 milhões de brasileiros no Estado de São Paulo e, se nós compararmos, se eu estiver com o número correto, de 39 milhões de afegãos que moram na Federação; ou seja, nós temos um Estado de São Paulo – eu não estou falando do país, mas Estado de São Paulo – com mais população de brasileiros que moram aqui. Nada contra nenhum estrangeiro, mas só de brasileiros, que é uma população maior. Então, isso também tem que estar na pauta para debate e discussão.

Foi dito aqui também, eu vou pegar um pedacinho disso muito rápido, que nós já temos o nosso regimento interno para os brasileiros; nós já temos a nossa Constituição Federal para os brasileiros; nós já temos os nossos costumes para os brasileiros; nós já temos as nossas políticas públicas para os brasileiros. E, com isso, a gente recebe de fora com amor, carinho, respeito, para garantir dignidade a essas pessoas. Então, nós precisamos também que os recursos federais venham a contento e que venham em número maior, não é?

A gente sabe que o maior destino é São Paulo, o maior destino é Guarulhos. Eu não estou dizendo que outros estados talvez não recebam. Certamente podem receber, devem receber, mas de longe é o Estado de São Paulo que mais recebe, que mais cuida no sentido de fazer essa casa de passagem, de fazer todos esses equipamentos para bom atendimento.

E, para finalizar, eu só quero dizer que São Paulo continua de portas abertas, o estado, o governo, as políticas públicas. Parabéns a cada um que na sua possibilidade, no seu tamanho tem feito, não só hoje, mas ao longo desses últimos anos, um trabalho para receber ser humano. A gente não está discutindo aqui de que raça é, se é branco, negro. A gente não está discutindo raça, religião, credo, nada disso. Nós estamos discutindo seres humanos e, como seres humanos, todos têm direito à vida, e vida com dignidade. Então, é isso que a nossa Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social faz 24 horas por dia, 365 dias por ano para cuidar, salvar e garantir a vida não só dos brasileiros que moram aqui, os 46 milhões, mas quantos mais mil de outros países vierem para pedir socorro. O nosso socorro significa porta aberta e bom atendimento.

Eu estou à disposição para o que precisarem aqui na secretaria. Podem contar com o Governo de São Paulo e podem contar também com a nossa equipe, que é uma equipe bastante competente para trabalhar essas questões que muitas vezes chegam de última hora.

Muito obrigada, meu carinho. Abraço a todos. Obrigada, Mara Gabrilli.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSDB - SP. *Por videoconferência.*) – Obrigada Célia, você também tem um reloginho interno.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente recebe diversas perguntas aqui. Estamos recebendo perguntas tão interessantes pelo e-Cidadania. Eu acredito que muitas dessas questões já tenham sido sanadas ao longo desta audiência.

Inclusive, o Guilherme Silva, de São Paulo, perguntou se a gente poderia adaptar o Anhembi para abrigar os refugiados afegãos em uma ação emergencial, como foi feita no período da covid-19. Realmente é uma estratégia interessante para a gente pensar, não é, Célia? Eu sei que o Anhembi faz parte do município, mas é algo interessante para a gente pensar.

E, de forma geral, a gente teve muitas perguntas para falar do acolhimento dos afegãos na área da saúde, na área de trabalho, na área de educação. Eu acredito que também muitas dessas perguntas tenham sido abordadas de alguma forma aqui durante nossa audiência.

Então, quero agradecer muito à Célia Leão pela participação. Quero agradecer a presença de todos os nossos convidados, que trouxeram reflexões para elucidar essa matéria, um desafio tão grande para gente agora.

Nessas últimas semanas, eu tenho escutado histórias das afegãs e dos afegãos que buscam o Brasil para começar uma nova vida. São famílias, mães, pais, pessoas com deficiência, pessoas com mais de cem anos, jovens, um número expressivo de mulheres grávidas, algumas das quais já deram à luz aqui no país, possibilitando uma nova geração de brasileiros afegãos. Isso é emocionante. Além disso, são pessoas extremamente resilientes, que resistiram ao regime autoritário e violento do Talibã, sofreram perseguições em virtude de sua religião, de sua etnia ou até dos empregos que tinham junto a ONGs humanitárias, jornais, agências internacionais e outras organizações, junto a ONGs humanitárias, enfim...

Nesse sentido, eu recordo a todos a nossa diligência na próxima quinta-feira, dia 10 de novembro. Será uma oportunidade bastante enriquecedora não apenas para gente pressionar o Governo Federal por mais recursos, mas para o acolhimento digno e humano dessas pessoas; e também para ver de perto, escutar, aprender com as histórias e experiências desses corajosos seres humanos em busca de uma vida melhor. Sem dúvida, eles têm muito a contribuir conosco e para o desenvolvimento e progresso do nosso Brasil.

Muito obrigada e desejo uma ótima semana para todo mundo. Obrigada de coração.

A SRA. CÉLIA LEÃO (*Por videoconferência.*) – Obrigada, um beijo e meu carinho a todos vocês. Contém com São Paulo.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSDB - SP. *Por videoconferência.*) – Obrigada.

A audiência está encerrada.

(Iniciada às 10 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 06 minutos.)





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 4^a REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS E REFUGIADOS DA 4^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56^a LEGISLATURA, REALIZADA EM 9 DE NOVEMBRO DE 2022, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às dezesseis horas e dois minutos do dia nove de novembro de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob as Presidências dos Parlamentares Túlio Gadêlha e Mara Gabrilli, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados com a presença dos Parlamentares Eduardo Braga, Marcelo Castro, Plínio Valério, Alexandre Silveira, Eliziane Gama, Dr. Zacharias Calil, Angela Amin, Raul Henry, Camilo Capiberibe e Eduardo Barbosa. Deixam de comparecer os Parlamentares Rafael Tenório, Nelsinho Trad, Irajá, Nicoletti, João Maia, Rennato Queiroz e Leônidas Cristino. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A Senadora Mara Gabrilli faz a leitura do relatório. Às dezesseis horas e vinte e três minutos, a reunião é suspensa e a reabertura é agendada para o dia nove de novembro de dois mil e vinte e dois. A reunião é reaberta às vinte horas e nove minutos do dia nove de novembro de dois mil e vinte e dois. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberação sobre as emendas ao PLOA 2023. Finalidade:** Deliberar sobre as emendas da CMMIR ao PLOA 2023 (Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 32, de 2022). Coordenadora das emendas: Sen. Mara Gabrilli. **Resultado:** Aprovado o relatório, que conclui pela apresentação ao PLOA/2023 (Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 32, de 2022) das seguintes emendas de apropriação (ação + subtítulo + valor): 2017 - Promoção da Política Nacional de Justiça - Nacional, Valor: R\$ 15.000.000; 219F - Ações de Proteção Social Especial - Nacional, Valor: R\$ 25.000.000; 219C - Acolhimento humanitário e interiorização de migrantes em situação de vulnerabilidade e fortalecimento do controle de fronteiras - Nacional, Valor: R\$ 150.000.000; 21AR - Promoção e Defesa de Direitos Humanos para todos - Nacional, Valor: R\$ 340.000.000. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte horas e dez minutos. A presente ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado Túlio Gadêlha

Presidente da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/11/09>

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. REDE - PE. Fala da Presidência. *Por videoconferência.*) – Senhores, boa tarde a todas e todos!

A gente, neste momento, está numa reunião aqui junto aos ministros do STF, a caminho do STF. Peço desculpas por não poder estar presente na Presidência do Senado fisicamente, mas, havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião tem como objetivo deliberar sobre as emendas CMMIR a serem apresentadas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 32, de 2022, Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa).

A Presidência comunica que foram apresentadas 22 sugestões de emendas ao Ploa de 2023. Dessa forma, eu passo para a Senadora Mara Gabrilli para fazer a leitura do relatório e conduzir os trabalhos hoje na CMMIR.

Agradeço a todos e todas.

Muito obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSDB - SP. Como Relatora. *Por videoconferência.*) – Obrigada, Presidente. Obrigada pelo esforço todo, mesmo em reunião.

Boa tarde a todas e a todos os Deputados e Senadores desta Comissão.

Como Relatora da CMMIR, tive a honra de ser a coordenadora das emendas desta Comissão ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2023.

Sr. Presidente, colegas Parlamentares, a íntegra do relatório encontra-se na página da CMMIR e peço licença para apresentar aqui os pontos principais do relatório para que possamos dar celeridade à nossa reunião e à aprovação de nossas emendas.

Trata-se do parecer da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados sobre as indicações de emendas desta Comissão ao Projeto de Lei nº 32, de 2022, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2023.

Nesse contexto, estamos aqui para deliberar sobre as indicações que estão relacionadas em quadro anexo a este parecer, com número atribuído a cada proposta de emenda por esta Comissão.

Podemos afirmar que todas as indicações exibem grande mérito. Recordo a todos e a todas que os benefícios das emendas de comissão desdobram-se no plano nacional, não se limitando a região ou localidade específica.

Sob a análise deste Plenário, encontram-se 22 indicações de emendas, sendo 20 de emendas de apropriação, uma emenda de remanejamento e mais uma emenda de texto.

Como o número de indicações extrapola o limite máximo de 4 emendas de apropriação e 4 emendas de remanejamento reservadas a esta Comissão, a gente analisou com base em requisitos técnicos e fundamentos legislativos e orçamentários alinhados às prioridades das políticas públicas a cargo dos órgãos afins às competências desta Comissão.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Com relação à emenda de remanejamento, cabe registrar que a emenda apresenta cancelamento de recursos da Reserva de Contingência, o que é vedado pelo art. 38 da Resolução nº 1, de 2006-CN.

A emenda de texto não apresenta relação com as competências da CMMIR. Por esse motivo, ela não será encaminhada à CMO.

Eu preciso beber água. (*Pausa.*)

Perdão. Obrigada.

Dante do exposto, votamos pela não apresentação de emendas de remanejamento e de texto, e apresentação das seguintes propostas de emendas de apropriação, que contemplam quatro ministérios. São as seguintes:

a) No âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, a Emenda nº 1, no valor de R\$15 milhões, para a ação “2017 - Promoção da Política Nacional de Justiça”, com indicação dos Senadores Mara Gabrilli e Nelsinho Trad (Emendas 1 e 13), para implementação de projetos de democratização do acesso à cidadania e à justiça;

b) No Ministério da Cidadania, a Emenda nº 2, no valor de R\$25 milhões, para a ação “219F - Ações de Proteção Social Especial”, com indicações dos Senadores Mara Gabrilli, Eliziane Gama, Paulo Paim e Nelsinho Trad (Emendas 2, 4, 7 e 11) e do Deputado Federal Túlio Gadêlha (Emenda 15). Com a aprovação da emenda serão garantidos os recursos para o cofinanciamento federal e execução direta de ações para os municípios, Distrito Federal e estados, quando couber, e para a oferta de serviços e programas de proteção social especial de média e alta complexidade;

c) No âmbito do Ministério da Defesa, a Emenda nº 18, no valor de R\$150 milhões, para a ação “219C - Acolhimento humanitário e interiorização de migrantes em situação de vulnerabilidade e fortalecimento do controle de fronteiras”, com indicações da Senadora Eliziane Gama (Emenda 6) e do Deputado Túlio Gadêlha (Emenda 18). A ação tem destaque nas atividades de assistência emergencial para o acolhimento humanitário, tais como montagem de abrigos e alojamentos temporários, realização de operações voltadas à segurança pública e ao fortalecimento das fronteiras, atenção à saúde, organização e distribuição de doações, fornecimento de alimentos nos abrigos, transporte de pessoas para outras regiões, entre outras.

d) No Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, a Emenda nº 9, no valor de R\$340.000.000, para a ação “21AR - Promoção e Defesa de Direitos Humanos para todos”, com indicações dos Senadores Paulo Paim, Eliziane Gama, Nelsinho Trad (Emendas 5, 9 e 10) e do Deputado Federal Túlio Gadêlha (Emenda 16).

Assim, será possível a alocação de recursos para formulação, implementação e apoio a políticas e iniciativas governamentais e não governamentais voltadas para a promoção e defesa dos direitos humanos para todos.

Lembramos que as emendas da Comissão devem ser acompanhadas da ata desta reunião, na qual se especificam as decisões ora tomadas. Sugerimos ainda que a Secretaria da Comissão adote as providências necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Em discurso e com a palavra o querido Senador Paulo Paim, nosso Vice-Presidente da CMMIR.

Senador Paim?





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PAULO PAIM (PT - RS. *Por videoconferência.*) – Oi, Senadora Mara Gabrilli. Eu quero só cumprimentá-la pelo brilhante relatório apresentado.

Foi contemplada, eu diria, a totalidade dos Senadores porque as causas são as mesmas. E fiz questão de estar aqui neste momento por toda a sua história, a sua forma de relatar, de dialogar com todos. Enfim, o meu voto é "sim". Estou com você.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSDB - SP. *Por videoconferência.*) – Obrigada, Senador. Que bom, que bom que você apareceu aqui para chancelar o nosso relatório. Obrigada.

O SR. PAULO PAIM (PT - RS. *Por videoconferência.*) – Com muita satisfação, viu? E nós temos quórum já para votação, não?

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSDB - SP. *Por videoconferência.*) – A gente pode suspender por 15 minutos? Só para fazer a verificação aqui do quórum.

O SR. PAULO PAIM (PT - RS. *Por videoconferência.*) – Está bem.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSDB - SP. *Por videoconferência.*) – Espera aí, Paim. Ô, Paim, falta um Senador ou Deputado...

O SR. PAULO PAIM (PT - RS. *Por videoconferência.*) – Mas conte comigo, eu estou aqui. Eu vou entrar ali no Plenário. Estou inscrito lá também. Eu entro lá e volto aqui.

Se quiser suspender por alguns minutos, até alguém dar presença...

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSDB - SP. *Por videoconferência.*) – Tá, a gente vai suspender então, por 15 minutos.

O SR. PAULO PAIM (PT - RS. *Por videoconferência.*) – Você que manda. Eu estou sob sua orientação.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSDB - SP. *Por videoconferência.*) – Obrigada, Senador.

O SR. PAULO PAIM (PT - RS. *Por videoconferência.*) – Mas eu poderia falar, se você assim entender, que nós vamos iniciar agora o Mês da Consciência Negra. E nós temos muito trabalho também nessa área, até porque o papel de todos nós... Eu vou dar uma preliminar aqui do que eu vou falar no Plenário, enquanto você resolve suspender aí.

O mês de novembro chegou, e com ele celebramos o Dia da Consciência Negra.

O debate surgiu aqui no meu Rio Grande, viu, querida Mara Gabrilli? Surgiu aqui na década de 70, através de militantes universitários, como o poeta Oliveira Silveira, Vilmar Nunes, Ilmo da Silva. E o único militante vivo desse grupo todo é o meu amigo Dr. Antônio Carlos Côrtes. Eles fizeram um belíssimo trabalho, e assim, o 20 de novembro ficou sendo o grande Dia da Consciência Negra, não é?

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSDB - SP. *Por videoconferência.*) – Você é sempre vanguarda, Senador.

O SR. PAULO PAIM (PT - RS. *Por videoconferência.*) – O Dia da Consciência Negra reforça, na memória do Brasil, o combate ao racismo e faz lembrar o assassinato do grande líder negro Zumbi dos Palmares.

É só uma introdução. Quem quiser mais, eu vou falar depois.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSDB - SP. *Por videoconferência.*) – Ah, fala mais um pouco.

O SR. PAULO PAIM (PT - RS. *Por videoconferência.*) – Então tá. Então vou falar um pouquinho mais.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSDB - SP. *Por videoconferência.*) – Você sabe que você é nosso Senador vanguardista.

O SR. PAULO PAIM (PT - RS. *Por videoconferência.*) – Então tá. Já que a querida Relatora Mara, uma liderança que nós todos, com certeza, apoiamos, reconhecemos, eu vou então avançando.

Eu dizia aqui que nos lembra o grande líder negro Zumbi dos Palmares, o 20 de novembro. Lembra também que ele garantiu, como outros guerreiros e guerreiras, a ascensão e a manutenção de um dos maiores quilombos do país, o Quilombo dos Palmares.

A falta de representatividade negra, principalmente nos espaços de poder, reflete um desafio de todos nós, para avançarmos cada vez mais na implantação de políticas públicas que combatam todo tipo de racismo e preconceito, para que possamos atender grande parte da população negra, que hoje está em torno de 56% da população brasileira.

Lembramos ainda que, nos anos de 2020-2022, esta Casa aprovou 13 matérias, viu, Mara? Quero aqui cumprimentar o Senado, não é? Dizem, "ah, o Senado é conservador", mas esse Senado aí aprovou 13 matérias raciais, como, por exemplo, o PL 5.231, de 2020, que trata da abordagem policial diante da população negra; o Projeto 482, que garante que o dia 20 de novembro, a exemplo dos Estados Unidos – lá é Martin Luther King; aqui no Brasil, 20 de novembro, Zumbi –, seja feriado nacional, para nós discutirmos, nesse dia, a minha ótica é essa, o combate a todo tipo de preconceito, contra negro, índio, branco, refugiados, migrantes, imigrantes, pessoas com deficiência, preconceito contra a mulher, LGBTI+, enfim, combater todo tipo de preconceito. Seria um dia em que o Brasil faria esse debate.

O Dia Nacional da Consciência Negra foi aprovado no Senado. Eu fui Relator, o Randolfe foi o autor. Agora está na Câmara dos Deputados. No Brasil, a ausência de uma lei federal que determine o dia 20 de novembro feriado nacional faz com que apenas 1,1 mil municípios incorporem esse dia como feriado nacional. Eu acredito que vamos avançar.

Fortalecer a importância desse Dia da Consciência Negra é educar o povo brasileiro para que crimes de racismo não aconteçam mais, infelizmente, diariamente. Que deixem de existir.

Um povo consciente, educado, diante de seu passado, presente e futuro, não comete violência de intolerância e, sim, promove a paz. Estamos todos juntos – brancos, negros, índios, pessoas com deficiência, LGBTQIA+, homens, mulheres –, enfim, por um Brasil sem racismo e sem nenhum tipo de preconceito.

É uma luta de todos nós, Mara. Eu tenho orgulho de caminhar ao seu lado. Quero lembrar que você foi a grande Relatora da LBI – nós combinamos ali –, da Lei Brasileira de Inclusão, e também do Estatuto da Pessoa com Deficiência, que é um complemento. Mas você foi a grande mestra desse dia histórico.

Ainda hoje eu falava com o Santos Fagundes, que você conhece e que é deficiente visual. Saiba que ele é chefe do meu gabinete há uns 20 anos já. É brilhante. Você é uma testemunha da história. As pessoas com deficiência só precisam de oportunidades e elas mostram toda a sua capacidade. Você é isso que o povo brasileiro todo aprendeu a admirar.

A SRA. MARA GABRILLI (PSDB - SP. *Por videoconferência.*) – E nada disso existiria se você não tivesse sido vanguarda e se não tivesse ido lá protocolar o Estatuto.

O SR. PAULO PAIM (PT - RS. *Por videoconferência.*) – Você é que é brilhante.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

A SRA. MARA GABRILLI (PSDB - SP. *Por videoconferência.*) – Eu não falo que você é vanguarda em tudo!

O SR. PAULO PAIM (PT - RS. *Por videoconferência.*) – Eu queria aproveitar agora e falar mais de você. A assessoria aqui, que é esperta, quer agradá-la também. "Só ficas tu elogiando, diga que nós também a estamos elogiando". A minha assessoria admira você. Eles me disseram: "Diga aí".

No Ministério da Cidadania, a Emenda nº 2, no valor de R\$25 milhões para ações de proteção social com indicações dos Senadores Mara Gabrilli, Eliziane Gama, Paulo Paim, Nelsinho Trad e o Deputado Federal Túlio Gadelha. Era a Relatora, mas ela contempla a todos.

Parabéns, Mara!

No Ministério da Mulher, da Família, muito importante, e dos Direitos Humanos, a Emenda nº 9, no valor de R\$340 milhões, para ações de promoção e defesa dos direitos humanos. Nós fizemos parte da Comissão de Direitos Humanos, eu e você, com indicação dos Senadores Eliziane Gama, Mara Gabrilli, Nelsinho Trad, Paulo Paim e do Deputado Túlio Gadelha. Essa é a Mara Gabrilli, que aprovou tudo que nós pedimos. Agora só tem que chegar lá na ponta o dinheiro. Não é, Mara?

A SRA. MARA GABRILLI (PSDB - SP. *Por videoconferência.*) – Tem que chegar, não é? E tem que chegar mais um Parlamentar.

O SR. PAULO PAIM (PT - RS. *Por videoconferência.*) – Só falta um, agora, para nós aprovarmos.

A SRA. MARA GABRILLI (PSDB - SP. *Por videoconferência.*) – Só falta um agora.

O SR. PAULO PAIM (PT - RS. *Por videoconferência.*) – Mas vai dar quórum.

A SRA. MARA GABRILLI (PSDB - SP. *Por videoconferência.*) – Senador, se o senhor quiser continuar, a gente suspende 15 minutos.

O SR. PAULO PAIM (PT - RS. *Por videoconferência.*) – Isso. Isso. Vou dar uma pincelada no Plenário e ver, Mara... Aqui eu vou dizer ao vivo. Informaram-me agora que vou ter que viajar, hoje à noite, para aí porque vai ter uma reunião com o Presidente eleito, com os Senadores, para discutir um pouco a política de transição. Mas vai ser amanhã. Então, eu estou indo hoje à noite para Brasília. Estou no Rio Grande do Sul.

A SRA. MARA GABRILLI (PSDB - SP. *Por videoconferência.*) – Paim, que bom, Paim! Se você der uma olhada nos médicos que estão escalados na equipe de transição, nenhum deles tem afinidade profunda com pessoa com deficiência.

O SR. PAULO PAIM (PT - RS. *Por videoconferência.*) – Ah, vou falar amanhã.

A SRA. MARA GABRILLI (PSDB - SP. *Por videoconferência.*) – Faça colocarem um lá. Faça colocarem um médico fisiatra, um médico que entenda de pessoas com deficiência junto na transição.

O SR. PAULO PAIM (PT - RS. *Por videoconferência.*) – Muito bem lembrado! Tenho certeza de que a sua sugestão será vista com bons olhos, porque eu vou falar que, hoje, no Plenário da Comissão, eu falei que estava viajando, como vou viajar às 22h30, e que você pediu que eu registrasse lá a possibilidade real de ter um médico vinculado às pessoas com deficiência.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSDB - SP. *Por videoconferência.*) – Porque o David Uip até tem intimidade com doenças raras, mas, ali, de pessoas com deficiência, nenhum.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PAULO PAIM (PT - RS. *Por videoconferência.*) – Sim; farei esse comentário lá na minha...

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSDB - SP. *Por videoconferência.*) – A gente precisa.

O SR. PAULO PAIM (PT - RS. *Por videoconferência.*) – Vai ser importante.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSDB - SP. *Por videoconferência.*) – Está bom! Obrigada, Senador, sempre.

O SR. PAULO PAIM (PT - RS. *Por videoconferência.*) – Daqui a 15, 20 minutos, eu estou aqui. Na hora que você chamar, eu estou de volta.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSDB - SP. *Por videoconferência.*) – Está bom. Obrigada!

O SR. PAULO PAIM (PT - RS. *Por videoconferência.*) – Até mais! Um abraço.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. PSDB - SP. *Por videoconferência.*) – Até já! Um abração!

(Iniciada às 16 horas e 02 minutos, a reunião é suspensa às 16 horas e 23 minutos, e reaberta às 20 horas e 10 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. REDE - PE. *Por videoconferência.*) – Boa noite, colegas!

A gente está aqui em atividade ainda, mas viemos aqui, primeiro, declarar reaberta a 4ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados.

A Presidência comunica que, no dia 9 de novembro, a Senadora Mara Gabrilli procedeu à leitura desse relatório, suspendendo-se, em seguida, a reunião.

Aproveito para chamar à discussão o relatório.

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão, passamos para a votação.

Votação do relatório aberta. (*Pausa.*)

Encerrada a votação.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

As emendas serão apresentadas perante a CMO.

Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas da terceira e também da presente reunião. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(Iniciada às 16 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 20 horas e 10 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5^a REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS E REFUGIADOS DA 4^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56^a LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 2022, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6 E POR VIDEOCONFERÊNCIA.

Às dez horas e vinte e oito minutos do dia vinte e três de novembro de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob as Presidências dos Parlamentares Túlio Gadêlha e Paulo Paim, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados com a presença dos Parlamentares Eduardo Braga, Nelsinho Trad, Irajá, Nicoletti, Jean Paul Prates, Marcos do Val, Chico Rodrigues, Izalci Lucas, Rodrigo Cunha e Soraya Thronicke. Deixam de comparecer os Parlamentares Rafael Tenório, Mara Gabrilli, Eliziane Gama, Dr. Zacharias Calil, Angela Amin, João Maia, Rrenato Queiroz, Camilo Capiberibe, Eduardo Barbosa e Leônidas Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 3/2022 - CMMIR, de autoria Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP). **Finalidade:** Debater o futuro da Operação Acolhida. **Participantes:** Sr. Joel Bautista Bastardo Brito, Refugiado venezuelano residente no Brasil; Sr. João Carlos Jarochinski, Professor da Universidade Federal de Roraima (UFRR); Sra. Socorro Tabosa, Assessora Especial para o Chefe de Missão da Organização Internacional para as Migrações (OIM); Sra. Anna Paula Ribeiro Araújo Mamede, Terceira-Secretária do Ministério de Relações Exteriores (MRE); Sr. Alexandre Formisano, Chefe da Delegação Regional do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV); Sra. Silvia Sander, Oficial de Proteção do Alto-comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR); Padre Agnaldo Pereira de Oliveira Junior, Diretor Nacional do Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados do Brasil (SJMR); Sra Alzira Melo Costa, Procuradora-Chefe do Ministério Público do Trabalho no Amazonas e Roraima (MPT); Sr. Gabriel Valladares, Assessor jurídico da Delegação Regional do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV); Sr. Marcelo Lemos, Analista de Relações Institucionais e Sustentabilidade do Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados do Brasil (SJMR); e Sr. Paulo Henrique de Moraes, Diretor-executivo da Cáritas Arquidiocesana de Brasília. A Presidência registra a presença do Defensor Público Federal Ronaldo de Almeida Neto. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e doze minutos. A presente ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Deputado Túlio Gadêlha

Presidente da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/11/23>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. REDE - PE. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater o futuro da Operação Acolhida, em atendimento ao Requerimento nº 3, de 2002.

Participarão da nossa audiência de forma presencial os seguintes convidados – e já aproveito para convidar os que forem chamados aqui para compor a mesa conosco: a Sra. Anna Paula Ribeiro Araujo Mamede, Terceira-Secretária do Ministério de Relações Exteriores; a Sra. Socorro Tabosa, Assessora Especial para o Chefe de Missão da Organização Internacional para as Migrações (OIM); o Sr. Marcelo Lemos, Analista de Relações Institucionais e Sustentabilidade do Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados do Brasil; o Sr. Alexandre Formisano, Chefe da Delegação Regional do Comitê Internacional da Cruz Vermelha.

E também participarão conosco desta audiência de forma remota os seguintes convidados: a Sra. Silvia Sander, Oficial de Proteção do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (Acnur); o Sr. Padre Agnaldo Pereira de Oliveira Junior, Diretor Nacional do Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados do Brasil; a Sra. Alzira Melo Costa, Procuradora-Chefe do Ministério Público do Trabalho no Amazonas e em Roraima; o Sr. Gabriel Valladares, Assessor Jurídico da Delegação Regional do Comitê Internacional da Cruz Vermelha; o Sr. Carlos Jarochinski, Professor da Universidade Federal de Roraima; o Sr. Joel Bautista Bastardo Brito, refugiado venezuelano residente no Brasil.

Esta audiência pública será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, em www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211.

De acordo com as normas regimentais, cada convidado fará sua exposição em dez minutos, e em seguida abriremos a fase de interpelação pelos Parlamentares inscritos. Ao final, aqueles que desejarem fazer uso da palavra devem solicitar sua inscrição por meio da função "levantar a mão" no aplicativo ou registrando seu pedido no "bate-papo" dessa ferramenta.

Dessa forma, antes de conceder a palavra, eu queria fazer uma saudação inicial aos convidados que estão aqui conosco e dizer que é uma satisfação enorme estarmos aqui nesta audiência de hoje discutindo um tema tão importante como a Operação Acolhida.

A Operação Acolhida está sendo de grande importância para a recepção e organização do fluxo de migrantes e refugiados venezuelanos. Trata-se de operação sob coordenação do Governo Federal, com participação de 11 ministérios e apoio de agências da ONU e de mais de 100 entidades da sociedade civil. Além de organizar triagem, documentação e abrigamento de milhares de pessoas com zelo sanitário nesse período da pandemia, a operação também promoveu a interiorização de cerca de 80 mil pessoas para mais de 800 municípios brasileiros.

Na condição de Relator desta Comissão, realizamos no ano passado uma visita técnica em Boa Vista e Pacaraima, e conhecemos de perto a situação da operação na região. Agora, quando a Operação Acolhida está completando cinco anos de existência, importa traçarmos um balanço dos acertos e das dificuldades, mas sobretudo projetar como deverão ser os próximos anos. Assim propomos esta audiência pública para debater acerca do futuro da Operação Acolhida, considerando o próximo ciclo presidencial, de 2023 a 2026,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e a nova representação do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados no Brasil, cujo novo mandato terá início no próximo ano. Inclusive, logo mais, vou me encaminhar daqui para o Gabinete de Transição, no Centro Cultural Banco do Brasil, onde ocorrerá a primeira reunião do Grupo Técnico de Direitos Humanos do Gabinete de Transição Governamental, com atores e entidades da sociedade civil, para coletar contribuições e fazer a elaboração de diagnóstico e perspectivas da política de direitos humanos para migrantes e refugiados.

Gostaria de reforçar, desde já, que esta Comissão envidará todos os esforços para garantir que o Estado brasileiro cumpra seu papel de acolher e construir mecanismos que contribuam concretamente para o acolhimento, para a superação das barreiras e para a concessão de vistos humanitários, além de, lógico, outras políticas de acolhida de pessoas em situação de refúgio.

A intenção da nossa fala é, de fato, fazer uma saudação inicial e prestigiar todos os convidados que estão aqui presentes, especialistas, desde já agradecendo a presença e a disponibilidade de estarem aqui acompanhando e compartilhando suas vivências e experiências conosco. Muito obrigado a todas e todos!

Dessa forma, a gente inicia nossa audiência pública, concedendo a palavra ao Sr. Joel Bautista Bastardo Brito, refugiado venezuelano residente do Brasil – por favor –, que eu acho que está de modo virtual conosco, não é isso?

O SR. JOEL BAUTISTA BASTARDO BRITO (*Por videoconferência.*) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. REDE - PE) – Seja bem-vindo, Sr. Joel!

O SR. JOEL BAUTISTA BASTARDO BRITO (*Por videoconferência.*) – Estão escutando?

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. REDE - PE) – Escutamos muito bem.

O SR. JOEL BAUTISTA BASTARDO BRITO (*Para expor. Por videoconferência.*) – Isso!

Para mim um é um prazer participar neste evento como refugiado venezuelano.

Bom dia a todos!

Eu vou fazer cinco anos aqui no país, viu?

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. REDE - PE) – Que bom! Seja bem-vindo ao Brasil! Com cinco anos já é brasileiro!

O SR. JOEL BAUTISTA BASTARDO BRITO (*Por videoconferência.*) – Sim, quase brasileiro já! (*Risos.*)

Estou aqui com todos: minha esposa; meus filhos; tenho uma neta que nasceu na Venezuela, mas veio pequenina para cá e já vai fazer sete anos; tenho um neto brasileiro, que nasceu aqui mesmo. Já são quatro filhos e dois netos.

Eu cheguei aqui, entrei por Pacaraima, na fronteira. Aí, na fronteira, eu morei um tempo na rua. Foi muito forte. Tantos venezuelanos estão aí na fronteira. Eu conheci, naquela época – faz cinco anos já –, um empresário daqui de Brasília que estava no abrigo de Pacaraima e de Boa Vista, o Sr. João Batista, e o engenheiro Wanderson Tavares. Então, eu trabalhei, naquela época, na construção dos abrigos em Pacaraima e também em Boa Vista: Rondon 2 e São Vicente.

E, na viagem para cá, aquele empresário me ofereceu para eu trabalhar aqui em Brasília. E, quando eu estava há um mês aqui, ele me mandou em missão para procurar meus filhos. E aí foi quando eu fui beneficiado com meu filho, com minha neta. Aí eu consegui trazer mais familiares. Eles estavam "independizados". Todos trabalham. Estão interiorizados todos. Um mora em Formosa. Minha filha mora na Estrutural. E, assim, muitos estão trabalhando já. Eu já trabalhei e estou interiorizado também. Estou "independizado". Meus filhos todos estudam. O mais velho já se graduou aqui, terminou sua escola aqui.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dou graças a Deus por esse apoio maravilhoso da ONU e do pessoal da OIM, que estão fazendo um trabalho muito bonito, um bonito trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. REDE - PE) – Sr. Joel, nesse período que o senhor esteve no Brasil, que chegou ao Brasil, qual foi a importância da Operação Acolhida e de todos os atores que envolveram a operação na sua estada no Brasil?

O SR. JOEL BAUTISTA BASTARDO BRITO (*Por videoconferência.*) – Meu amigo, digo que foi tudo rápido. O atendimento foi muito bonito no abrigo. Quando cheguei com meu filho a Rondon 2, a documentação foi rápida, a alimentação. Toda essa coisa foi muito... Não faltou no abrigo alimento, nada. Foi maravilhoso demais.

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. REDE - PE) – Que bom, Sr. Joel! Obrigado pela sua participação aqui, nesta audiência pública.

O SR. JOEL BAUTISTA BASTARDO BRITO (*Por videoconferência.*) – Consigo apresentar rapidinho aqui meus filhos, que já vão para a escola?

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. REDE - PE) – É claro, com certeza! Está no seu tempo ainda. (*Pausa.*)

Olhe só!

O SR. JOEL BAUTISTA BASTARDO BRITO (*Por videoconferência.*) – Ela veio pequena para cá, é a mais nova, Joselis. O nome dela é Joselis. E este menino aqui se chama Joves.

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. REDE - PE) – Muito prazer, Joves!

O SR. JOEL BAUTISTA BASTARDO BRITO (*Por videoconferência.*) – Aqui é minha esposa.

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. REDE - PE) – Olá! *Hola!* *Qué tal?*

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. REDE - PE) – A família é grande, não é? Mais gente está chegando aí?

O SR. JOEL BAUTISTA BASTARDO BRITO (*Por videoconferência.*) – É minha neta.

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. REDE - PE) – Que legal! Já tem uma neta.

Muito prazer, Sr. Joel! Parabéns pela família linda! Sejam bem-vindos ao Brasil! A gente, no Senado e na Câmara, trabalha para que vocês se sintam em casa e, cada vez mais, tenham oportunidade.

Que os jovens possam estudar, possam concluir sua faculdade, possam ingressar no mercado de trabalho! Essa é a nossa intenção aqui.

Parabéns pela linda família! Contem com a gente aqui, na Câmara e no Senado.

O SR. JOEL BAUTISTA BASTARDO BRITO (*Por videoconferência.*) – Obrigado.

Também quero agradecer àquele pessoal da imigração da embaixada, o pessoal da Diretora Rosita. Eles estão fazendo também um trabalho muito bom, maravilhoso. Atendem muito bem o pessoal da imigração na embaixada.

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. REDE - PE) – Que bom, seu Joel! Sem dúvida, esta Comissão reconhece o trabalho de todos esses atores, entidades, voluntários das Forças Armadas também. O próprio Exército tem ajudado bastante nesse processo da operação. Eu quero agradecer sua participação nesta audiência pública. Está bom, Sr. Joel?

O SR. JOEL BAUTISTA BASTARDO BRITO (*Por videoconferência.*) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. REDE - PE) – Muito obrigado.

O SR. JOEL BAUTISTA BASTARDO BRITO (*Por videoconferência.*) – Obrigado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. REDE - PE) – A gente vai se falando por aqui. Um abraço grande!

Pessoal, dessa forma, a gente, agora, continuando nossa audiência pública, convida para o uso da palavra, com o tempo de dez minutos também, o Sr. João Carlos Jarochinski, Professor da Universidade Federal de Roraima.

Professor João Carlos...

O Professor está no virtual também, não é?

O SR. JOÃO CARLOS JAROCHINSKI (*Por videoconferência.*) – Bom dia!

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. REDE - PE) – Bom dia, Professor! Seja bem-vindo!

O SR. JOÃO CARLOS JAROCHINSKI (*Por videoconferência.*) – Bom dia! Vocês me ouvem?

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. REDE - PE) – Perfeitamente!

O SR. JOÃO CARLOS JAROCHINSKI (*Para expor. Por videoconferência.*) – Primeiramente, bom dia a todos e todas!

Cumprimento V. Exas. e demais autoridades, os demais convidados, o público que também nos acompanha, a família do Sr. Joel, especialmente representando a comunidade imigrante refugiada, nesta reunião da Comissão Mista sobre Migrações e Refugiados.

Saudo, pela iniciativa, a Comissão, especialmente na pessoa da Sra. Mara Gabrilli, que fez a requisição para nos trazer à tona o debate sobre a Operação Acolhida. Fico feliz em ver alguns colegas e amigos e até ex-alunos formando a mesa com vocês. Acho que é um momento bastante especial para a gente poder debater.

Eu gostaria de destacar, nesta fala, como primeiro aspecto, o que foi falado em relação aos acertos, aos ganhos. Acho que os números falam por si só. Acho que é um ponto importante que nós devemos destacar: são mais de 86 mil interiorizados, um número bastante grande de atendimentos na parte de documentação, um número significativo de abrigados, uma série de ações que foram realizadas ao longo do tempo e que merecem ser destacadas.

Entretanto, como a gente está pensando de maneira pontual em relação à questão do futuro, eu gostaria de pontuar, em primeiro lugar, a necessidade de nós pensarmos uma dinâmica que vá para além do emergencial.

Na Operação Acolhida, os principais resultados que ela trouxe foram principalmente na questão emergencial. Quem estava aqui em Roraima, como eu, nos anos de 2015 e de 2016 e, principalmente, no final do ano de 2017 sabe que o primeiro grande ganho que nós tivemos foi uma diminuição significativa da população de rua por meio da estratégia de abrigamento. Dentro dessa estratégia, hoje nós temos aproximadamente dez mil vagas no estado, que têm sido priorizadas para pessoas que as invocam, porque ainda há um número muito significativo de pessoas em situação de vulnerabilidade. Nós temos diversos tipos de vulnerabilidade. Inclusive, a gente tem debatido o que, muitas vezes, a gente pode chamar de "vulnerabilidade cruzada". A vulnerabilidade, muitas vezes, vem da própria questão de uma mobilidade forçada, como é o caso a que nós temos assistido, mas também há algumas específicas em relação a gênero, em relação à condição de família. A gente tem hoje uma chegada muito mais expressiva de crianças e idosos ao Brasil. Então, é essa a dinâmica.

A ação emergencial precisa continuar, mas nós necessitamos melhorar essa perspectiva da dinâmica do emergencial para a perspectiva de integração dessas pessoas. Então, o primeiro aspecto que a Operação Acolhida deve reforçar é a dinâmica dos atendimentos, a perspectiva de ampliação dos atendimentos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos feito, de maneira bastante satisfatória, a lógica de documentação. Hoje em dia, mesmo com a política equivocada em relação ao fechamento de fronteiras, nesse controle durante a pandemia, nós hoje conseguimos recuperar a dinâmica de documentação. O Brasil praticamente documenta todos esses migrantes venezuelanos que ingressam aqui, seja na estrutura de Pacaraima, seja também em Boa Vista e em Manaus. Acho que é um ponto importante que a gente tem que destacar.

Nós temos também tido, em relação à interiorização, como foi apontado, um número bastante expressivo de pessoas que vêm sendo atendidas. Em termos dessa interiorização, acho que vale a pena prestarmos um pouco mais de atenção a algumas modalidades, notadamente a de reunião social, para que nós não tenhamos, de fato, uma transferência de vulnerabilidade e de problemas sociais de Roraima para outros locais.

Acho que a interiorização é uma das iniciativas mais bem-sucedidas, porque você tem um compartilhamento de responsabilidade entre os diferentes entes federados. Além disso, permite que haja um crescimento de políticas estaduais, de políticas municipais e políticas migratórias. Hoje, vários municípios e estados desenvolvem, entre suas pautas, a temática migratória, mas a gente percebe que aqui, dentro da fronteira, ainda nós precisamos de uma melhoria, de uma ampliação em alguns tipos de atendimento, principalmente esses focados em vulnerabilidades específicas. Pensar a integração dessas pessoas é algo mais complexo. Se a gente pensar os números da própria integração, famílias monoparentais encontram mais dificuldades em participar do processo de integração, pessoas idosas encontram dificuldades em participar do processo de integração. Então, a gente precisa ampliar essa dinâmica.

Acho que a gente também pode pontuar de maneira bastante importante em relação à Operação Acolhida que ela, na verdade, atende a três públicos. Ela atende ao público compreendido no que a gente pode chamar de migração pendular dessas pessoas que estão próximas à fronteira, que acabam também sendo beneficiadas por algumas ações que são desenvolvidas. Há o público que deseja permanecer no Brasil, que faz parte de várias das nossas ações, esses quase 400 mil venezuelanos que hoje se encontram no Brasil. Mas também ela serve para atender ao público de trânsito. Então, talvez, nós tenhamos que pensar numa dinâmica mais integrada em relação ao local de ingresso dessas pessoas e ao local de saída, que tem sido propriamente por Pacaraima ou por Guarulhos, que tem sido bastante utilizado como localidade de saída, e por Foz do Iguaçu. Por que isso ocorre? Porque são pessoas que, dentro da dinâmica, quando ingressam no Brasil, têm demandas específicas, muitas vezes também chegando à vulnerabilidade, mesmo que elas pretendam se dirigir para outros espaços. Então, eu acho que esse é um ponto relevante.

Quando a gente discute a necessidade de melhorias, acho que a gente precisa pensar também na parte estrutural da própria Operação Acolhida.

Há um relato ocorrido na semana passada, em Pacaraima: a queixa que foi feita por órgãos que estabelecem a pré-documentação e a documentação é que, todos os dias, o sistema de internet em Pacaraima deixa de funcionar por alguns momentos. Então, se a gente está pensando nessa lógica de documentação, é fundamental que a gente tenha uma estrutura mais adequada. E parte dessa estrutura também pressupõe a necessidade da melhoria da BR-174, que faz a ligação de Pacaraima a Boa Vista. Hoje a estrada se encontra em condições muito precárias, vários trechos já não têm asfalto, o que chama a atenção se nós pensarmos que é o principal corredor humanitário de atendimento do Brasil e também o principal corredor de exportação de Roraima e do Amazonas para a Venezuela, que hoje é o principal mercado consumidor dos produtos de Roraima e do Estado do Amazonas. Então, a gente precisa melhorar um pouco essa dinâmica de circulação, fora a própria lógica de integração, que mostra toda a nossa dificuldade estrutural em relação ao restante dos territórios.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro ponto para o qual eu gostaria de chamar a atenção é a questão da presença das Forças Armadas. Acho que há uma necessidade... E aí convido os senhores... A Enap (Escola Nacional de Administração Pública) está produzindo um estudo de caso, está na finalização de um estudo de caso. Há outros produtos que vêm sendo desenvolvidos pela OIM, pelo Acnur e por outras entidades em relação a essa resposta. Mas hoje há uma dificuldade em pensarmos em uma substituição ou em uma eventual saída das Forças Armadas, em pensarmos qual outro órgão de governo teria condições de prestar atendimento. Como os senhores sabem, principalmente os Deputados e Senadores de estados fronteiriços, há uma dificuldade de fixação de quadros junto à fronteira, principalmente de servidores federais. Então, a gente precisa pensar em alternativas relacionadas a isso. Uma dessas alternativas, talvez, seja pensar na municipalização, pensar numa dinâmica para municípios fronteiriços. Então, seria a municipalização dessas respostas. Eu gostaria de apontar em cima disso.

Por fim – meu tempo está estourando –, é importante a gente destacar que há necessidade de a Operação Acolhida se transformar num paradigma da resposta brasileira, para que a gente não tenha sempre essa dinâmica reativa que, infelizmente, tem marcado principalmente os fluxos mais numerosos aqui no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. REDE - PE) – Nós que agradecemos, pela Comissão Mista de Migrações Internacionais e Refugiados, a contribuição do Prof. João Carlos.

Queríamos também registrar, Professor, que todas as contribuições aqui ficarão nos *Anais* da Casa e ficarão gravadas também para quem quiser acessá-las pelo YouTube ou pelo portal do Senado e da Câmara e que cada sugestão será muito bem-vinda por todos os convidados desta audiência pública, para que nós consigamos elaborar, junto com a nossa Relatora, Senadora Mara Gabrilli, um relatório ao final deste ano.

Eu queria aqui cumprimentar o Deputado Federal Nicoletti, que se encontra aqui conosco, e parabenizá-lo pela sua reeleição.

Quero dizer que V. Exa. é muito bem-vindo a esta Comissão, Deputado. Precisamos unir forças para discutir a situação do imigrante, do refugiado e das pessoas que vivem em Roraima nas cidades e em Pacaraima. Pude conhecer de perto essa realidade, passei alguns dias acompanhando a Operação Acolhida, conversando com entidades governamentais da ONU.

Eu queria dizer também que o Senador Paulo Paim aqui se encontra, nosso eterno Presidente. O Senador Paulo Paim é um Constituinte, uma referência na pauta dos direitos humanos, Senador pelo PT, do Rio Grande do Sul. Ele, logo mais, assumirá os trabalhos, após a terceira fala, a fala da Sra. Socorro Tabosa, que será a próxima oradora aqui, nesta Comissão.

Dessa forma, a gente convida aqui a Senadora, ou melhor, a Sra. Socorro Tabosa – quem sabe será Senadora um dia, não é, Socorro? –, Assessora Especial para o Chefe de Missão da Organização Internacional para Migrações (OIM).

Parabéns pelo trabalho da OIM!

A SRA. SOCORRO TABOSA (Para expor.) – Muito obrigada.

Senhoras e senhores, Deputadas e Deputados, um bom-dia a todas e todos!

Antes de mais nada, eu gostaria de cumprimentar o Presidente da Comissão Mista Parlamentar Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados, Deputado Túlio Gadêlha, e, na sua pessoa, estendo meus cumprimentos aos demais Deputados, Deputadas, Senadores, Senadoras, bem como aos gestores públicos aqui presentes, técnicos, colegas das agências das Nações Unidas, colegas das organizações da sociedade civil e, é claro, refugiados imigrantes, na pessoa do Sr. Joel e de sua família.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É com muita honra e com muito prazer que venho representar o Sr. Stéphane Rostiaux, Chefe de Missão da Organização Internacional para as Migrações no Brasil.

Agradeço à Comissão pela oportunidade de somarmos esforços nesta audiência pública e parabenizo-a pela iniciativa de debater tão importante tema: o futuro da Operação Acolhida.

Permitam-me falar um pouco sobre a Organização Internacional para as Migrações, que é a agência da ONU para as migrações. A OIM trabalha em estreita cooperação com governos, sociedade civil, outras agências internacionais, para que a migração ocorra de maneira segura, ordenada e digna em benefício dos migrantes, mas também das comunidades de acolhida.

A OIM foi criada em 1951 e hoje conta com 174 Estados-membros e 8 Estados observadores.

O Brasil é Estado-membro da OIM desde 2004, e, a partir de 2015, promulgado o acordo de sede entre o Brasil e a OIM, iniciamos o processo de ampliação da nossa estrutura no país.

Em 2016, foi inaugurado o escritório da OIM em Brasília. Atualmente, nós estamos presentes em 13 cidades no Brasil. Somos mais de duzentos colaboradores atuando para contribuir na garantia dos direitos dos migrantes, sejam eles internacionais ou internos, refugiados que chegam ao país em situação de vulnerabilidade, pessoas vulneráveis que retornam do exterior, brasileiros que retornam do exterior, comunidades de acolhida e toda a sociedade, sempre buscando garantir uma migração digna, ordenada e segura que beneficie os migrantes e a sociedade que os acolhe.

A OIM mantém hoje ações em cinco grandes eixos: governança migratória, proteção e assistência a migrantes, saúde e qualidade de vida das comunidades atendidas, migração e desenvolvimento e operações e emergências como a Operação Acolhida.

O tema tratado neste segundo ciclo de debates da Comissão Mista é de extrema importância para a garantia dos direitos humanos dos refugiados venezuelanos que escolheram o Brasil para recomeçar suas vidas.

A Operação Acolhida é uma resposta de caráter humanitário; portanto, é uma ação de Estado, e não de Governo. Ela foi implementada em 2018 pelo Governo Federal e conta com a parceria de mais de cem organizações entre agências da ONU e organizações da sociedade civil.

A OIM atua nos três eixos da Operação Acolhida: ordenamento da fronteira, abrigamento e interiorização.

Aproveito para parabenizar o Governo Federal pela decisão de organizar o atendimento humanitário aos venezuelanos. Reconhecemos que a Operação Acolhida é uma referência de boa prática na região.

O Governo Federal estruturou a resposta humanitária no Brasil, estabelecendo um marco de governança forte, baseado em normativas legais e infralegais. Então, esta Casa determinou a Lei 13.684, em 2018, garantindo a estrutura básica de uma resposta humanitária a essas crises de grandes fluxos de imigrantes e refugiados em situação de vulnerabilidade. O Governo instituiu decretos que estabelecem e dispõem um comitê federal, com 13 ministérios, coordenado pela Casa Civil, que tem uma força muito grande de convocação e de colocar na agenda pública a prioridade que define essas diretrizes e ações no âmbito da assistência emergencial aos refugiados e imigrantes venezuelanos, e definiu uma coordenação operacional nos Estados de Roraima e Amazonas, a quem compete executar ações e projetos estabelecidos pelo comitê federal.

Desde o início, com transparência e de forma coordenada com as Nações Unidas e a sociedade civil, foram identificadas necessidades e planejadas ações para os três grandes eixos da Operação Acolhida, como, por exemplo, gestão da fronteira, documentação, abrigo, alimentação, transporte humanitário, integração, Wash, que é o atendimento, o acesso à água, a esgoto, a limpezas, dentre outras áreas. Isso





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

permite atender, de forma organizada e regular, todas as pessoas venezuelanas que chegaram naquela época e ainda chegam massivamente ao Brasil, pela fronteira.

Desde 2017, mais de 800 mil venezuelanos passaram pelo Pitrig de Pacaraima. Desses, 400 mil decidiram ficar. Num estudo realizado em 2022 pela Plataforma R4V, que é uma rede instituída pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, coordenada por OIM e Acnur, que articula as agências da ONU e a sociedade civil, que apoiam a resposta humanitária em 17 países da região, identificou que 94% dos venezuelanos que foram entrevistados nessa pesquisa pretendem permanecer no país.

O fluxo de chegada segue ocorrendo, com a entrada de pessoas em situação de maior vulnerabilidade do que como chegaram em anos anteriores. Atualmente, a entrada mensal é de cerca de 14 mil venezuelanos, sem sinal de diminuição, reforçando, assim, a necessidade de manter um acolhimento organizado para essas pessoas vulneráveis. Elas, inclusive, precisam de maior apoio da Operação Acolhida e de seus parceiros, justificando a necessidade de manutenção de uma resposta humanitária forte e articulada para atender às demandas de proteção dessa população.

A interiorização, um dos eixos da Operação Acolhida, é uma iniciativa inovadora, que apoia os refugiados imigrantes na sua inclusão socioeconômica. A estratégia consiste no deslocamento voluntário, seguro, ordenado de refugiados imigrantes oriundo da Venezuela, em situação de vulnerabilidade, para outras cidades do Brasil. Seu objetivo é permitir que as pessoas beneficiadas tenham melhores opções de inserção no mercado de trabalho, acesso a serviços públicos e inclusão em redes de acolhimento nos estados e municípios de destino, ampliando, assim, suas possibilidades de integração social, econômica e cultural.

De acordo com o informe de outubro de 2022 do Subcomitê Federal para Acolhimento e Interiorização dos Imigrantes em Situação de Vulnerabilidade, mais de 87 mil venezuelanos foram interiorizados para mais de 890 municípios brasileiros. A manutenção dessa estratégia é importante não só para apoiar a integração dos venezuelanos, mas também para permitir a redução da pressão sobre serviços públicos atualmente existentes em Roraima, principalmente. Essa estratégia trouxe oportunidades e desafios para os gestores locais. Como oportunidades, podemos trazer, como exemplo, a movimentação da economia local, a ampliação da diversidade cultural, entre outras, mas há um desafio importante que é o apoio da capacidade dos governos locais de atender as peculiaridades e vulnerabilidades da população refugiada imigrante. Nesse sentido, apesar de ser uma resposta emergencial referência de boa prática na região, ela deve ser complementada com objetivos de desenvolvimento, priorizando a integração social e econômica dos refugiados imigrantes venezuelanos, assim como reforçando o apoio aos gestores e às redes de política pública local, como falou o meu colega e amigo João.

Finalmente, a título de conclusão, gostaria de destacar o importante papel do Governo Federal e dos governos locais na gestão da migração. A OIM se orgulha de apoiar a Operação Acolhida desde seu início e de estar envolvida no desenvolvimento de políticas locais para a boa governança migratória por meio da plataforma MigraCidades, um projeto coordenado pela OIM no Brasil. Com o espírito colaborativo que marca o funcionamento dessa Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados, a OIM permanece à disposição de V. Sras., firme no propósito de garantir uma migração segura, ordenada e digna em benefício de todos os migrantes e da comunidade de acolhida.

Meu muito obrigada, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. REDE - PE) – Muito obrigado, nós é que agradecemos à Sra. Socorro Tabosa, à OIM, inclusive, e a todas as entidades – viu, Socorro? – que têm participado da Operação Acolhida, que têm trazido mais humanidade para as pessoas que chegam ao Brasil, que têm trabalhado na integração dessas pessoas. O Brasil tem muito a ganhar também com os imigrantes que chegam de fora e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que trazem também muita cultura na bagagem, conhecimento para o povo brasileiro. Então, o caráter da OIM, da Acnur, da Cruz Vermelha e de todas as outras entidades que têm nos ajudado nesse acolhimento é de suma importância para que a gente traga humanização a essas pessoas que chegam, humanização e acolhimento.

A gente precisa anunciar, primeiro, que terei que participar da reunião de transição que acontece, inclusive para tratar sobre esse tema, Senador Paulo Paim. A gente tem dado contribuições ao comitê, ao grupo de trabalho de direitos humanos. Sugerimos até, inclusive, que criasse uma pasta para tratar da questão do migrante, refugiado e apátrida dentro da estrutura do Estado brasileiro e estou acompanhando esse debate junto ao grupo de transição. Dessa forma, eu queria aqui dizer a todos os convidados que estarei participando dessa reunião de maneira virtual, mas vocês estarão mais bem acompanhados ainda com a Presidência do Senador Paulo Paim, que vai assumir os trabalhos agora...

(Intervenção fora do microfone.) (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. REDE - PE) – ... enquanto aqui fala a próxima oradora, Sra. Ana Paula Ribeiro.

Senador Paulo Paim, por favor, acompanhe aqui, assuma aqui os comandos dos trabalhos, e eu estarei acompanhando essa sessão de maneira virtual. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Eu só vou continuar os trabalhos do nosso querido Presidente Túlio, de quem tenho orgulho de ser o Vice nesta Comissão.

Ao mesmo tempo, eu destaco o Túlio e também a Mara Gabrilli pelo trabalho belíssimo que vem fazendo em nível internacional. Os relatórios dela são comentados no Plenário do Senado pelo preparo que a nossa Mara também tem. Naturalmente, não é de graça que o Túlio está no time que vai fazer a transição do Governo atual para o Governo Lula.

Mas, como nós queremos ganhar tempo, vamos direto passar a palavra para a Sra. Anna Paula Ribeiro Araujo Mamede, Terceira-Secretária do Ministério de Relações Exteriores. Seja bem-vinda a esta Comissão.

Fico muito orgulhoso de presidir uma mesa e outros convidados no plenário, todos muito preparados para uma questão que é tão importante para nós. Eu só digo este termo que gosto de repetir: direitos humanos não têm fronteira. Então, estamos aqui para debater o tema da Operação Acolhida.

É com a senhora.

A SRA. ANNA PAULA RIBEIRO ARAUJO MAMEDE (Para expor.) – Muito obrigada, Senador.

Igualmente agradeço muito o convite e a iniciativa do Presidente Deputado Túlio Gadêlha e do Sr. Senador Paulo Paim.

Cumprimento todos os colegas aqui presentes e as demais autoridades.

Senhoras e senhores, muito bom dia.

Meu nome é Anna Paula, trabalho na Divisão de Assuntos Humanitários do Itamaraty. Para mim é uma honra representar o ministério no dia de hoje. Eu sou a representante suplente do Itamaraty nos subcomitês da Operação Acolhida, de recepção e de interiorização, desde o início do ano. Então, tenho estado bastante envolvida nos trabalhos da operação pelo ministério.

Eu quero ser bem breve para deixar um tempo maior para nós podermos discutir posteriormente. Então, eu vou dividir minha apresentação em três partes: vou falar um pouco do contexto do fluxo venezuelano pelo Brasil, de onde surgiu e onde o Brasil se encontra neste momento; vou falar um pouco dos três eixos da Operação Acolhida, como já foi mencionado aqui por alguns dos presentes, o papel do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Itamaraty nesse processo, tanto na operação quanto na promoção da visibilidade da operação no exterior, incluindo, sobretudo, a nossa atual presidência rotativa no Processo de Quito, que é uma iniciativa regional que coordena as respostas da região ao fluxo de venezuelanos; e, por fim, vou falar um pouco dos desafios em que, do nosso ponto de vista, é mais premente a discussão neste momento.

O fluxo de venezuelanos da nossa região é a maior crise de deslocamento forçado da história. O Acnur e a OIM estimam em mais de 7 milhões de venezuelanos que já deixaram o seu país, e cerca de 6 milhões permanecem nos países da América Latina e Caribe. Comparativamente, o Brasil é um dos países menos afetados por esse fenômeno se a gente considerar o tamanho do nosso território e da nossa população. Hoje, como já foi dito aqui, temos cerca de 400 mil venezuelanos que optaram por ficar no nosso território, mas já são mais de 800 mil que tiveram algum tipo de prestação de serviço da Operação Acolhida.

Comparativamente, a Colômbia, com uma população de 50 milhões, já recebeu mais de 2,5 milhões de venezuelanos; o Peru, com uma população de 33 milhões, já recebeu 1,5 milhão; o Equador, com uma população de 17 milhões, mais de 500 mil; e o Chile, com uma população de 19 milhões, mais de 450 mil. É claro que os desafios que cada um desses países vai enfrentar são distintos com base nessa realidade.

E eu posso assegurar – e acredito que os colegas aqui das agências internacionais podem comprovar – que a Operação Acolhida é um exemplo internacional altamente reconhecido e deve ser um motivo de orgulho para todos os brasileiros, pela qualidade da resposta.

Os venezuelanos que vêm aqui não precisam de um visto; então, eles podem vir legalmente. Isso é o que facilita, inclusive, o nosso processo de regularização. Quando eles chegam aqui, eles podem optar por refúgio ou residência permanente. No caso daqueles que optam por solicitação de refúgio, compete ao Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), que é um órgão ligado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, apreciar o pedido e reconhecer ou não o pedido de refugiados. Nós somos hoje o país com maior número de refugiados venezuelanos formalmente reconhecidos nas Américas. Segundo dados atualizados, já são mais de 51 mil venezuelanos reconhecidos pelo Brasil.

E a Operação Acolhida, nesse contexto desse fluxo sem precedentes no nosso país, constitui realmente a base da nossa resposta brasileira, não é? É uma força-tarefa multisectorial sob coordenação da Casa Civil da Presidência da República, que exerce a presidência do Comitê Federal de Assistência Emergencial e reúne agências governamentais, Forças Armadas, ministérios, entes estaduais, municipais, entidades da sociedade civil e organismos internacionais. O principal objetivo da operação é promover autonomia dos migrantes e refugiados com uma solução duradoura, que é como a gente chama no jargão internacional, no sentido de que essas pessoas vão ter autonomia para plena integração e contribuição para a sociedade brasileira.

Na qualidade de residente solicitante de refúgio ou refugiado reconhecido, todos os cidadãos venezuelanos que chegam ao Brasil têm amplo acesso à documentação e a todos os serviços sociais, ao mercado de trabalho formal, sem nenhuma discriminação com os nacionais. Essas são diretrizes dispostas na nossa Lei de Migração, que é a Lei 13.445, de 2017, e na Lei de Refúgio, nº 9.474, de 1997.

Então, como já foi mencionado aqui, a operação tem três eixos principais de atuação: ordenamento da fronteira, acolhimento e interiorização. No ordenamento da fronteira, o principal objetivo é a regularização. A principal porta de acesso é pela fronteira terrestre de Pacaraima, o que de certa forma facilita para nós organizarmos essa recepção para conceder a documentação, e você tem esses centros de recepção e triagem que asseguram recepção, identificação, fiscalização sanitária, imunização, regularização migratória e triagem de todas as pessoas que vêm do país vizinho.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No eixo de acolhimento, a gente tem hoje uma população aproximadamente de 7 mil venezuelanos abrigados nas estruturas da Operação Acolhida. Os abrigos são separados entre indígenas e não indígenas. Também tem um escrutínio de prioridades de demanda dessas pessoas que chegam. Então, famílias são abrigadas juntas, em abrigos separados; pessoas que têm alguma necessidade especial relacionada à saúde, por exemplo, ficam próximas ao núcleo de assistência à saúde da operação. E a distribuição, além do atendimento médico, tem também serviço de fisioterapia, psicologia, nutrição, odontologia, assistência social. Então, a gente percebe que o acolhimento é feito realmente de uma forma holística.

Ainda em Boa Vista, você tem o posto de recepção e apoio, que fica próximo à rodoviária de Boa Vista, que é para atender os migrantes e refugiados desabrigados. Isso foi uma necessidade para tirar essas pessoas da rua, porque às vezes muitas pessoas chegaram e não passaram pelos mecanismos de triagem da operação e acabaram ficando na rua. Como um braço da operação em Manaus, a operação estendeu esse braço com o estabelecimento de um posto de recepção e apoio e um posto de triagem e recepção também em Manaus.

O eixo da interiorização é o eixo mais dinâmico e inovador da operação, consiste na realocação voluntária dos migrantes e refugiados para outros estados da Federação. Sem dúvida é a estratégia mais bem-sucedida do Governo brasileiro. Em quase todas as reuniões internacionais, a estratégia de interiorização é muito elogiada, tanto pela organização quanto pela capacidade de processamento dos dados, organização. Salvo engano, houve uma pesquisa recente que mostra que a maioria das pessoas que foram interiorizadas continuam nos municípios em que foram interiorizadas. Então, é realmente uma estratégia de muito sucesso. Já beneficiou, como foi dito aqui, mais de 87 mil venezuelanos, reassentados em 896 municípios. É possível que a gente chegue a 100 mil venezuelanos interiorizados até o final do ano. E a gente tem quatro modalidades dessa interiorização: a que a gente chama de reunião social, que é a parte de algum laço social em que a pessoa pode solicitar a interiorização; reunificação familiar; abrigo-abrigo, institucional, ou seja, sai dos abrigos em Boa Vista e vão para outro abrigo em outras cidades; e vaga de emprego sinalizada, o que a gente chama de VES, que são pessoas que já conseguem um emprego no município de destino.

E o papel do Itamaraty nisso tudo... O ministério é um dos três ministérios que compõem o Comitê Federal de Assistência Emergencial. A Divisão de Assuntos Humanitários é representada nos subcomitês de recepção, identificação, triagem e acolhimento e interiorização, como eu comentei no início. E a principal atuação do Itamaraty é nessa interlocução entre os atores nacionais e internacionais, na coordenação de posições entre os países da região, na divulgação dos esforços brasileiros nos fóruns multilaterais e regionais e no fomento ao intercâmbio de boas práticas. Como exemplo, a gente teve agora em outubro uma exposição da Operação Acolhida na sede das Nações Unidas, em Nova York, onde uma série de pessoas pôde conhecer um pouco mais de perto a qualidade da resposta brasileira, houve ampla divulgação em Nova York e recebemos muitos elogios em função da operação. Em todas essas ocasiões e demais reuniões, o Brasil tem desempenhado um papel de reconhecido protagonismo ao compartilhar as boas práticas da Operação Acolhida.

Isso tem ocorrido principalmente no Processo de Quito, como eu comentei. O Processo de Quito é uma iniciativa regional, criada em 2018, que visa a promover a troca de informações, coordenação e melhores práticas na resposta ao fluxo de migrantes e refugiados venezuelanos. Atualmente, ele é integrado por 13 países da América Latina e Caribe, conta também com um grupo de amigos desde 2000, que é composto por países e instituições doadoras. Ele visa a encorajar projetos de cooperação de alcance





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regional, iniciativas comuns e troca de informações que ampliam a capacidade técnica das respostas nacionais e auxiliam todos os países nessa melhora de como responder a esse fluxo.

Em julho último, nós realizamos a oitava edição do Processo de Quito, uma reunião plenária em Brasília. Participaram mais de 135 participantes, entre governos, instituições internacionais, organizações da sociedade civil, tanto brasileira quanto venezuelana, e essa reunião contou com uma visita à Operação Acolhida e contou com a presença de representantes da Argentina, Chile, Colômbia, Guiana, Equador, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai, Espanha, França, Suíça, União Europeia, além do Banco Interamericano de Desenvolvimento e do Banco Mundial.

A visita permitiu uma visão integral dos processos de regularização e articulação da Operação Acolhida e, em todas essas ocasiões, os presentes reconheceram a qualidade da resposta brasileira. Nós fomos muito procurados depois dessa visita para um intercâmbio mais técnico de práticas e mecanismos e todos os processos e procedimentos adotados no âmbito da operação, tanto que agora, na semana que vem, inclusive, nós vamos fazer uma reunião com o Equador para falar um pouco mais sobre a nossa resposta brasileira.

Com relação aos desafios, acho que também foi comentado aqui pelos demais painelistas. Eu acredito que o reconhecimento internacional da Operação Acolhida acontece no momento em que a operação precisa de novos recursos. Você tem um contexto mundial de crescentes demandas humanitárias. O Acnur estimou em 100 milhões de pessoas o número de pessoas forçadas a se deslocarem de seus lugares de origem. Então, diante dessa quase disputa por recursos humanitários, você tem uma necessidade de manter a visibilidade da crise na região, que, como foi comentado aqui pela Socorro, continua a exercer enorme pressão sobre serviços.

Acho que também foi o professor que mencionou. Eu acredito que a gente está num momento de transição da operação. Se num primeiro momento você tinha uma necessidade de resposta emergencial, agora a resposta é de desenvolvimento de estratégias de médio e longo prazo que assegurem a plena integração dessa população no país. Isso passa, claro, pelo aperfeiçoamento das modalidades de interiorização da operação, mas também passa por coisas como curso de português, promoção de integração local dessas pessoas, para que elas possam efetivamente contribuir para o desenvolvimento do nosso país.

Bom, só finalizando, quero reiterar o compromisso do Itamaraty de continuar atuando para divulgar a Operação Acolhida em fóruns internacionais e promover a captação desses recursos junto a atores externos. E eu tenho certeza de que... Como foi dito, a operação foi estabelecida em 2018, e eu acho que ela tem que continuar e, claro, partindo das dificuldades e oportunidades que forem identificadas a partir desse momento.

Muito obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Muito bem. Meus cumprimentos. Salva de palmas aqui para a nossa doutora. (*Palmas.*)

Parabéns, Sra. Anna Paula Ribeiro Araujo Mamede, Terceira-Secretária do Ministério das Relações Exteriores, que dá aqui um relato importantíssimo sobre o trabalho do Itamaraty. Meus cumprimentos.

Nós temos aqui uma série de convidados ainda. São um, dois, três, quatro, cinco, e foi incluído agora um sexto, de que não falaram. Então, eu digo ao Deputado Nicoletti, que está aqui esperando uma oportunidade para falar: se você quiser falar neste momento, eu vou dispor da palavra, porque depois vão entrar os convidados virtuais. Então, neste momento, o Deputado Nicoletti. Eu até perguntava qual é o tempo que se tem dado para cada convidado. Está em torno de dez minutos.

O SR. NICOLETTI (UNIÃO - RR) – Serei bem rápido aqui, bem tranquilo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Fique tranquilo. Você é Deputado. Deputado aqui fala e não pede. Fique à vontade.

O SR. NICOLETTI (UNIÃO - RR. Para expor.) – Tranquilo.

Senador, obrigado pela oportunidade. Eu estava presidindo uma Comissão Externa da Câmara dos Deputados sobre o tema dos impactos dessa questão da imigração lá no nosso Estado.

Eu sou Deputado Federal lá por Roraima. Então, antes de ser Deputado Federal, sou policial rodoviário federal, trabalhei na fronteira. Então, em 2016 e em 2017, eu passei na pele, verificando o que acontecia na fronteira. Fiz alguns documentários à época, vendo realmente essa questão dos direitos humanos de um povo sofrido que passava pela fronteira, caminhando, muitas vezes, quase 200km para chegar à capital, Boa Vista, para dali tentar seguir ainda para Manaus, mais 767km. A gente sabe que realmente é uma situação muito delicada.

À época, em 2017, veio uma nova lei de migração. Eu não tive oportunidade de votar essa legislação. Eu gostaria de ter tido a oportunidade para poder, de repente, colocar alguns itens a mais.

Eu acredito muito que é um assunto delicado. Eu vi essa progressão da crise da Venezuela desde 2014, quando antes a gente ia à Venezuela para comprar uísque, para comprar perfume, para ir a grandes hotéis, para a Ilha de Margarita. Você via um país, ali, em que realmente corriam riquezas, em que as pessoas estavam bem, e de uma hora para outra você vê realmente eles vindo correndo de uma tragédia política dentro do país deles, pedindo ali socorro para o nosso país.

E a gente tem que pontuar aqui sobre a questão da Operação Acolhida.

Eu fui do Exército 15 anos. Então, fui sargento do Exército, trabalhei na região de fronteira também, e a gente sabe da importância que teve o Exército brasileiro em 2018. Então, o Exército... Quando eu falo Exército, eu queria falar aqui das Forças Armadas, incluindo a Marinha, a Aeronáutica, lá trabalhando também. Então, são ali homens e mulheres que estão na fronteira dia e noite e que vieram para organizar, organizar uma bagunça que parecia uma guerra civil, parecia um desastre, uma catástrofe que tinha acontecido na fronteira e em Boa Vista. Só sabe disso quem está falando aqui, porque eu vivenciei lá na época.

Eram pessoas abandonadas pela rua, passando fome, crianças de colo precisando de internação hospitalar, que já chegavam de uma forma, ali, muito castigadas, já deprimidas, aos hospitais, e o Exército chegou nesse momento de poder entrar na fronteira e organizar essa entrada dos venezuelanos, e organizar, lá em Boa Vista também, isso, que estava sendo um caos, naquele momento um caos civil, porque a gente sabe como é difícil.

Você vive numa cidade limpa, numa cidade organizada, numa cidade onde não tem roubos, onde não tem organização criminosa, e, de uma hora para outra, começa a entrar um volume de pessoas, começa a ter assaltos, por questões, muitas vezes, de fome, de sobrevivência, acaba tendo invasões em praças públicas. Em praças aonde você levava sua família, muitas vezes, para passar uma recreação, você tem ali pessoas pedindo comida para sobreviver; pessoas tomando banho no chafariz da Praça das Águas, que nós temos lá em Roraima. Então, eram situações degradantes. E o Exército veio e conseguiu montar os abrigos, conseguiu controlar essa entrada na fronteira, e mudou da água para o vinho.

Então, quem olhou Roraima, Boa Vista, em 2017, 2018, e olha hoje, 2022, você vê uma organização; você já vê poucas pessoas circulando pela cidade; você vê abrigos muito bem montados; você vê o tratamento que é dado ali à população venezuelana que chega ao país de uma forma humana... Porque é isso que a gente quer.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acredito... Eu sou um cara que questionei muito, na pandemia, o fechamento da fronteira, porque a gente não estava dando conta dos impactos que a crise migratória traz para dentro do Brasil, e é isso que eu queria alertar um pouquinho para vocês aqui.

Então, eu sou de Roraima, eu gostaria de falar um pouquinho das dificuldades que Pacaraima sofre, que Boa Vista sofre e que os municípios sofrem.

Aqui eu não quero colocar em xeque a entrada do venezuelano e o tratamento que está sendo dado para ele, de não deixar de investir no bem-estar dele, de interiorizá-lo, mas que o Governo Federal pudesse olhar mais para esses municípios e para o Governo estadual, porque hoje a gente tem postos de saúde – temos 34 UBS na capital – aonde você chega e o médico dá 20 fichas de atendimento por manhã.

Dessas 20 fichas, 18 são para imigrantes venezuelanos, e aí o povo brasileiro acaba sendo de alguma forma prejudicado. Eu sei que todos têm o mesmo direito, mas, se você está ali, nasceu em Roraima, está ali vendo uma fila absurda no posto de saúde, está vendo a falta de medicamento, você chega na maternidade e, de dez partos, sete são para mães venezuelanas, então você começa a realmente assustar a população brasileira. Porque você não vê o quê? O Governo Federal, muitas vezes, injetando recursos a mais no Município.

Pacaraima era uma cidade onde a gente ia passar o final de semana. Hoje as pessoas não vão mais para Pacaraima. As pessoas que têm terrenos lá que valiam R\$50 mil hoje valem R\$10 mil, porque a cidade fica ali numa fronteira seca com Santa Elena, que é a primeira cidade da Venezuela. É um entra e sai absurdo de venezuelanos e é onde há o primeiro acolhimento do Exército Brasileiro. Então, não se tem hoje mais uma vida tranquila como se tinha.

E a gente não vê o Governo Federal colocando recursos para a área da saúde, da educação. E quando eu falo em educação, 30%, 40% dos matriculados são venezuelanos, e não tem nenhum professor preparado, bilíngue, para poder falar a língua deles e poder repassar o conhecimento. Então, a preocupação não é só com o brasileiro que não está conseguindo se matricular, e muitos brasileiros não estão conseguindo porque faltam escolas, faltam creches, mas também a preocupação tem que ser com eles. Se eu quero tratar bem quem está vindo de fora, eu tenho que investir: eu tenho que investir com mais escolas, com professores capacitados. Eu tenho que ter uma alimentação para os alunos também. Eu tenho que investir mais em segurança pública, contratando mais policiais para fortalecer a segurança pública, porque hoje a nossa Lei de Migração não exige que a gente cobre os antecedentes criminais na entrada da fronteira, e a gente sabe como é difícil porque, muitas vezes, eles chegam com um único documento, e a gente não sabe quem é aquela pessoa que está entrando no país. Hoje, dentro das penitenciárias, mais de 15% são de venezuelanos que estão nas penitenciárias de Roraima também. Então é muito delicado em todas as áreas, saúde, educação e segurança.

Então, queria alertar esta Comissão para que a gente pudesse até – a gente tem emendas ao orçamento – colocar nesse orçamento, Senador Paulo Paim, um orçamento para os municípios atingidos por esses impactos e para o governo do estado também, porque eu acredito que, se a gente mandar recursos, a gente não vai estar cuidando só do povo brasileiro, a gente vai estar cuidando do povo venezuelano que está lá, porque hoje a população lá se mistura. Você chega a um restaurante e os trabalhadores são venezuelanos. Você chega ao caixa do supermercado e você tem que ali falar um portunhol, porque a maioria daqueles que trabalham ali são venezuelanos também.

E dar um foco agora para a Operação Acolhida. A gente teve esse ordenamento, a gente teve o acolhimento, e a gente começar a diminuir, porque eu acho que o ordenamento e o acolhimento vão diminuir um pouco. E a gente focar mais na interiorização. Eu preciso que o Governo Federal também invista mais





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em fretamentos de aeronaves, que deixe aeronaves específicas para tirar o povo venezuelano que quer sair de Roraima, que já arrumou um emprego, ou que estão querendo se reunir com os seus familiares em outros estados, e que não sobrecarregue as companhias aéreas que a gente tem lá. Porque hoje, infelizmente, para Roraima a gente tem só três voos, às vezes, diários para sair do estado, e você não consegue mais passagem. Eu sei que o Acnur, a OIM, as agências compram passagens, o Governo Federal compra passagem também, mas isso sobrecarrega nós, roraimenses, também, porque a gente precisa sair de lá. Às vezes você está com um preço de passagem de R\$2,5 mil para sair de Roraima e você já não tem mais nem vagas quando você quer sair na mesma semana. Eu sinto essa dificuldade às vezes, Senador, para poder vir para Brasília, e eu acredito que o Governo pode sim... Nós temos aeronaves das Forças Armadas? Temos. Nós podemos fretar, podemos abrir um orçamento. Eu sei que há um fretamento hoje... Eu acho que a Sideral é uma companhia que faz Curitiba-Roraima – eu vejo estacionada por lá –, mas eu acho que são poucos voos.

Eu acredito que o momento é de a gente poder investir para poder melhorar um pouquinho a qualidade de vida do povo roraimense também, que está clamando por esse por esse apelo junto ao Governo Federal.

Então seria isso que eu queria passar para vocês, um pouquinho do que a gente sente no nosso Estado. Eu acredito que esta Comissão veio para a gente discutir como é que a gente pode melhorar isso aí.

E deixar aqui um ponto muito importante: eu acredito que, se saírem as Forças Armadas, se sair o Exército Brasileiro do controle, vai desandar toda uma organização que a gente criou a partir de 2018. Eu acredito que não tem uma instituição que possa substituir o Exército Brasileiro no comando da Operação Acolhida. Falo isso por ter sido militar, falo isso por acompanhar desde 2014 o que está acontecendo e falo isso porque eu conheço a competência do nosso Exército Brasileiro, junto, é claro, ao Governo, aos órgãos ministeriais também. Mas hoje o Exército é fundamental na Operação Acolhida.

Obrigado! Agradeço a oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Muito bem, Deputado Nicoletti, que deu um depoimento de alguém que viu, esteve lá, trabalhou lá. As suas contribuições, com certeza, serão aproveitadas por esta Comissão. Como a gente fala, os pobres têm que estar no orçamento, os refugiados têm que estar no orçamento.

Eu entendo a angústia que você aqui coloca. Senadores de lá também já nos relataram mais ou menos nessa linha. Claro que todos são irmãos, e eu digo sempre a frase que aqui falei: direitos humanos não têm fronteira. Eu acho que você deixa claro: "Não, não tem problema, vamos ajudar. Agora tem que ter orçamento".

E o papel fundamental do Exército, com o que eu concordo também. Amigos meus que estiveram lá disseram que, de fato, o Exército fez um papel importante, porque não é só retirar. Vai retirar? Sim. E quem é que vai acolher? Quem é que vai trabalhar? Quem é que vai participar? Enfim, são vidas! Eu sempre digo que a gente fala tanto de números, mas temos de lembrar que, em cada número, seja um numerozinho, tem uma vida do outro lado.

Parabéns, Deputado, pela sua contribuição a esta Comissão.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – O.k. Obrigado, Deputado.

Vamos agora aos nossos convidados de forma virtual. (*Pausa.*)

O.k.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presencial e aqui, com muito orgulho... Assessoria é para isso, não é? Ela já me informou que falta um ainda aqui da mesa, que é o Sr. Alexandre Formisano, Chefe da Delegação Regional do Comitê Internacional da Cruz Vermelha. É um prazer ouvi-lo! A palavra é sua.

O SR. ALEXANDRE FORMISANO (Para expor.) – Muitíssimo obrigado, Senador!

Bom dia para todos!

Eu gostaria de iniciar cumprimentando a CMMIR, o Presidente, Deputado Túlio Gadêlha, agradecendo pelo convite para estar aqui hoje presente, mas também o Sr. Vice-Presidente, Senador Paim, com quem também temos tido oportunidade de participar em outras audiências da Comissão de Direitos Humanos.

Esta é uma oportunidade também para cumprimentar os demais membros ou atores desta constelação que é a Operação Acolhida, particularmente os outros organismos internacionais com quem temos, eu diria, uma coordenação de muito boa qualidade que se traduz precisamente em ações concretas no terreno em favor das pessoas migrantes. Também gostaria de cumprimentar pelo papel extremamente importante que tem tido e que tem, na sociedade civil, o Brasil na resposta à problemática da migração, e também as demais autoridades do Governo do Brasil aqui presentes, de maneira virtual ou presencial, com quem também temos tido um diálogo em relação a esse tema, principalmente com o Ministério das Relações Exteriores, mas também com o Ministério da Justiça e Segurança Pública e o Ministério da Cidadania, com quem temos tido e temos um diálogo fluído em relação a essas temáticas.

Vou ser bem breve, mas gostaria de lembrar talvez as modalidades de trabalho do CICV. O CICV é uma organização independente, imparcial. Portanto, não fazemos parte, digamos, de maneira concreta, ativa, da Operação Acolhida, mas sempre temos tido essa vontade e essa boa coordenação com a Operação Acolhida, como os demais atores que fazem parte dela e também, inclusive, da Plataforma R4V. Em geral, participamos desse tipo de audiências na qualidade de observadores.

Eu queria aproveitar para agradecer esta oportunidade, não unicamente hoje de estar aqui, mas tivemos oportunidades no passado para trabalhar todas as temáticas humanitárias em relação à problemática de pessoas desaparecidas. Mais recentemente, mas também no passado, participamos também, apoiando os debates relacionados à Lei de Migração, o Estatuto de Roma e, em geral, a outros tipos de tratados de ordem humanitária, que têm os princípios humanitários – e, quando falo desses princípios, estou também falando de um trabalho que tem que ser desenvolvido de maneira neutra, imparcial e independente.

Hoje gostaria de fazer unicamente uma breve colocação, precisamente a respeito desses temas humanitários. É o tema que tem mais a ver com o trabalho do CICV, principalmente na temática da migração – também temos trabalhado essa temática no marco da regulamentação da Lei 13.812, que estabelece a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas. Precisamente, participamos de uma audiência da Comissão de Direitos Humanos relacionada com isso uns meses atrás, umas semanas atrás – e na importância que tem a proteção dos vínculos entre famílias.

Talvez um dos princípios essenciais das normas do direito internacional humanitário é que, precisamente, esse vínculo entre famílias tem que ser protegido. As autoridades ou as pessoas responsáveis têm, digamos, que tomar todas as medidas necessárias para fazer com que não existam separações, para fazer com que todas as medidas para prevenir o desaparecimento de pessoas sejam tomadas e para dar respostas às famílias que estão procurando respostas, de maneira geral.

Esse é um princípio, digamos, de proteção, que está estabelecido no marco do direito internacional humanitário, e o CICV o tem levado, por extensão, a outras situações de crises, como é a situação da migração, mas também situações de desastres naturais. Esses tipos de problemáticas podem acontecer, e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esse tem sido o núcleo essencial do trabalho não unicamente do Comitê Internacional da Cruz Vermelha, mas também das cruzes vermelhas locais de cada um dos países onde trabalhamos. Em particular no Brasil, trabalhamos em parceria com a Cruz Vermelha brasileira, em respeito a esse tema.

Eu diria que talvez tenha sido muito bem colocado no início, na fala do Joel Bautista – a pessoa migrante venezuelana. Rapidamente, na fala dele, ele mencionou que ele chegou primeiro, sua família chegou depois e que ele conseguiu, talvez, digamos, ter essa oportunidade de poder reunir-se com a família. Eu acho extremamente importante lembrar isso, porque as pessoas que trabalham de maneira diária com a migração sabem perfeitamente que algumas pessoas migram primeiro; outras, depois. Muitas vezes, crianças migram para se reunirem com suas famílias ou, inclusive, elas migram primeiro, para suas famílias chegarem depois. Então, uma das principais vulnerabilidades que existem nas situações migratórias no mundo inteiro – não unicamente nesse caso da migração venezuelana – é precisamente a separação de famílias e os riscos que essa situação pode implicar em matéria de desaparecimento.

A gente, no dia a dia, através dos nossos escritórios em Boa Vista e Pacaraima, tem, digamos, vários serviços que procuram precisamente fortalecer esse vínculo entre famílias. São serviços que, digamos, oferecemos em parceria com a Cruz Vermelha brasileira, aqui no Brasil, mas também com as outras Cruzes Vermelhas de outros países. A gente vê essa problemática como uma problemática regional e, precisamente por termos essa parceria com as Cruzes Vermelhas de cada país, que estão presentes não unicamente em cada país, mas, eu diria, em cada cidade e em cada comunidade, temos, digamos, essa capacidade de trabalhar em rede, uma rede que é praticamente global, no mundo inteiro. E temos tido, com o apoio também do Itamaraty, a possibilidade de estarmos implicados, inclusive, em reuniificações de pessoas migrantes que não estavam nas Américas, pessoas que estavam em outros países. Precisamente, eu queria lembrar essa importância do trabalho em rede com as sociedades nacionais e também pela capacidade que têm precisamente do conhecimento local para procurar pessoas e para tentar dar respostas às famílias.

Então, desde o ano 2018, estamos presentes, trabalhando com a Operação Acolhida precisamente neste tema da proteção dos vínculos familiares. Temos estabelecido diversos pontos que chamamos de pontos de conectividade, que são pontos em que as pessoas migrantes podem não unicamente fazer uma chamada e entrar em contato com seus familiares para dizer: "Eu já cheguei aqui, estou aqui", mas também são pontos em que podem manifestar suas preocupações de proteção. E, se elas estiverem procurando algum familiar, alguma pessoa na Venezuela, no Chile, ou em algum outro país, têm oportunidade de manifestar essa preocupação. E, através dessa rede, que é global, mas principalmente aqui na região, temos essa possibilidade de procurar pessoas, prevenir que existam separações de famílias e sobretudo desaparecimento de pessoas. É algo que fazemos em praticamente todos os países da região.

Para aqueles que têm acompanhado a situação migratória na região, vocês sabem perfeitamente como estamos vendo fluxos que vão em toda direção, não unicamente da Venezuela para o Brasil, mas também agora mais recentemente do Chile para o Brasil, da Colômbia para o Chile, uns meses atrás. Então, claramente a vulnerabilidade é um tema que fica como parte de nossas preocupações e, digamos, é o eixo central do trabalho do CICV.

Temos trabalhado também na Operação Acolhida em outras temáticas, particularmente na área de Wash, que foi mencionada, de água e saneamento, apoiando algumas estruturas da Operação Acolhida para que, digamos, elas possam ter as condições para receber as pessoas migrantes. Também em algumas comunidades de acolhida temos trabalhado nessa temática, porque efetivamente, como foi colocado, as comunidades de acolhida têm um papel extremamente importante e muitas vezes ficam esquecidas. Eu acho





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que, hoje em dia, é impossível pensar em uma resposta à migração sem ter em conta o papel e a importância que têm as comunidades de acolhida.

Durante o período da pandemia, tivemos também a oportunidade de trabalhar em outros eixos relacionados mais com a saúde, a saúde primária. Mas o eixo fundamental do CICV tem sempre sido o tema da proteção e o tema da proteção dos vínculos familiares. E queria fazer essa colocação aqui, sobre a importância que tem esse tema, hoje em dia, para as pessoas migrantes.

Já para talvez ir encerrando e ser breve, simplesmente quero reiterar o compromisso do Comitê Internacional da Cruz Vermelha com essa temática e comentar os diferentes eixos de trabalho que vamos continuar fortalecendo. Um é precisamente fortalecer esse trabalho com as Cruzes Vermelhas de cada país para que efetivamente esses pontos de conectividade sejam cada vez mais abrangentes, mais presentes e, sobretudo, que tenham essa capacidade de responder às problemáticas de proteção.

Acho talvez importante também vincular essa temática com a Lei 13.812, a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas, que segue sendo um dos eixos importantes do trabalho do Comitê Internacional da Cruz Vermelha. E efetivamente levar, dentro dessa política, as pessoas migrantes é parte dos eixos de nosso trabalho quando se fala de criação de cadastros, de fluxos de informação, de padronização de dados. Parte do trabalho vai ser e é precisamente que as pessoas migrantes não fiquem, digamos, fora dessa Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas.

Talvez o outro eixo de trabalho também tem a ver com a temática forense e as ciências forenses. Esse é um dos temas em que estamos trabalhando já há vários meses ou anos em Roraima. Infelizmente, muitas pessoas migrantes falecem; algumas delas são identificadas, mas outras não são identificadas e, claramente, há familiares que estão esperando do outro lado da fronteira para que os restos mortais sejam transferidos, para que essas pessoas sejam identificadas e sejam restituídas aos seus familiares. Então, vamos continuar trabalhando no estabelecimento de fluxos forenses e na padronização da informação que permitam precisamente que as pessoas que falecem, infelizmente, sejam reunificadas com seus seres queridos.

Muitíssimo obrigado, mais uma vez. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Muito bem, Dr. Alexandre Formisano, Chefe da Delegação Regional do Comitê Internacional da Cruz Vermelha, que dá um relato muito, muito importante e trata do tema dos desaparecidos. É um tema, de fato, muito preocupante. E, aqui, agora no final, fala inclusive dos mortos, de como se faz para que as famílias possam acolher os seus entes queridos. Pode saber que as suas contribuições serão sintetizadas junto com as outras para o encaminhamento final desta Comissão.

Neste momento, eu vou passar a palavra para os nossos convidados de forma virtual. Depois que eles terminarem, se tiver algumas perguntas, encaminharemos também para todos os convidados.

Então, eu convido, se já está conosco, a Sra. Silvia Sander, Oficial de Proteção do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur).

A SRA. SILVIA SANDER (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito bom dia a todas e a todos.

Eu gostaria de começar, em nome do Acnur, a Agência da ONU para Refugiados, agradecendo o convite desta Comissão, na pessoa do querido Senador Paulo Paim e também do Deputado Túlio Gadêlha e da Senadora Mara Gabrilli.

Também cumprimento aqui as demais autoridades presentes, os parceiros da sociedade civil, o Prof. João e também o Joel, cuja fala inaugurou aqui esta discussão.

Eu vou pedir licença a vocês para projetar rapidamente uma apresentação.

Não sei se eu consigo colocar aqui. Vamos ver. (*Pausa.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parece-me que... Por alguma razão, não estou conseguindo projetar, mas não tem problema. Penso que muito do que eu também gostaria de pontuar foi mencionado.

Eu vou dividir a minha fala também em três partes principais: primeiro, uma contextualização não só sobre o mandato e o papel do Acnur, mas também sobre o tema das pessoas em contexto de deslocamento forçado em nível global e como a situação venezuelana se encerra nesse contexto; depois eu vou fazer brevíssimas pontuações sobre o papel do Acnur em cooperação com a Operação Acolhida; e eu vou terminar com algumas considerações e encaminhamentos para talvez contribuir com essa reflexão sobre os próximos passos.

Começando, então, queria dizer que o Acnur é uma agência das Nações Unidas com atuação global, hoje presente em 132 países, que se dedica especificamente a proteger e a buscar soluções duradouras para populações refugiadas. E, aqui no Brasil, o Acnur tem presença já desde 1984. Nós atuamos em todo o território nacional, em cooperação com o Conare (Comitê Nacional para os Refugiados) e também com o Governo nos níveis nacional e subnacional, ou seja, Governo Federal, mas também com estados e municípios, e com uma parceria muito robusta com atores diversos da sociedade civil, a exemplo do Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados, aqui presente, entre outros, e também com o setor privado, instituições diversas e a academia.

Normalmente a gente começa as nossas falas – como já muito bem pontuado pela Anna Mamede – mencionando que todos os anos, e principalmente agora nas últimas décadas, tem sido observado um aumento progressivo no número de pessoas em contexto de deslocamento forçado ao redor do mundo. A cifra mais recente que se tem já alcança, tristemente, mais de 100 milhões de pessoas, mais precisamente 103 milhões de pessoas em contexto de deslocamento forçado. E o que a gente observa é que essas pessoas hoje estão no contexto, eu diria, de cinco principais crises humanitárias mundiais: em primeiro lugar a Síria, com 6,8 milhões de pessoas refugiadas; seguida já da situação da Venezuela, com mais de 7 milhões de pessoas em contexto de deslocamento forçado, das quais 5,6 milhões são refugiadas; Ucrânia, Afeganistão e Sudão do Sul, entre outras dezenas de países que também passam por situações semelhantes.

Aqui na região, como já muito bem mencionada, a situação da Venezuela nos traz um contexto sem precedentes na história recente da América Latina e do Caribe. Hoje o que se percebe, também como já mencionado, é que pessoas venezuelanas estão em deslocamento forçado principalmente aqui nos países da região, com a Colômbia sendo o primeiro deles, aquele que mais recebe essas pessoas, e o Brasil figurando então na quinta posição, como também mencionado, já com cerca de 388 mil pessoas ainda presentes em território brasileiro. É interessante mencionar que, dessas pessoas, hoje se tem mais de 50 mil refugiados já reconhecidos pelo Conare – precisamente 51.618 até outubro de 2022 –; outras 92 mil pessoas que solicitaram reconhecimento da condição de refugiado; e cerca de 320 mil pessoas que solicitaram autorizações de residência.

Nesse ponto é interessante notar também que o Governo brasileiro, por meio do Comitê Nacional para os Refugiados, reconhece que existe ainda uma situação de grave e generalizada violação de direitos humanos na Venezuela, reconhecimento esse do qual decorreu a adoção de um procedimento simplificado e acelerado, desde 2019, para o processamento dessas solicitações de refúgio. E o que aqui também nos interessa dizer é que se entende que essa situação persiste, ou seja, ainda não há a previsão de encerramento de estabilização desse contexto.

Já foi muito bem mencionado que a Operação Acolhida representa hoje não só um exemplo regional, mas também global de resposta humanitária, capitaneada com uma atuação protagônica do Governo brasileiro, com o apoio de centenas de atores, incluindo agências da ONU, como é o caso da Acnur, da





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

OIM, representada pela colega Socorro, e também atores vários da sociedade civil, governos, entre tantos outros. E essa operação, também como já dito, se organiza então nestes três eixos: no ordenamento de fronteira, abrigamento emergencial e interiorização, caráter esse que tem conferido à Operação Acolhida uma conotação inovadora nesse desenho sobre como se responder à chegada de refugiados e migrantes que precisam de apoio e também como se fortalecer o necessário amparo às comunidades de acolhida.

Passando para o segundo ponto da minha fala, qual é então a atuação do Acnur hoje nesse contexto? Nós colaboramos nos três eixos da Operação Acolhida. Então, no ordenamento de fronteira, em particular nas estruturas em Pacaraima, nós apoiamos sistemas de pré-documentação, registro das pessoas que estão chegando, apoio ao preenchimento do Sisconare, apoio no monitoramento das dinâmicas de fronteira e também uma avaliação e encaminhamentos específicos protetivos, para aquelas pessoas que estão num contexto de vulnerabilidade maior.

Em relação ao abrigamento emergencial, hoje a estrutura que se tem inclui sete abrigos que seguem ativos em Boa Vista e outros dois em Pacaraima, atualmente acolhendo sete 7.096 pessoas. O Acnur, por meio de uma cooperação com o Ministério da Cidadania, apoia então a gestão desses abrigos e segue nesse esforço de aprimorar as estruturas ali existentes e acompanhar de maneira próxima as famílias em temas de proteção e nos encaminhamentos vários que são necessários. Ainda em relação ao abrigamento emergencial, existem também hoje outras estruturas do poder público local em Manaus, da mesma maneira a Agência da ONU para Refugiados. E os nossos parceiros acompanham e fortalecem também essas estruturas através de serviços diversos.

Em relação à interiorização, foi mencionado aqui, de maneira muito assertiva, que ela representa talvez um dos eixos mais inovadores da Operação Acolhida. Então, a gente sabe que a interiorização é, digamos, a porta de saída dessas pessoas de um contexto de emergência humanitária para melhores oportunidades de integração local. Ante esse reconhecimento, o Acnur também, da mesma maneira, apoia hoje as quatro modalidades da interiorização e presta um suporte mais específico ainda à modalidade abrigo-abrigo, que se presta a apoiar aquelas famílias que são justamente mais vulneráveis, que eventualmente teriam mais dificuldade de conseguir acessar as oportunidades fornecidas pelas outras três modalidades.

Feita, então, essa breve contextualização do nosso papel na Operação Acolhida, é importante dizer que, para além da interiorização, o Acnur segue também, já há vários anos e agora esse trabalho vem sendo reforçado, atuando no pós-interiorização, ou seja, trabalhando com as redes locais públicas, da sociedade civil, do setor privado, para ampliar as possibilidades de integração dessas pessoas nos diversos municípios, nos diversos estados em que elas estão, sempre uma atenção também mais específica, com um olhar protetivo ampliado para aquelas pessoas que têm necessidades específicas, em razão do seu recorte de idade, de gênero, de diversidade, da composição familiar, e que vão precisar de um acompanhamento mais próximo, muitas vezes por um período um pouco maior.

Parte desse apoio também diz respeito ao fortalecimento das redes locais por meio do desenvolvimento de políticas públicas específicas e do fortalecimento de estruturas como conselhos municipais, comitês estaduais, como apoio ao fórum nacional de comitês e conselhos estaduais, para conseguir avançar não só em apoio a quem está chegando, refugiados e migrantes, mas também a essas comunidades de acolhida que recebem essas pessoas.

Nesse contexto de proteção e integração local, é importantíssimo a gente destacar aqui, pensando nessa lógica de populações que vão ter uma camada extra de desafio a ser enfrentado, a situação dos mais de 8 mil indígenas de quatro etnias distintas, indígenas refugiados venezuelanos que já estão em território





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brasileiro – são eles, principalmente, indígenas waraos, mas também pemóns, eñepás, kariñas –, pessoas essas que precisam de estratégias culturalmente sensíveis, diferenciadas desde o momento da sua chegada à fronteira, ou seja, isso envolve uma adequação às estruturas emergenciais de acolhimento, mas também, ao longo desse processo de integração dessas pessoas nos diversos estados e municípios em que elas estão. Hoje se sabe que existem indígenas, principalmente da etnia warao, já espalhados, buscando melhores oportunidades de integração local em todas as regiões brasileiras.

Dito isso, eu parto então para a conclusão da minha fala destacando cinco pontos principais, cinco encaminhamentos finais que nos parece que podem também contribuir com essa reflexão sobre o futuro da Operação Acolhida.

O primeiro encaminhamento seria registrar mais uma vez a garantia de continuidade do apoio do Acnur para complementar esse esforço estatal e de diversos atores, que estão aí empenhados em fazer com que a operação siga sendo esse exemplo regional e global.

Em segundo lugar, reafirmar, também como já pontuado, que se trata aqui de uma resposta emergencial de viés humanitário, e não político. Portanto, ela deve ser vista necessariamente como uma ação de Estado, e não de governos.

Em terceiro lugar, é preciso mais uma vez mencionar a necessidade de se garantir a continuidade da Operação Acolhida, tanto através de recursos públicos suficientes quanto também da manutenção e fortalecimento das estruturas de coordenação em nível federal.

Em quarto lugar, é importante também promover progressivamente a transição dessa resposta emergencial humanitária para ações de desenvolvimento que se voltem à inclusão social, cultural, econômica desses refugiados imigrantes aqui em território brasileiro e que também favoreçam as comunidades de acolhida. É preciso, sim, reconhecer os desafios enfrentados pelas comunidades de acolhida e também trabalhar para o fortalecimento das mesmas.

Isso significa falar em desenvolvimento de políticas públicas, políticas públicas setoriais e também políticas públicas, planos de gestão e estruturas de coordenação específicos, especializados na pauta da migração e do refúgio.

Por fim, é preciso também adequar e fortalecer ainda mais a proteção e a integração, de maneira culturalmente específica, como eu mencionei, dessa população indígena refugiada, incluindo um maior engajamento da Funai nessa resposta, dentre outros atores.

Eu deixo aqui então essas contribuições.

Agradeço mais uma vez o convite, em nome do Acnur, e seguimos à disposição para contribuir com o debate.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Muito bem, Sra. Silvia Sander, Oficial de Proteção do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur) – o Acnur faz, sem sombra de dúvida, um belo trabalho, como as outras entidades que aqui falaram –, que deixou, no final, cinco propostas de encaminhamento, que a assessoria da Comissão naturalmente vai recolher, para fazermos com que oxalá esses encaminhamentos se tornem realidade, não só esses, mas todos aqueles que vocês aqui colocaram com muita competência.

E lembro que diversos falaram aqui da importância de uma política de integração, para que a nossa proposta – que é nossa, que é da sociedade brasileira – do acolhimento vá em frente.

Eu passo agora a palavra para o Sr. Padre Agnaldo Pereira de Oliveira Junior, Diretor Nacional do Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados do Brasil.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A palavra é sua, também por dez minutos.

Eu estou mantendo dez minutos, para tentarmos terminar no horário, porque, no final, há aqui uma série de perguntas que vieram da sociedade, que eu falarei, é claro. Eu vou pedir principalmente aos que estiverem presentes – porque é mais fácil – que possam responder, cada um, a duas ou três perguntas, inclusive o Marcelo Lemos, que está de prontidão para ser chamado para falar.

Você, ao terminarem as perguntas, fará suas considerações.

Então, por favor, Padre Agnaldo Pereira de Oliveira Junior!

O SR. AGNALDO PEREIRA DE OLIVEIRA JUNIOR (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim, na pessoa de quem cumprimento também toda a Comissão, a Senadora Mara Gabrilli, o Túlio Gadêlha – Deputado que antes estava presidindo a reunião –, os demais colegas convidados que também estiveram hoje aqui para fazer suas falas e comentar sobre o futuro da Operação Acolhida nos próximos anos.

Eu sou o Padre Agnaldo Junior, estou como Diretor Nacional do Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados aqui no Brasil. Somos parte de uma organização internacional dos jesuítas no mundo e, há mais de 40 anos, temos acompanhado refugiados em mais de 50 países.

Aqui no Brasil, temos uma trajetória... Já vamos completar 20 anos no ano que vem exatamente de uma parceria fecunda entre o Governo Federal e o Acnur, para a gestão para refugiados, no Reassentamento Solidário de Refugiados, programa que durou 16 anos no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Padre, por favor, permita-me...

O SR. AGNALDO PEREIRA DE OLIVEIRA JUNIOR (*Por videoconferência.*) – Como não?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Houve um erro aqui da Presidência.

Um convidado nosso, também muito importante, vai ter que se retirar neste momento, mas me pediu só para fazer um registro.

Então, com satisfação, registramos a presença do Sr. Ronaldo de Almeida Neto, Defensor Público Federal e Coordenador da Operação Acolhida. Por motivo de outras agendas, ele disse que vai acompanhar à distância e dará a sua contribuição.

O.k., Dr. Ronaldo? (Pausa.)

O.k.!

Então, volto a palavra para o Sr. Agnaldo Pereira de Oliveira Junior neste momento.

Por favor, Padre...

O SR. AGNALDO PEREIRA DE OLIVEIRA JUNIOR (*Por videoconferência.*) – O.k.! Obrigado, Senador Paulo Paim.

Eu vou comentar um pouco sobre a nossa organização em nível de Brasil. Então, no Brasil, já vamos completar 20 anos nesse trabalho de resposta humanitária a refugiados e migrantes. Então, vou contar um pouquinho sobre onde estamos, porque acho que é importante falar.

Primeiro, nosso lugar é o da sociedade civil, que é sempre a que está na vanguarda das crises humanitárias, que é a que chega primeiro para poder realmente acolher as pessoas, salvar vidas. E, muitas vezes, depois é que chega o Estado e outros sistemas de proteção também para poderem dar a sua contribuição, sua resposta. Então, é preciso valorizar muito o papel, a responsabilidade e o compromisso que tem a sociedade civil nessa resposta.

E foi também na fronteira em Roraima que chegou primeiro a resposta com a Pastoral Universitária e com seus tantos voluntários. Ali também chegamos em julho de 2017, oito meses antes de chegar a Operação Acolhida, para realmente marcar presença, estabelecer um serviço, dar respostas concretas ao





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fluxo migratório venezuelano que estava naquela região e que continua ainda. Então, há o papel da igreja, de modo especial também o da Diocese de Roraima, junto com a Rede Cáritas, as scalabrinianas, os scalabrinianos, a Pastoral dos Migrantes, ou seja, há toda uma força-tarefa da sociedade civil organizada nessa resposta. Então, vou comentar um pouco isso, essa nossa identidade. O serviço concreto é acompanhar os migrantes e refugiados que chegam hoje ao nosso Brasil.

O terceiro aspecto que eu queria destacar é o tema das parcerias. Hoje não dá para pensar no poder público atuando sozinho, tampouco o sistema ONU ou qualquer organização da sociedade civil senão nessa ação realmente articulada, em rede, para que a gente possa realmente ter um impacto muito maior na acolhida, na integração dessas pessoas que chegam ao nosso Brasil.

Eu queria comentar que, de certo modo, o êxito da Operação Acolhida é, digamos assim, indubitável nesses cinco anos de uma resposta mais emergencial na fronteira. Não podemos imaginar o que seria sem realmente as Forças Armadas e sem a força-tarefa de logística humanitária na organização, na estrutura dos espaços, no controle do fluxo. Teria sido um caos realmente se não tivéssemos contado com a participação ali, naquele momento crucial da Operação Acolhida, com as Forças Armadas.

Mas também eu queria destacar que, de certo modo, pelo menos três outras organizações também podem, digamos, ser reconhecidas por essa contribuição junto com a Operação Acolhida. Primeiro, é a academia. Aqui a fala do Prof. João é muito lúcida para realmente trazer para perto as universidades do Brasil, ou seja, a operação deve ser entendida como essa força ampla realmente de atuação. Então, há o papel da academia na leitura da realidade, na investigação, nas recomendações concretas, para realmente todos os atores que estão na resposta humanitária poderem acatar e analisar a realidade que está acontecendo.

Outro ator que é fundamental também são as igrejas em geral, para além da questão mais da pertença religiosa ou de determinada religião ou igreja. Mas há o papel que as igrejas cumprem também nessa resposta. Na interiorização, há que se destacar o grande papel de contribuição da igreja nos espaços em todo o Brasil, disponibilizando suas casas de acolhida, espaços que estavam ociosos e que continuam. Por isso, tem tido êxito, com mais de 80 mil interiorizados. É preciso reconhecer e visibilizar o papel da Igreja Católica também, de modo especial, nessa resposta da interiorização.

O terceiro ator que acho que é muito importante também destacar – a operação tem feito muito uso disto – é a iniciativa privada. Como de fato ajudar a reconhecer e ver o migrante como um ser em desenvolvimento, para a iniciativa privada poder também aproveitar essa força de mão de obra qualificada, de alto nível, e poder realmente aportar na construção e no desenvolvimento do nosso país, com esses irmãos que vêm de fora e que podem aqui contribuir?

Então, a academia, as igrejas, a iniciativa privada, junto com a sociedade civil organizada e com o serviço público, têm, de fato, ajudado a dar uma resposta muito melhor e de maior impacto.

Eu queria também dar ênfase à questão da transversalidade da Operação Acolhida por tantos ministérios, como já foi recordado, o que realmente permite a gente ter atendido, de certo modo, a emergência, embora a emergência ainda continue um pouco também – não acabou de todo a emergência. Se tivessem parado as entradas e também o perfil mais vulnerável dos que entram hoje, talvez pudéssemos saltar a emergência e passar para a integração. Eu destacaria que é preciso um equilíbrio maior entre a resposta emergencial e a resposta de integração duradoura para aqueles que hoje não estão mais na fronteira, mas estão em outras regiões do Brasil ainda carecendo de suporte, de apoio, para que essa integração socioeconômica e cultural aconteça realmente a contento em muitos lugares. Então, falo dessa transversalidade porque ela é fundamental. Nenhum ministério deve se excluir, digamos, de poder





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

colaborar, de dar a sua participação na questão da resposta humanitária nas fronteiras. Acho que é fundamental esse destaque.

Avaliando a questão da Operação Acolhida, eu queria destacar um pouco também algumas fragilidades que tenho percebido, acompanhando, nesses cinco anos, a Operação Acolhida. Eu destacaria uma delas, que é a rotatividade dos contingentes que vão à fronteira para se estabelecerem. Isso, digamos, por um lado, tem um aspecto bom, porque reforça as forças, mas, por outro, às vezes, tem feito recuar avanços que já tínhamos considerado e consolidado na resposta humanitária. Então, às vezes, a não continuidade, o não perpassar de um contingente para o outro tem dificultado a recomeçar vários processos que já estavam fluindo mais a contento ali na fronteira.

Então, aqui também, eu destacaria, nesses cinco anos, se também não é o momento de poder equilibrar um pouco melhor as forças entre sociedade civil e as Forças Armadas na parte técnica e, de modo especial, no atendimento aos migrantes. Temos hoje organizações no Brasil, sim, que podem dar uma contribuição muito maior na resposta técnica, no acompanhamento, digamos, da acolhida a essas pessoas, mas sem de todo deixar de ter, nas Forças Armadas, o seu papel de participação e colaboração. Eu acho que temos já maturidade para poder avançar um pouquinho melhor na contribuição, inclusive com as organizações da sociedade civil contando com o recurso público também para poder dar essa resposta à altura do desafio que está colocado na fronteira.

Creio que também... Percebiam assim... Qual é o legado que vai deixar a Operação Acolhida, depois de todos esses cinco anos? Não só as vidas salvas, que acho que é o maior legado, sem dúvida, do que realmente a Operação Acolhida tem feito e desenvolvido na fronteira e ao longo de todo o Brasil, mas também, pensando na região de Roraima... Eu estava escutando o Deputado que acabou de comentar. Estamos, talvez, perdendo a oportunidade de poder, realmente, no Estado de Roraima, deixar um legado muito mais positivo, muito mais desenvolvido, e de cuidar localmente da resposta lá em Roraima hoje também. Então, digo da importância de, no tema da moradia, por exemplo, desenvolver, de certo modo, aquele estado. Os altos custos dos aluguéis, inclusive, impactam os migrantes que não estão nos abrigos, mas estão pagando aluguéis caríssimos sem poder conseguir manter suas famílias. Na geração de trabalho e renda, do mesmo modo, as fábricas, as indústrias poderiam também, digamos, desenvolver um pouquinho melhor o Estado de Roraima nessa resposta.

Creio que esse legado tem que ser pensado realmente assim e creio que outro grande legado que já começou a dar passo, não tão na fronteira, mas ao longo dos estados, tem sido a criação dos comitês estaduais e municipais de reflexão sobre a política pública de acolhida aos imigrantes refugiados em cada estado e município, porque é lá que a vida acontece.

A Lei de Migração e a Lei do Refúgio precisam de sinais concretos nas políticas públicas locais, nos municípios, nos estados, de forma transversal, em comitês diversos, plurais, para que realmente essa contribuição chegue à vida concreta dessas pessoas que, de fato, dependem de uma política pública duradoura, e não só emergencial.

Então, creio que o legado da Operação Acolhida vai ser este, o de realmente constituir uma política de Estado, realmente, não de governo A ou de governo B, que sai ou que entra, mas uma resposta do Estado brasileiro para uma melhor acolhida. Não há só o fluxo venezuelano, mas também temos visto os afegãos no Aeroporto de Guarulhos, temos visto os ucranianos chegando de certo modo também, e há um vazio ainda na política pública de acolhimento efetivo a essas pessoas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, vamos apostar nessa questão mesmo das audiências públicas, dos comitês estaduais, dos fóruns de discussão como espaço fecundo, para podermos, juntos, construir uma política pública melhor em nível de Brasil para os migrantes e refugiados.

Muito obrigado pelo convite e também por esta oportunidade de poder contribuir nesta audiência pública. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Muito bem! Meus cumprimentos ao Padre Agnaldo Pereira de Oliveira Junior, Diretor Nacional do Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados no Brasil.

O que é mesmo? (*Pausa.*)

Pediram que eu registrasse a presença...

A assessoria aqui funciona. Vocês falaram com ela, e já está aqui na mesa.

Eu gostaria de registrar a presença do Sr. Paulo Henrique, Diretor-Executivo da Cáritas Arquidiocesana de Brasília. Seja bem-vindo!

Eu ia comentar o trabalho das igrejas. Lá no meu Rio Grande – eu sou do Rio Grande –, eu noto o trabalho da Cáritas, das igrejas. E aqui a Dra. Socorro me socorria e já me deu um relato do trabalho das igrejas, do quanto que é importante.

Das prefeituras foi falado muito aqui, inclusive por vocês. No meu Estado, o Rio Grande do Sul, Canoas tem um belo trabalho nesse sentido. É a cidade em que eu moro. Então, eu a estou citando. A cidade de Canoas, a Prefeitura de Canoas tem um trabalho também muito bonito e integrado, inclusive, com as igrejas, que está funcionando – pelo menos é o relato que eu recebo de lá. Então, vem na linha de tudo aquilo que o Padre falou.

Eu não vou dar a palavra agora... Não é que eu não vou dá-la, não vou dá-la agora. Eu vou concluir aqui com os convidados.

Depois, inclusive, o Dr. Gabriel, se quiser também fazer uma saudação, embora ele, segundo disse, já esteja representado na mesa pela Cruz Vermelha...

Mas vamos aqui para a nossa última convidada virtual – depois, nós vamos para as perguntas, e vou dar oportunidade, no caso, ao senhor, que já pediu ali, pelo que percebi –, a Sra. Alzira Melo Costa, Procuradora-Chefe do Ministério Público do Trabalho no Amazonas e em Roraima.

A SRA. ALZIRA MELO COSTA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia a todos e todas!

Muito obrigada, Senador Paulo Paim. Agradeço o convite, em nome do Ministério Público do Trabalho, pela oportunidade de contribuir aqui, na presente audiência pública, com esta Comissão.

Quero cumprimentar todos os colegas que já tiveram fala anteriormente e falar que o tema mobilidade humana sempre foi um tema muito caro para o Ministério Público do Trabalho.

Recentemente, foi reinstituído pela Procuradoria-Geral do Trabalho um grupo de trabalho específico composto por procuradores e procuradoras de várias localidades do país para pensar no atendimento do fluxo migratório venezuelano, para que o Ministério Público do Trabalho possa pensar o atendimento do fluxo migratório venezuelano.

Dentro de todo o contexto de inserção dos migrantes e refugiados venezuelanos, nós entendemos que a inserção sociolaboral é o principal aspecto de integração de migrantes e refugiados. Dentro desse contexto de inserção sociolaboral, nós percebemos que a Operação Acolhida desenvolve, nos três eixos em que atua fundamentalmente, papel muito relevante para garantir a proteção e a integração de migrantes e refugiados. No ordenamento das fronteiras, permite que as pessoas retirem, de maneira mais imediata, a documentação, que a esta tenham acesso. Ao mesmo tempo, identifica e possibilita ali situações que podem vir a se configurar como tráfico de pessoas. Então, também tem um papel relevante em obstar isso. No que diz





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

respeito ao abrigamento, ao garantir o acesso a direitos e serviços básicos, também evita que migrantes e refugiados fiquem mais sujeitos à condição de superexploração.

Por fim, no que diz respeito à interiorização, peço especial licença para falar da Vaga de Emprego Sinalizada. E aqui me refiro muito *en passant*, porque todos os companheiros que tiveram a oportunidade de fala anteriormente já se referiram sobre os três aspectos, sobre os três pilares da Operação Acolhida e sobre como cada um desses pilares comprehende o atendimento e a garantia de direito e acesso a serviços básicos.

No que diz respeito à interiorização, o Ministério Público do Trabalho tem obtido, ao longo do último ano, um diálogo mais franco e mais próximo com o comando da Operação Acolhida quanto à prevenção de práticas de superexploração, à transparência nos dados de interiorização por Vaga de Emprego Sinalizada, bem como à inclusão e maior participação de grupos tidos como mais vulneráveis entre os migrantes e refugiados, especificamente no que se refere a mulheres, mães solo principalmente, que têm uma maior dificuldade de interiorização por Vaga de Emprego Sinalizada, pessoas com deficiência e também alguns casos de inserção de jovens, de interiorização por Vaga de Emprego Sinalizada por meio de jovens.

Nós temos algumas preocupações, Senador Paulo Paim, no que diz respeito à continuidade realmente das atividades. Aqui o Amazonas e o Estado de Roraima são afetados de maneira muito significativa por esse fluxo migratório. A possibilidade de retirada da Operação Acolhida para que deixe de ser um projeto de Estado e passe a ser considerado como um projeto de Governo, apenas do Governo passado, nos causa severo temor, porque o que nós vemos é uma participação relativamente pequena dos Poderes Executivos locais, ou seja, tudo que diz respeito a migrantes e refugiados venezuelanos praticamente é visto como um problema da Operação Acolhida, não havendo totalmente uma inserção da responsabilidade do Poder Executivo, do Poder Executivo municipal e estadual.

Essa é uma das colocações que nos causa grande preocupação.

Encaminhando para o final, para que a gente consiga realmente aproveitar as perguntas e outras coisas, nós temos alguns encaminhamentos que, para além da continuidade da Operação Acolhida, achamos essenciais. No mesmo sentido que já foi manifestado pelo Deputado Nicoletti, entendemos que se faz mais do que necessário não apenas o atendimento emergencial, mas também a ampliação da rede de atendimento de serviços para que fique um legado da Operação Acolhida: serviços locais, ampliação da rede de atendimento de saúde, assistência social, educação e segurança pública.

Hoje o que nós vimos... E aí o Padre Agnaldo falou: "Qual vai ser o legado de serviços públicos que vai ficar em Roraima?". Eu acho que agora, com a participação da Caritas, teve a construção de um centro de atendimento à população em situação de rua nos arredores da rodoviária, teve o incremento de duas unidades de saúde, mas nós não tivemos o incremento no número de escolas, no número dos CRAS, tampouco dos CREAS. Então, seria importante que a Operação Acolhida também conseguisse levar recursos para fortalecer os serviços regulares de atendimento para garantir o atendimento da população migrante e refugiada e também dos nacionais e, dessa forma, evitar a xenofobia. É frequente, nos serviços de saúde, falarem: "Ah, mas atendeu dez venezuelanos e só dez nacionais". Então, é para que isso não gere essa disputa no atendimento de serviços básicos, que são tão essenciais para a promoção da integração.

Para além dessa necessidade de ampliar, nós temos também, por parte do Ministério Público, a necessidade de informar melhor os migrantes e refugiados que entram por meio da Operação Acolhida a respeito dos seus direitos laborais, como forma de prevenir a superexploração. Todos sabemos que migrantes e refugiados, pela necessidade de sobrevivência, estão mais propensos a aceitar os piores empregos, com as piores jornadas, com os menores salários. E, quando a gente faz um recorte etário e de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gênero, nós vemos que é muito frequente que as mulheres sejam as mais sujeitas às piores condições. Então, essa estratégia de informar melhor os migrantes e refugiados que adentram nosso país sobre os seus direitos laborais também é um mecanismo de prevenção dessa superexploração.

Além disso, é preciso um reforço realmente das estratégias que possibilitem o acompanhamento das pessoas que são interiorizadas por vagas de emprego sinalizado, permitindo uma rastreabilidade por meio do próprio Sistema Acolhedor, que consegue conjugar os dados. E aí eu acho que se utiliza, de uma maneira muito forte, o ProGress, que é o sistema de dados do Acnur, mas também pode se utilizar o sistema de dados do Ministério do Trabalho, como Caged e Rais, para verificar quais migrantes e refugiados permanecem na situação de emprego, quais seriam aqueles migrantes e refugiados que precisam de um outro auxílio. E aí não é só a rastreabilidade, mas também a organização de uma maneira mais integrada dos serviços de atendimento na ponta, para onde esses migrantes e refugiados estão indo. Talvez uma melhor comunicação com a rede de assistência permita, em caso de eventual violação de direitos, um pronto atendimento. Ainda há muito desconhecimento a respeito disso.

Eu acho que esses são os encaminhamentos realmente.

E, por fim, o Ministério Público do Trabalho, à semelhança do que a Silvia expôs, entende que a Operação Acolhida tem uma resposta emergencial de caráter humanitário, mas também tem um viés... A gente está num momento de mudança, e 2022 marca o sexto ano consecutivo dessa crise migratória. Então também se chega a um momento de se estabelecer uma virada para soluções mais duradouras, para garantia realmente de desenvolvimento e plena inserção desses migrantes e refugiados.

Eram essas as considerações.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Muito bem!

Essa foi a nossa última convidada a fazer uso da palavra, de forma virtual.

Eu até conversava rapidamente, aqui na mesa, e eu não vejo nenhuma possibilidade de a Operação Acolhida ser diminuída no Governo que vai entrar a partir de 1º de janeiro. E me dizia aqui a Dra. Socorro – que foi a que mais me subsidiou aqui – que a Operação Acolhida, inclusive, vem de outros tempos. Então, a Operação Acolhida não tem que ser deste ou daquele governo, tem que ser uma política permanente que vá se aperfeiçoando. E vocês podem todos contar com a colaboração aqui dos Senadores, não é? Eu presidi, inúmeros anos, a Comissão de Direitos Humanos, tanto no Senado quanto lá na Câmara, nos quatro mandatos que tive lá e nos três que tenho aqui como Senador, e, pelas informações que eu tenho... Não estou na equipe de transição, porque eu optei por ficar aqui no Parlamento, mas – de todos os colegas meus, três profissionais do meu gabinete eu cedi – as informações são precisas e claras de que não haverá nenhum retrocesso. Em toda política – eu tenho esta visão e tenho certeza de que a política é a visão de todos vocês –, em toda e qualquer proposta deste ou aquele governo que está na visão das políticas humanitárias, seria um retrocesso se, ao mudar o governo, seja quem for: "Ah, vou mudar e vou mudar o nome". Não é isso, não é? Nós temos que ampliar tudo aquilo que deu certo, na certeza de que a democracia que é a grande vencedora. E, se no futuro tiver outro governo, que se amplie na mesma linha.

Então eu quero passar essa tranquilidade para todos.

Eu tenho aqui... Pessoal da Fecomércio que estava aí, estava com uma equipe aí, eu notei lá atrás, em torno de oito, nove pessoas, eu os receberei. Depois daqui, eu os receberei, antes de iniciar a sessão no Plenário. Eu não poderia recebê-los agora, interrompendo uma audiência tão importante como esta, organizada pelo Presidente Túlio.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou passar a palavra também para o Paulo Henrique – viu, Paulo Henrique? Só me dê uma oportunidade, Paulo, que daí você pode até aproveitar, porque aqui, agora, são as considerações finais. Eu vou passar para os presentes, e você está presente – não é? – e disse: "Eu sou um deles, Presidente!". Você vai ter seu tempo. Mas, por obrigação nossa aqui, eu vou agora colocar as perguntas. Se alguém quiser destacar uma ou outra dessas perguntas... Os que entenderem que já existem perguntas que foram respondidas, também estão contemplados na nossa audiência pública. Eu prestigio muito, porque eu acho importante o e-Cidadania, não é? O e-Cidadania é aqui da Casa, por onde, em cada audiência pública, quem está nos assistindo manda uma série de perguntas, e a gente faz questão de prestigiá-los, aqueles que estão participando à distância do nosso debate.

Então, César Rodrigues, do Rio Grande do Sul, pergunta: "Quais são os planos do Governo para a continuidade da Operação Acolhida?". Há uma certa lógica aí – não é? – entre aquilo que V. Exa. e a nossa última convidada, alertou, a Sra. Alzira Melo Costa, que fez uma bela exposição e mostrou pontos também que ela entende que podem ser aperfeiçoados.

Gustavo Ricci, de São Paulo: "A Operação Acolhida poderia [...] ser uma ponte para o diálogo entre Lula e Maduro para solucionar essa imigração massiva?". É a pergunta que também fica aqui. Quem quiser responder responda.

Sabrina Pereira, do Rio de Janeiro: "O que seria exatamente [ela quer precisão] essa Operação Acolhida? Quais os benefícios para as pessoas?".

Eu não vou fazer comentário, porque, senão, nós vamos perder muito tempo. Eu vou ler, e vocês dão uma olhada no que puderem responder.

Ivana Mara, do Distrito Federal: "Há um planejamento para a atualização dos três eixos [tão falados aqui, sou testemunha] da [...] [Operação Acolhida]? Após a interiorização, há acompanhamento da situação dos venezuelanos?".

Pergunta também Vitória Rodrigues, de Roraima: "Com a mudança presidencial, a Operação Acolhida pode ser alvo de mudança na forma de atuação no Estado de Roraima (estado porta de entrada)?". Vai na mesma preocupação de antes.

Matheus Cocco dos Santos, Rio de Janeiro: "Quais são os principais planos do Governo para a continuidade da Operação Acolhida?". Vejam que há uma preocupação. Tem fundamento o que falou aqui a Sra. Alzira, sobre as preocupações. Não é que vai acontecer, ficou claro que não vai, na minha ótica e pelas informações que aqui eu recebi.

Silas Moesio Maciel da Silva: "A migração está presente nos diversos estados brasileiros. Não seria importante criar os conselhos municipais e estaduais de migrações?". Acho que essa é uma pergunta que seria interessante que alguém respondesse. Todas as perguntas são boas, mas essa aqui eu já estava quase respondendo, mas não vou responder, não.

Davi Elias, agora do Rio de Janeiro – essa de cima foi de Roraima –: "Quais os maiores benefícios para a população brasileira?".

Silas Moesio Maciel da Silva, Roraima também: "Pensando no futuro da [Operação Acolhida, ele já botou uma sigla para a Operação Acolhida; o pessoal gosta] OA, como pensar a descentralização dos recursos destinados para Políticas Migratória e sua municipalização?". "A migração está presente nos diversos estados brasileiros. Não seria importante criar os conselhos [vai na mesma linha] municipais e estaduais de migrações?".

Olha, para depois não me criticarem, eu falei de uma cidade porque eu resido lá, pessoal. Eu já vou fazer um alerta aqui. Não é só Canoas, inúmeras cidades do meu estado e do Brasil têm um trabalho que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem que ser elogiado, que é o trabalho no município, da sociedade integrada. Estava lembrando aqui de Caxias. Alguém vai dizer: "Ele citou Caxias porque ele nasceu lá". De fato, eu nasci em Caxias. Então, eu conheço um pouco o trabalho lá. Mas tem muita gente, o Governo do estado, todos trabalham nesse sentido – claro, com suas deficiências –, no que tiver ao alcance de cada um.

Eu li aqui... O último que eu li foi de Roraima, não é? É, eu estava aqui.

Davi Elias, Rio de Janeiro: "Quais os benefícios para a população?".

E Carolina Hissa, de Goiás: "Com o eventual término da operação acolhida..."

Voltou de novo, porque a nossa última painelista virtual alertou. Aqui vem mais de novo.

Carolina Hissa, Goiás: "Com o eventual término da Operação Acolhida, como fica o papel do comprometimento estatal no que concerne ao abrigamento e interiorização?".

Terminando aqui, essa veio do próprio Senado, mas são as últimas quatro: "Nesses quatro anos de Operação Acolhida, dá para dizer que todos os objetivos dessa política pública foram alcançados?".

2: "Possui algum balanço que permita a avaliação de resultados parciais alcançados até agora? E esses podem ser consultados?".

3: "Com o novo Governo assumindo, quais as medidas para assegurar a continuidade da Operação Acolhida?".

4: "A equipe de transição já foi informada a respeito da Operação Acolhida e qual o ministério que vai atuar nessa área?

É isso, pessoal, as perguntas. Agora vamos voltar à nossa lista. Vou começar com você, meu convidado especial do Plenário.

Gostaria de registrar a presença, então, do Paulo Henrique, Diretor Executivo da Cáritas Arcodiocesana de Brasília, que pediu a palavra neste momento. No encerramento, tem o tempo de três minutos para cada um. Se todos falarem em três minutos, dentro do possível e pelo número de perguntas... Eles vão dizer: "Ele coloca 30 perguntas e quer que a gente faça em três minutos cada um." Nós somos poucos aqui!

Paulo Henrique, é com você.

O SR. PAULO HENRIQUE DE MORAIS (Para expor.) – Bom dia a todos e todas.

Primeiro, quero cumprimentar a mesa, na pessoa do Senador Paulo Paim, e a todos: o Marcelo, do Jesuítas; a Socorro, da OIM; a Dra. Anna; e o Alexandre, da Cruz Vermelha.

Primeiro, o Papa nos convida a promover os verbos que são: acolher, promover, integrar. Isso são partes da integração na qual a igreja se propõe a fazer essa proteção humanitária a todos e todas – e, neste momento, em especial aos migrantes venezuelanos que estão nesse estado de calamidade.

A Cáritas Arquidiocesana de Brasília foi convidada a participar desse momento de acolher, em 2019, através de um padre em Roraima, e com o nosso Presidente, aqui em Brasília. Nesse sentido, a partir de 2019 até o momento presente, nós acolhemos mais de 1,6 mil venezuelanos, dando a eles a condição mínima de estar fazendo essa integração, e que Brasília é o ponto zero para que pudesse sair daqui parte dessas pessoas para o projeto Acolhida e a integração no restante do país.

Em 2020, que foi o auge da integração, principalmente na pandemia, nós fomos umas das poucas entidades que conseguiram acolher os venezuelanos por até três, quatro meses, em virtude dos estados que estavam fechados, e assim por diante, até que pudesse ter condições dessa saída.

A Igreja em si se moveu, acolheu, mas também teve a atitude de fazer com que garantíssemos que essas pessoas pudessem ter o mínimo, porque elas chegavam de forma muito degradante, sem ter o básico, só uma pequena sacola, para que fossem para o estado designado sem nada premente. Então, foi





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

promovida a busca de doações para o básico, desde a sua higiene, roupas, comidas, tudo para que pudessem ter o mínimo possível aqui da assistência que a Cáritas podia dar, mas também que ele pudesse levar para o seu destino.

A Cáritas Arquidiocesana juntamente com a Arquidiocese de Brasília, passando pelos seus bispos, foram esses instrumentadores que puderam fortalecer, mas também dar essa força para que a própria Igreja pudesse contribuir. D. Sergio e D. Paulo, atualmente o nosso coordenador de Brasília, puderam também fomentar todo esse sentido.

Nesse sentido, eu quero parabenizar justamente a Operação Acolhida, que é fundamental para garantir que essas pessoas que passaram aqui, mas também as que estão aqui pudessem ter o mínimo possível de humanidade, no sentido de garantir a vida, dando um brado de esperança, porque isso se dá num momento de dificuldade em que o país e o mundo vivem – que se possa dar essa esperança mínima possível para todas essas famílias, sejam de venezuelanos ou de outros países que venham a estar neste país.

Então, essa é a nossa mensagem. Queremos aqui justamente registrar que a Cáritas Arquidiocesana de Brasília pudesse estar contribuindo tanto com o projeto Acolhida, mas também com todos os projetos que possam vir a garantir que as pessoas, independente de seus países, seus estados, possam ter vida mínima possível com o básico que o Divino nos coloca, como estar presente no seu alimento, na acolhida, no promover e no assistir naquilo que é necessário, para que possamos continuar a vida, dando a ela esperança.

Então, quero agradecer mais uma vez aqui à Comissão e que possamos, este novo Governo, garantir com que a Operação Acolhida tenha esse sucesso, mas também buscar a melhoria dentre esses outros que precisam estar sendo assistidos.

Então, meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Muito bem, Paulo Henrique. Meus cumprimentos pela sua fala. (*Palmas.*)

Como é o nome do colega ao lado ali, para eu registrar a presença dele no nosso evento?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Paulo Dantas.

O SR. PAULO HENRIQUE DE MORAIS – Somos aqui muitos Paulos, não é? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Agora eu me senti contemplado! (*Risos.*)

Obrigado, Paulo Henrique. Bela fala.

E a sua fala vai na mesma linha, pelo que percebi não só do Plenário, mas de todos que falaram, de fortalecer.

Eu fico com uma frase que eu usei na minha primeira campanha, porque eu fui Constituinte, além de tudo... Falarão-me que só tem dois Constituintes neste novo mandato que se inicia agora em janeiro. São dois, e eu sou um. De medo que tenho se um não foi lembrado, não vou citar. Mas, desses dois – se forem dois –, eu sou um dos dois. E serão seis na Câmara.

O pior é que a grande parte faleceu, viu? Não é por falta de capacidade, é porque grande parte faleceu.

Eu só queria dizer da alegria de estarmos aqui com vocês, a importância, inclusive, da sua fala e dessa posição firme.

E a frase que eu iria dizer era esta... Desde a minha primeira campanha eu digo: "Fizemos muito, mas temos muito por fazer". Fizemos muito dentro do limite do nosso alcance, mas temos muito, muito que fazer. É isso que eu entendi de você.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Operação Acolhida cumpriu um papel importante desde que ela começou, foi avançando e melhorando, mas tem muito, muito ainda para fazer. E assim nós vamos tentar fazer que aconteça, integrando não só esse ou aquele partido, mas o Congresso, o Executivo, o próprio Judiciário e a sociedade civil organizada, que vocês aqui representam, e representam muito bem.

O.k.? Posso ir em frente? (*Pausa.*)

Vamos lá então.

Agora vou começar aqui com os presentes, naturalmente, porque não dá para todos que participaram responderem neste momento.

Eu vou passar a palavra ao Sr. Joel Bautista Bastardo Brito, refugiado. Está aqui ainda conosco? (*Pausa.*)

Não.

Então, tudo bem. Vamos em frente. Eu vou pela lista que eu tenho aqui.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Eu não sei se eu abri... (*Pausa.*)

Está bom. Então tá.

Vamos lá.

Eu queria só insistir, devido à correria aqui do nosso tempo – e temos Plenário à tarde, que vai escolher autoridades e tem que ser presencial –, que cada um fizesse, neste momento, as considerações finais por três minutos cada um. Eu vou passar a palavra a todos.

Então, Sr. Joel Bautista Bastardo Brito, refugiado venezuelano residente no Brasil, para as considerações finais, por três minutos.

O SR. JOEL BAUTISTA BASTARDO BRITO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Meu amigo, eu já tive a oportunidade de falar, fui o primeiro que falei, e, como falei, fico grato por toda essa ajuda que o povo do Brasil está prestando ao meu país.

Meu amigo, eu entrei aqui no ano de 2018 e posso falar que a ONU, em conjunto com o Exército Brasileiro, estava fazendo um bom trabalho, muito bom trabalho, abrigando os venezuelanos. Aquele venezuelano que morava na rua e aqueles que estavam desabrigados, não havia como... O Exército atendeu, deu abrigo ao pessoal que estava na rua, colchonete, roupa, comida, e foram muito bem atendidos naquele tempo, em 2018. Então, eu peço a Deus que meu país possa mudar de governo e todo esse povo venezuelano que está aqui no Brasil possa voltar novamente para o nosso país.

Fico grato ao povo brasileiro, ao Exército, à ONU, por todo esse acolhimento que estão dando para o meu país. Beleza?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – ... inclusive pelo tempo, hein? Ficou em dois minuto e meio, atendendo bem ao apelo que aqui fiz. (*Palmas.*)

Obrigado, viu, Sr. Joel Bautista Bastardo Brito, refugiado venezuelano residente no Brasil, pela precisão da mensagem muito clara para todo o Brasil e, ao mesmo tempo, no tempo.

Agora o Sr. João Carlos Jarochinski, creio eu – a pronúncia final é essa, creio eu –, professor da Universidade Federal de Roraima.

O SR. JOÃO CARLOS JAROCHINSKI (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom, primeiro quero agradecer a oportunidade de estar debatendo com os senhores, é uma satisfação dividir a mesa com o Senador Paulo Paim, uma referência para todos nós em termos de ética pública e desenvolvimento da condição de trabalho para a população em geral.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria de aproveitar para destacar a satisfação em ouvir as demais falas, porque é importante ressaltar essa dinâmica de continuidade da Operação Acolhida pensando em ajustes que se fazem necessários em relação a algumas das dinâmicas que a gente tentou apontar aqui, como, por exemplo, a necessidade urgente que nós temos de uma melhoria da questão da infraestrutura, que trata de um melhor atendimento seja lá em Pacaraima, mas também aqui em Boa Vista; a questão das estradas. Houve até reclamação por parte do Deputado Nicoletti em relação à questão também de vinculação da malha aérea de Roraima com o restante do território, porque atende também em relação a isso.

E as perguntas que foram apresentadas são muito significativas, por exemplo, na questão da atualização dos três eixos. Nós precisamos pensar na integração para além da interiorização, acho que é um ponto fundamental para essa dinâmica vinda da COP, da economia verde, de inserir os migrantes também dentro de uma dinâmica para a Região Norte, de desenvolvimento econômico, respeitando a questão da preservação ambiental, que acho que é um ponto importante.

Concordo com a pergunta também em relação ao alinhamento da população, e na minha fala eu destaquei uma preocupação com a interiorização de reunião social. Acho que a gente precisa desenvolver isto melhor, uma integração melhor entre os segmentos, mas nós temos conseguido avançar. E também apontei que acho que esse é um dos grandes avanços em políticas municipais e políticas estaduais para os migrantes. O senhor comentou de Canoas, mas eu cito o exemplo de Esteio, que é uma cidade do Rio Grande do Sul que tem feito um trabalho belíssimo em relação ao acolhimento de migrantes...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Permita, porque não é um aparte, é só para cumprimentar, porque Esteio é vizinha de Canoas. E eu conheço bem Esteio, que, de fato, tem um trabalho belíssimo. A palavra volta para o senhor.

O SR. JOÃO CARLOS JAROCHINSKI (Por videoconferência.) – Ah! Muito obrigado, Senador.

Então, acho que a gente tem aí alguns avanços, mas é importante dar continuidade, porque ainda vivemos num contexto de emergência. Estive lá na semana passada, e nós ainda temos uma chegada de 500 pessoas por dia em condição de vulnerabilidade. A gente precisa também, com esses anos que nós já temos de aprendizado, melhorar alguns equipamentos, alguns avanços que nós fizemos.

E a Universidade Federal de Roraima se coloca à disposição para esse diálogo, sempre que for necessário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Muito bem! Meus cumprimentos, Sr. João Carlos Jarochinski, professor da Universidade Federal de Roraima.

De imediato, Sra. Socorro Tabosa, Assessora Especial para o Chefe de Missão da Organização Internacional para as Migrações.

A SRA. SOCORRO TABOSA (Para expor.) – Obrigada, Senador, tentarei falar nos três minutos cedidos.

Eu queria agradecer...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS. *Fora do microfone.*) – Com a devida tolerância de três minutos. É para nós termos um eixo.

A SRA. SOCORRO TABOSA – Obrigada!

Eu gostaria de agradecer em nome da organização o nosso convite e nos colocar sempre à disposição da Comissão.

Aproveitando e tentando responder um pouco às questões, eu acho que é importante colocar três questões básicas: o fortalecimento da Operação Acolhida; o aperfeiçoamento da interiorização, com um





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foco muito preciso na construção da integração social, econômica e cultural dos refugiados e migrantes no Brasil; e, terceiro, o fortalecimento da gestão local, o fortalecimento das políticas públicas, o apoio aos municípios, que são um dos principais parceiros da Operação Acolhida, afinal de contas, mais de 800 municípios brasileiros passaram a receber refugiados e migrantes neste país, e muitos deles nunca tinham recebido. Tiveram de se reorganizar e construir uma política para atendimento a esses refugiados e migrantes.

Hoje a OIM atua em 13 estados brasileiros. Alguns desses escritórios cobrem mais de um dos estados, então estamos em todo o território brasileiro, fortalecendo essa rede local, capacitando os gestores locais, os técnicos locais, garantindo que as políticas públicas possam ser estruturadas no entorno de visibilizar as principais vulnerabilidades e peculiaridades que um refugiado e migrante traz para dentro daquele serviço.

Uma pergunta importante foi de como há um acompanhamento após a interiorização. Essa rede bem articulada de parceiros da Operação Acolhida, que conta com organismos internacionais, organizações da sociedade civil, organizações religiosas, agências da ONU, trabalha em torno da Plataforma R4V e está espalhada em todo o território do Brasil, apoiando a construção dessa articulação de políticas públicas locais e fortalecendo essa parceria. É um trabalho muito articulado com os ministérios, principalmente com o Ministério da Cidadania, que coordena o Subcomitê para Acolhimento e Interiorização. Estamos todos juntos, garantindo um futuro melhor para essa população.

Há de melhorar? Há de melhorar. Temos muito a implementar. Então, não vamos falar em acabar, diminuir ou enfraquecer. Temos que falar em fortalecer, implementar e garantir os direitos dos refugiados e migrantes.

E uma questão importante é que esses municípios já estão se articulando na construção de colegiados, comitês, conselhos, para garantir políticas integradas a essa população. Temos, inclusive, hoje instituído o Fórum Nacional de Conselhos e Comitês Estaduais para Refugiados e Migrantes para trabalhar políticas públicas a essa população. Hoje, a OIM e o Acnur apoiam esse fórum, apoiam o fortalecimento da construção de governança para o atendimento a essa população no Brasil.

Então, eu queria deixar claro para vocês que a Operação Acolhida é uma iniciativa importante do Governo. Ela deve ser mantida, ela deve ser fortalecida, com a garantia de que tenha o apoio de toda uma sociedade composta por organismos da ONU, sociedade civil, que garantam esse apoio à operação governamental humanitária do Governo brasileiro.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Muito bem, Sra. Socorro Tabosa, Assessora Espacial para o Chefe de Missão da Organização Internacional para as Migrações, que deixou clara aqui uma das... Eu diria, se V. Sa. me permite, se todos me permitirem, que essa sua fala final é quase que uma posição tomada nesta audiência pública do fortalecimento e do aprimoramento da Operação Acolhida, que vem já, segundo me informou, há algumas décadas e que não pode parar – não pode parar.

Vamos em frente. Agora a Sra. Anna Paula Ribeiro Araujo Mamede, Terceira-Secretária do Ministério das Relações Exteriores.

O SR. ANNA PAULA RIBEIRO ARAUJO MAMEDE (Para expor.) – Muito obrigada, Senador. Eu quero cumprimentá-lo por esta audiência. Realmente, concordo plenamente com o senhor quando a gente fala que a operação tem que ser aperfeiçoadas, e vislumbro que não foi discutida, de nenhuma forma, nem no âmbito da operação, nem no Ministério das Relações Exteriores, qualquer possibilidade de descontinuidade da operação, até porque ela é baseada tanto em compromissos internacionais que o nosso país assumiu quanto na nossa legislação interna, que é realmente essa resposta humanitária e muito





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

integrada, como a Socorro mencionou, que envolve uma série de parceiros. São mais de 115 parceiros no âmbito da Operação Acolhida, tanto em nível federal quanto estadual e municipal.

Só para direcionar algumas das perguntas que o senhor fez, que o senhor trouxe aqui, da sociedade civil, eu quero mencionar duas coisas bem breves.

Uma é com relação ao que se fala muito, dos benefícios que a migração traz para as comunidades de acolhida, então, os países que recebem essas pessoas. Quase todos os estudos no mundo concluem que a presença de migrantes e refugiados contribui para o país. Então, nesse sentido, essa multiculturalidade deixa de ser só moralmente aceitável, como se torna funcional, contribui efetivamente para o desenvolvimento das sociedades para que essas pessoas vão, de uma série de maneiras, tanto por meio de culturas quanto por novas formas de pontos de vista, culinária. Então, são benefícios de que as sociedades também se beneficiam.

Eu quero mencionar, nesse aspecto, um estudo que foi feito pela FGV, em parceria com o Observatório das Migrações Internacionais e a Universidade Federal de Roraima, intitulado *A Economia de Roraima e o Fluxo Venezuelano: evidências e subsídios para políticas públicas*, que concluiu que a presença dos venezuelanos foi positiva para os indicadores econômicos do estado.

Então, eu acho que toda e qualquer política futura tem que se basear realmente em evidências, em vezes de... Às vezes, criam-se muitas paixões quando a gente fala de fluxos migratórios.

Com relação aos planos para continuidade, eu acredito que realmente é o momento de se avaliar o que a operação tem feito, o que deu certo, o que não deu certo, quais são os mecanismos que têm que ser aperfeiçoados. Por exemplo, a gente tem falado agora de interiorização de indígenas. Então, são realmente essas políticas que se tem discutido atualmente.

Com relação à descentralização, que é realmente o processo de interiorização, a descentralização da pressão do Estado de Roraima para os demais municípios, só também complementando um pouco o que a Socorro comentou, essa assistência para os migrantes refugiados é prestada pelo Sistema Único de Assistência Social (Suas) em uma responsabilidade tripartida, em nível federal pelo Ministério da Cidadania, em nível estadual e municipal pelas respectivas secretarias de assistência social. E eu acho que tanto o processo de interiorização quanto a presença dos migrantes e refugiados têm contribuído realmente para esse desenvolvimento de capacidades em nível municipal, que tem sido muito importante, como o senhor mencionou, tanto na cidade do senhor, a cidade de Esteio, e várias outras que têm recebido essas pessoas e que realmente têm desfrutado dos benefícios que essas pessoas têm trazido para os municípios de destino.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Muito bem, Dra. Anna Paula Ribeiro Araujo Mamede, Terceira-Secretária do Ministério de Relações Exteriores, que fortalece essa ideia. Permite-me só uma frase de comentário: achei muito bom o que a senhora falou no aspecto de que é um equívoco achar que os refugiados, a Operação Acolhida, quando os abraça, quando dá o acolhimento... Eu gosto muito da palavra acolhimento, viu? Com o acolhimento tu te sentes reconhecido, abraçado, eu diria até, de uma forma bonita, amado pelo país que te recebe e isso fortalece a própria economia do município. Isso é bom. Sempre dizem: "Ah, vem tirar empregos". Não vem tirar empregos. Se nós pensarmos positivamente, quanto mais emprego, mais gente trabalhando, produzindo, consumindo, recebendo e, consequentemente, a economia e o próprio empregador estarão ganhando; isso é bom. Eu sou daqueles que não é contra o lucro, viu? Não tenho problema nenhum com o lucro. Eu diria que o lucro é tão bom que todo mundo quer. (*Risos.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas vamos em frente. Agora, passamos a palavra, então, ao nosso representante, aqui na mesa, da Cruz Vermelha. Sabe que a Cruz Vermelha tem uma imagem muito bonita? Desde moleque me lembro, olha que eu tenho alguns aninhos... (*Risos.*)

Desde moleque me lembro da palavra "cruz vermelha", como a de um órgão de fato acolhedor. Eu sou de 50. Agora, tu calculas. Calcula tu aí; não precisa dizer aqui. Eu sou de 50.

Passo a palavra, com satisfação, ao Dr. Alexandre Formisano, Chefe da Delegação Regional do Comitê Internacional da nossa querida Cruz Vermelha.

O SR. ALEXANDRE FORMISANO (Para expor.) – Obrigado, Senador, também por essas palavras a respeito do CICV e particularmente por este convite e os outros que temos recebido para sempre poder aportar na Casa Legislativa do Brasil, desenhando uma perspectiva humanitária em diferentes temáticas.

Escutando as perguntas, eu acho que não corresponde ao Comitê Internacional da Cruz Vermelha responder muitas delas, precisamente pela natureza do trabalho do CICV, mas, para tentar compartilhar alguns elementos ou algum elemento com as pessoas que colocaram essas perguntas, eu simplesmente lembraria que muito do trabalho que tem sido feito no marco da Operação Acolhida, como foi falado, é resultado de compromissos internacionais, é resultado de, digamos, marcos normativos do Direito Internacional Humanitário, dos direitos humanos, tratados e convenções que têm sido ratificadas e adotadas pelo Estado brasileiro. Portanto, seja qual for a decisão a respeito do futuro da Operação Acolhida, o que é importante para o Comitê Internacional da Cruz Vermelha é precisamente que essas obrigações continuem a ser respeitadas, que continuem a ser implementadas. Então, eu acho que este é um ponto importante para lembrar, agora que foi falado, digamos, por diferentes palestrantes e interlocutores: essa diferença na resposta do estado e na resposta do Governo.

Muitíssimo obrigado e aproveito para reiterar, mais uma vez, o compromisso do CICV para continuar aportando mais respostas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Muito bem, Dr. Alexandre Formisano, Chefe da Delegação Regional do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV). Meus parabéns pelo trabalho que a Cruz Vermelha vem fazendo.

Permita-me, porque eu tenho um carinho muito grande também pelo trabalho do Médicos sem Fronteiras, que deve estar integrado com a Cruz Vermelha, porque são amigos, não é? Trabalhamos muito aqui com o Médicos sem Fronteiras naquela linha de que a vacina fosse assegurada a todo o planeta, principalmente para os países mais pobres, no caso, os países africanos. Eles estiveram aqui me assessorando quando eu apresentei o projeto com esse objetivo. Aprovamos o projeto, aprovamos na Câmara e no Senado, foi para a Presidência, foi vetado em parte, mas o princípio ficou assegurado, está na lei que nós podemos produzir a vacina aqui no Brasil para atender a nós brasileiros e também ceder, a preço de custo, para os países mais pobres e mais vulneráveis. Então, faço também essa homenagem, neste momento, aos meus queridos amigos do Médicos sem Fronteiras.

Passo agora a palavra à Sra. Silvia Sander, Oficial de Proteção do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados.

Está conosco ainda aqui o Acnur? (*Pausa.*)

Senão, vamos em frente. (*Pausa.*)

Já me comunicaram aqui que ela vai entrar...

A SRA. SILVIA SANDER (Por videoconferência.) – Conseguem me ouvir?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Pronto, perfeitamente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SILVIA SANDER (Para expor. *Por videoconferência.*) – Agora sim. Então, está bem.

Muito obrigada, Senador Paulo Paim

Mais uma vez, quero não só agradecer o convite da Comissão, mas também parabenizar pelos debates que vêm sendo muito bem empreendidos aqui no âmbito da Comissão, que são muito oportunos.

Quero dizer que, de parte do Acnur, nós seguimos emprenhados não só em contribuir com a Operação Acolhida, mas com os vários projetos e iniciativas que possam beneficiar pessoas refugiadas e migrantes, venezuelanas e de outras nacionalidades, que estão espalhadas pelo Brasil.

Talvez, como considerações finais e pensando um pouco em algumas das perguntas que foram feitas, eu mencionaria quatro pontos.

Um, acho que é um consenso talvez em todas as falas de que é necessário fortalecer os três eixos da Operação Acolhida e enfatizar, talvez e principalmente, a interiorização, que seria esse braço mais inovador, que garante possibilidade de integração para as pessoas.

Dois, também já foi muito bem-dito, mas acho importante a gente seguir frisando: ampliar o apoio a municípios e estados, sobretudo àqueles que mais recebem essas populações. E aí a gente está falando não só de recursos orçamentários, mas também, como mencionado, de apoio com capacidades técnicas, de apoio e elaboração de planos de gestão, criação de comitês, enfim, para que essas políticas sigam sendo capilarizadas e cada vez mais desenvolvidas. E a isso se estende... Quando eu falo em estados e municípios, eu incluo aqui também não só o poder público, mas as redes locais como um todo. A sociedade civil é sempre a primeira a chegar, a responder a esses movimentos e também, claro, precisa receber mais apoio. Então, é uma conversa que tem que ser aprimorada com as redes locais, incluindo poder público, universidade, sociedade civil, maior engajamento do setor privado e assim por diante.

Por outro lado, parece-me que é importante também a gente ampliar a escuta dessas redes locais. Então, se por um lado elas precisam de apoio, por outro lado são elas mesmas que têm desenvolvido já uma série de soluções e de saídas para melhorar a experiência de integração das pessoas. E essas experiências, ao que me parece, precisam ser vistas e também disseminadas, compartilhadas com outros vários municípios e outras várias redes.

Acho que, por fim, o desafio agora, então, é aumentar a lupa sobre aquelas situações que ainda merecem uma atenção maior, não é? Então, na minha fala, eu mencionei o tema das populações indígenas, que eu acho que precisa ser trabalhado de uma maneira mais forte por todos os atores, os mais de cem atores que estão envolvidos na resposta. Também temas como acelerar as possibilidades de revalidação de diplomas – a gente sabe que muitas dessas pessoas estão aqui com a possibilidade de contribuir com a sociedade brasileira e ficam de mãos atadas muitas vezes por não conseguirem acessar esse tipo de ferramenta. E, além disso, também já mencionado, talvez aprimorar as estruturas de acompanhamento no pós-interiorização, justamente para a gente fazer essa retroalimentação: entender o que está funcionando bem, o que pode ser potencializado e de que maneira tudo isso vai alimentar os debates em conselhos, comitês e também no contexto da Operação Acolhida.

Mais uma vez, muito obrigada.

E a gente segue à disposição da Comissão, de todos aqui presentes, de todos e todas que nos escutam.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Muito bem! Os nossos cumprimentos, por sua fala – e também pela de agora, de encerramento –, à Sra. Silva Sander, Oficial de Proteção do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Sa. falou de inúmeras questões aqui na sua fala final, mas a mesa quase toda falou – e eu não comentei – da importância também da questão da nação indígena, dos povos indígenas, para que haja um olhar mais carinhoso, mais acolhedor também ao nosso querido povo indígena.

Muito obrigado, doutora!

Passo a palavra agora ao Padre Agnaldo Pereira de Oliveira Junior, Diretor Nacional do Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados, Brasil.

O SR. AGNALDO PEREIRA DE OLIVEIRA JUNIOR (Para expor. *Por videoconferência.*) – Obrigado, Senador Paulo Paim.

Queria comentar brevemente que as perguntas vão em torno de certo desconhecimento também, assim, sobre a operação, o alcance, os benefícios. Reiteradas perguntas estão nesse sentido. Então, vemos a importância de poder comunicar mais o que é essa operação, o uso das redes sociais, em contato também com os municípios e estado, para que chegue realmente às pessoas, digamos, a realidade da migração hoje no Brasil, porque há, podemos dizer, uma invisibilidade também, não é? Só quem toca terreno ali em Roraima, em Manaus – como foi também com os haitianos que estavam ali no Acre – entende o impacto do que está colocado lá. E o país desconhece muitas vezes a importância da comunicação como estratégia realmente de se poder fazer chegar a comunicação segura, importa dizer, e daí brotar, digamos, outro tipo de atitudes e iniciativas assim.

A segunda pergunta, que eu queria comentar também, é a da FFP Ltda., em São Paulo, sobre a situação dos afegãos que estão aí no Aeroporto de Guarulhos. Alguns já foram apoiados também, o Acnur também se aproximou e as demais organizações. Então, falarei da importância de poderem outras organizações também oferecer os seus espaços. Hoje, o grande gargalo para interiorização é ter espaços seguros – seguros! – para onde enviar os imigrantes venezuelanos que estão em Roraima. Então, há uma demanda reprimida que está lá porque não tem espaço seguro para onde enviar. Então, se há espaços seguros ao longo do Brasil que podem garantir acompanhamento e atenção a essas pessoas, é importante, digamos, se colocar isso à disposição para que isso possa ser útil e servir realmente a salvar vidas e a integrá-las em nosso país.

Por fim, quero agradecer a oportunidade. Acredito muito na audiência pública, um espaço, digamos assim, democrático, para poder escutar a sociedade como um todo, os vários setores, em busca de uma resposta em comum. Todos queremos um único elemento, que é poder tornar a política do Brasil, de verdade, mais acolhedora e realmente integradora aqui no nosso país.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Eu lhe agradeço...

O SR. AGNALDO PEREIRA DE OLIVEIRA JUNIOR (*Por videoconferência.*) – É importante que os encaminhamentos sejam positivos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – ... Padre Agnaldo Pereira de Oliveira Junior, Diretor Nacional do Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados do Brasil.

Acho que é importante a participação do conjunto das igrejas. E ele aqui foi muito feliz e muito democrata – democrata é aquele que pensa no todo –, quando falou sempre nas igrejas; ele não falou dessa ou daquela igreja. E ele, no caso, é padre.

Mas chegou aqui uma informação precisa da Dra. Socorro, que me disse que a Operação... Eu sou pelos fatos, reais. Se houve alguma informação que não estava correta, eu vou esclarecer.

A Operação Acolhida inicia em 2018. O acolhimento em 2010 foi o dos haitianos. É isso?

A SRA. SOCORRO TABOSA (*Fora do microfone.*) – Hâ-hâ!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Os haitianos foram, então, chamados, não é?

Mas a Operação Acolhida inicia, então, em 2018. É uma proposta que deu certo e que vai dar mais certo ainda, pelo esforço da sociedade civil e, é claro, por todas as políticas também por parte do Governo.

Depois do Padre, eu passo para a Sra. Alzira Melo Costa, Procuradora-Chefe do Ministério Público do Trabalho no Amazonas e Roraima.

Por favor.

A SRA. ALZIRA MELO COSTA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito obrigada, Senador Paulo Paim.

Realmente, acho que a fala do Ministério Público aqui vai no mesmo sentido da dos outros oradores. É sobre o fortalecimento da Operação Acolhida; a necessidade de melhoria do monitoramento, com a utilização dos bancos de dados que já estão disponíveis, em especial no que diz respeito à Vaga de Emprego Sinalizada, com o objetivo específico de prevenir a superexploração e de garantir efetivamente a igualdade de direitos trabalhistas para migrantes e refugiados que são interiorizados por meio da modalidade Vaga de Emprego Sinalizada; e também a ampliação do apoio para as comunidades de acolhida nas três frentes, junto ao poder público, com a maior participação das agências da ONU – aí eu não sei também qual seria a medida – e com o fortalecimento da sociedade civil. Eram essas as contribuições.

Quero falar aqui que o Ministério Público do Trabalho está sempre à disposição não só nesse aspecto fiscalizador quando se tem um problema, mas também no aspecto de elaboração de propostas de políticas públicas de integração e inclusão de migrantes e refugiados.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Nós é que lhe agradecemos, Sra. Alzira Melo Costa, Procuradora-Chefe do Ministério Público do Trabalho no Amazonas e Roraima, que deu aqui uma importante contribuição para este debate e que aqui todos aplaudiram.

Eu aplaudo todos os convidados. Todos os convidados aqui são da mais alta qualidade. É o que se nota na fala. Eu sou muito do "olho no olho". Sou muito do "olho no olho" e também da expressão, para ver se fala, de fato, com o coração.

E, por falar com o coração, eu me lembrei, Marcelo, que você não falou. (*Risos.*)

Eu prometi para ele que ele ia falar.

Marcelo, por favor, pode fazer suas considerações.

O Marcelo me olhou bem no olho: "Você vai lembrar que eu não falei".

Vá lá, Marcelo!

O SR. MARCELO LEMOS (Para expor.) – Mas estamos bem representados aqui.

Eu estou no Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados como Analista de Relações Institucionais e também sou membro do Fórum Nacional de Conselhos e Comitês para Refugiados e Migrantes do Brasil, iniciativa que, como a Socorro, nossa amiga e parceira, já lembrou, é apoiada pelo Acnur e pela OIM. Então, eu também me permito trazer as palavras desse coletivo, que vem buscando, junto à Comissão, junto ao Deputado Túlio, uma articulação também com esse processo de transição de Governo. Eu acho que o desejo desses grupos e coletivos que têm atuado no âmbito da migração é a gente sair de uma certa invisibilidade de estratégia de proteção de direito para um campo da internacionalização das ações no campo da migração. Então, acho que é importante que a gente...

Eu me lembro de que, muito recentemente, uma das primeiras conversas do Presidente dos Estados Unidos com o Presidente eleito Lula foi: "Precisamos conversar sobre migração na América Latina". Isso ficou muito bem colocado. Então, acho que é importante. Não é uma pauta; é que a gente quer tratar nos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bastidores dos compromissos dos direitos humanos. Eu acho que a gente precisa de estrutura no Brasil, a gente precisa tornar eficaz o campo da política pública como tal.

Tem duas perguntas com que eu me permitiria dialogar: uma é do Gustavo, de São Paulo, quando ele falou se o Lula vai conversar com o Maduro e como é que a gente vai fazer isso; a outra é sobre a continuidade da Operação Acolhida – e aí eu me permitiria sair também um pouco, como o Lula tem feito em vários momentos: isso aí você vai ter que perguntar para o Lula, não é? (*Risos.*)

O Lula, várias vezes, diz: "Tem que perguntar para o 'fulano', não vai ser para mim. Isso aí é responsabilidade deles".

Mas eu entendo também que, quanto ao que está sendo deixado desse processo do atual Governo para um próximo período no Executivo, há compromisso, sim, de uma continuidade, mas com certeza vai ser diferente. E uma das coisas que eu me permitiria dizer de alguém que atua em pesquisa no campo da política pública também é: a Operação Acolhida é uma operação de Governo, ela não é uma política pública instituída. Interiorização é uma estratégia de operação, não é uma política pública instituída. Legados que vão ser deixados desse processo não são de políticas públicas, podem ser de possíveis sinalizações de estratégias para políticas públicas de trabalho com migrantes refugiados que estão em situação de fronteira. Mas nós temos milhares, centenas que já estão vivendo no país e que requerem estratégias de políticas públicas mais efetivas.

Então, eu acho que isso chama a gente para um compromisso de rever, inclusive, se nós queremos continuar, no Brasil, dizendo que o campo militar ou das Forças Armadas é o lugar de fato para cooperação e ação humanitária brasileira, como rosto de fato. Então, acho que é importante. E uma pergunta, inclusive, para o futuro Ministro das Relações Exteriores é a gente conversar, efetivamente, sobre isso. O Brasil ainda precisa e requer, junto às Nações Unidas especialmente, uma política internacional para cooperação internacional humanitária específica para isso, o que significa, inclusive, pensar na migração haitiana. Nós temos aí centenas, milhares de pessoas pretas hoje no Brasil e que não tiveram o mesmo esforço de Governo, de Estado em campo de operação para resposta de acolhida dessas pessoas. Então, acho que tudo isso está com essas nuances.

E diria, por final, de alguém também que viveu em Roraima, que esteve nesse momento – e aí agradeço ao Paulinho aqui pela participação; eu já fui colaborador também do Escritório Nacional da Cáritas Brasileira, um ator importante nessa resposta –, que a fronteira requer de nós também uma conversa da relação dela com o país, com Brasília, com o Sudeste. A gente está falando também de forças políticas e de articulação para quem está vivendo nessas fronteiras, haja vista o Acre, em desafios imensos na interlocução, inclusive, com o Peru na migração haitiana. A gente não tem centros de acolhida para haitianos nessas fronteiras. A gente não tem centros especializados para acolhida de refugiados indígenas, que são outras humanidades muito distintas das nossas, inclusive, que estão aqui neste Plenário e que atuam no campo da resposta humanitária.

Então, acho que são aprendizagens para a Operação Acolhida, para os atores da sociedade civil e para o Governo que vai assumir nessa nova legislatura dizer para onde nós podemos voltar a caminhar, Senador Paim.

Então, seria isso.

Obrigado pela oportunidade de partilhar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Muito bem, Marcelo Lemos, que dá aqui a sua contribuição também. Na verdade, você faz um comentário geral também, não é, Marcelo? E foi bom esse seu comentário.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou daqueles que aposta que sempre podemos melhorar. Sempre! Eu confesso que não sou daqueles que dizem que, muda governo, muda o nome de um programa que, em tese, está dando certo. E aqui foi unânime: um programa que, em tese, está dando certo. Essa unanimidade me faz crer que o Governo atual, de que eu faço parte... Sou um Senador do PT, há mais de 40 anos no mesmo partido, e eu sempre defendi a tese de frente ampla, em primeiro lugar, e em segundo lugar a tese de que programa que deu certo seja aprimorado, avance.

Às vezes noto que, muda um governo, muda o nome de um programa, só para mudar o nome, e às vezes até piora o programa. Não sei se vocês estão me entendendo. A história mostra isso nas eleições municipais, estaduais e também nacionais. Se todos nós que fizemos parte do governo tivermos na mente "bom, isso aqui deu certo até aqui; vamos aprimorar para melhorar ainda"...

Eu não sou de olhar pelo retrovisor e só criticar governos que passaram. Claro que eu vou sempre apontar para frente. Quero uma democracia plena e quero o avanço, com o olhar nas pessoas. Que nós tenhamos o olhar nas pessoas, com esse compromisso e respeitando o processo democrático. Eu quero estar onde o povo está. E, pelo que percebi aqui, todas as entidades que falaram, inclusive você, acolheram a Operação Acolhida. Bom, se vai continuar ou não, você, como um bom político, se saiu bem: depende do Governo atual, mas há boa vontade para que ela continue e seja, inclusive, aprimorada.

Então, eu fico muito feliz pela fala de todos e pela sua fala de encerramento, mas, de praxe, sempre tem uma fala de encerramento – prometo que é dentro dos três minutos também, viu? Eu tinha feito uma fala maior de abertura, mas, como o meu Presidente estava aqui, ele o fez com muita elegância, muita competência. Eu gosto muito do Túlio. Esta Comissão deu uma subida a partir do momento em que ele assumiu os trabalhos aqui, e eu tenho orgulho de ser Vice-Presidente dela.

Para encerrar a audiência, quero saudar o Presidente da CMMIR, o meu querido amigo, Deputado Túlio Gadêlha; a Relatora, Senadora Mara Gabrilli; todos os convidados e convidadas; a sociedade civil; e aqueles que, de uma forma ou de outra, participaram à distância, inclusive mandando aqui dezenas de perguntas.

Debater o acolhimento é essencial. Somos todos irmãos, independentemente do credo, raça, cor, gênero ou origem. Há uma frase atribuída à Marianna Moreno, que diz: "O acolhimento é essencial em qualquer relação, é ele que sustenta o amor e a compaixão".

Termino dizendo que direitos são inerentes a todo homem e toda mulher. O preâmbulo da Declaração Universal dos Direitos Humanos afirma que: "[...] a dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo [...]."

Como disse Hannah Arendt: "A essência dos Direitos Humanos é o direito a ter direitos".

Muito obrigado.

Está encerrada a nossa audiência pública.

Parabéns a todos e todas! (Palmas.)

(Iniciada às 10 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 11 minutos.)





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 6^a REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS E REFUGIADOS DA 4^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56^a LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE DEZEMBRO DE 2022, QUINTA-FEIRA, REUNIÃO REMOTA.

Às dez horas e oito minutos do dia oito de dezembro de dois mil e vinte e dois, por meio do aplicativo Zoom, sob as Presidências dos Senadores Paulo Paim e Mara Gabrilli, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Nelsinho Trad, Izalci Lucas, Rodrigo Cunha e Flávio Bolsonaro. Deixam de comparecer os Parlamentares Rafael Tenório, Irajá, Eliziane Gama, Dr. Zacharias Calil, Nicoletti, Túlio Gadêlha, Angela Amin, João Maia, Rennato Queiroz, Camilo Capiberibe, Eduardo Barbosa e Leônidas Cristino. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 5/2022 - CMMIR, de autoria Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP). **Finalidade:** Debater acerca dos deslocamentos humanos forçados e mudanças climáticas. **Participantes:** Débora Castiglione, Representante da Organização Internacional para as Migrações (OIM); Oscar Sanchez Pineiro, Representante do Acnur no Brasil; Thales Egídio Macedo Dantas, Coordenador do Fórum Nacional de Conselhos e Comitês Estaduais para Refugiados, Apátridas e Migrantes; Rodrigo Borges Delfim, Editor Chefe do Site Migra Mundo; Fernando Araldi, Diretor de Planejamento Integrado e Ações Estratégicas Substituto do Ministério do Desenvolvimento Regional.; e Carlos Cleber Sousa Soares, Diretor de Projetos de Mobilidade e Serviços Urbanos do Ministério do Desenvolvimento Regional. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Senador Paulo Paim

Vice-Presidente da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/12/08>





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Controle de Atividade de Inteligência

ATA DA 1^a REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA DA 4^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56^a LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE NOVEMBRO DE 2022, DE FORMA REMOTA.

Às dezesseis horas e vinte minutos do dia onze de novembro de dois mil e vinte e dois, de forma remota, sob a Presidência do Senhor Senador Esperidião Amin, reúne-se a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI), com a presença dos seguintes parlamentares: Senadores Daniella Ribeiro, Marcos do Val, Jean Paul Prates e Jaques Wagner e Deputados Augusto Coutinho e Pedro Vilela. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Aprovadas as seguintes Emendas ao Projeto de Lei nº 32/2022-CN (PLOA 2023): **Emenda nº 1 – CCAI** – 2684 - Ações de Inteligência, Subtítulo: 0001 Nacional, Tipo: Apropriação/Acréscimo, Unidade Orçamentária 20118 - Agência de Inteligência - ABIN, valor R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais); **Emenda nº 2 – CCAI** – Ação: 14T4 - Implantação do Projeto Forças Blindadas; Subtítulo: 0001 Nacional, Tipo: Apropriação/Acréscimo, Unidade Orçamentária 52121 – Comando do Exército, no valor de R\$ 235.390.000,00 (duzentos e trinta e cinco milhões e trezentos e noventa mil reais); **Emenda nº 3 – CCAI** – Ação: 14T5 – Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras – SISFRON; Subtítulo: 0001 Nacional, Tipo: Apropriação/Acréscimo, Unidade Orçamentária 52121 – Comando do Exército, no valor de R\$ 189.000.000,00 (cento e oitenta e nove milhões de reais); **Emenda nº 4 – CCAI** – Ação: 2866 - Ações de Caráter Sigiloso; Subtítulo: 0001 Nacional, Tipo: Apropriação/Acréscimo, Unidade Orçamentária 52111 - Comando da Aeronáutica, no valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais). Submetida ao plenário a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião. A ata é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e vinte e nove minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador ESPERIDIÃO AMIN
Presidente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<https://legis.senado.leg.br/comissoes/reuniao?0&reuniao=11012&codcol=449>



O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. PP - SC. Fala da Presidência. Por videoconferência.) – Boa tarde a todos!

Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião tem como objetivo deliberar sobre as emendas desta Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência a serem apresentadas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 32, de 2022, ou seja, o Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2023.

A Presidência comunica que foram apresentadas sete sugestões de emendas ao Ploa.

Fazendo as vezes de Relator, eu vou fazer uma síntese do relatório.

Como se sabe, nós estamos deliberando tempestivamente sobre a participação da CCAI no Orçamento de 2023. E, como eu já mencionei, foram apresentadas indicações de emendas de apropriação em número que não extrapolam o limite de quatro emendas nesse item reservadas à Comissão.

Assim, a aprovação das indicações apenas se ateve à observância dos limites legais e normativos, com fundamentos colhidos na legislação de direito financeiro, especialmente na Resolução nº 1, de 2006-CN, e no relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas aprovado.

Podemos afirmar que todas as indicações exibem inegável mérito.

E o voto que aqui colijo e apresento é o seguinte.

Diante do exposto, manifestamo-nos pela apresentação ao Projeto de Lei Orçamentária de 2023, por esta Comissão, das seguintes emendas, conforme o anexo quadro de detalhamento:

a) No âmbito do órgão orçamentário 20000 – Presidência da República – UO 20118 – Agência Brasileira de Inteligência (Abin), a emenda indicada pelo Senador Marcos do Val, para a Ação “2684 - Ações de Inteligência”, no valor de R\$40 milhões;

b) No âmbito do órgão orçamentário 52000 – Ministério da Defesa – UO 52121 – Comando do Exército, a emenda indicada pelos Parlamentares Senadora Daniella Ribeiro, Senador Marcos do Val e Deputado Claudio Cajado, para a Ação “14T4 - Implantação do Projeto Forças Blindadas”, no valor de R\$235.390 mil;

c) No âmbito do órgão orçamentário 52000 – Ministério da Defesa – UO 52121 – Comando do Exército, a emenda indicada pelo Senador Marcos do Val, para a Ação “14T5 – Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron)”, no valor de R\$189 milhões.

d) No âmbito do órgão orçamentário 52000 – Ministério da Defesa – UO 52111 – Comando da Aeronáutica, a emenda indicada pelos Parlamentares Senador Marcos do Val e Deputado Claudio Cajado, para a Ação “2866 – Ações de Caráter Sigiloso”, no valor de R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais).

Lembramos que as emendas da Comissão devem ser acompanhadas da ata desta reunião, na qual se especificam as decisões tomadas, e devem receber o RP 8. Sugerimos ainda que a Secretaria da Comissão adote as providências que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, tão logo tenhamos concluído esta sessão e logrado aprovadas as emendas.

Segue o Anexo 2, "Espelho das emendas apresentadas" e toda a especificação que se fizer necessária para a correta apresentação junto à CMO daquilo que aqui for deliberado.

Desejo, ainda, acrescentar o seguinte: nós estamos, ainda, aguardando o quórum com mais um Parlamentar, de sorte que vou colocar em discussão, mas não haverá votação antes que se consiga o quórum exigido. Portanto, eu vou suspender os trabalhos, aguardando essa complementação do quórum, mas desejo aqui agradecer aos Parlamentares que já estão presentes... (Pausa.)

Opa! O Senador Jaques Wagner entrou, e, portanto, nós já temos quórum.

Consulto o Rodrigo se confere essa informação.



O SR. RODRIGO RIBEIRO BEDRITICHUK (*Por videoconferência.*) – Confere, Senador. Já temos quórum para deliberar.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. PP - SC. *Por videoconferência.*) – Eu vou conseguir aqui a votação do relatório.

Em discussão as emendas propostas tempestivamente. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vou colocar em votação.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Estão aprovadas.

Aprovadas, as emendas serão apresentadas perante a CMO.

Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada, portanto, a ata desta reunião.

Antes de concluir, eu quero agradecer ao Secretário da Comissão, Rodrigo; quero agradecer ao pessoal do meu gabinete, especialmente o Eduardo Siqueira, a Leridiana, a Denise, pelo esforço no sentido de conseguirmos completar o quórum tempestivamente.

Quero também dizer da importância que esta Comissão Conjunta, que abrange Câmara e Senado, tem para as instituições nacionais. Trata-se da Comissão de Controle das Atividades de Inteligência e é formada por seis Deputados e seis Senadores, sem suplentes.

Já foram realizadas por esta Comissão, entre 2013 a 2020, 26 reuniões. E esta é uma reunião pública e publicável que se refere ao debate e à apreciação de emendas ao Orçamento da União.

Depois desse brevíssimo esclarecimento, eu agradeço mais uma vez o empenho de todos que contribuíram para que nós lográssemos obter o quórum e obter a deliberação e me congratulo com todos aqueles que não apenas diligenciaram mas participaram e declaro encerrada a reunião.

Declaro, portanto, encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 16 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 29 minutos.)



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

